

ALIENAÇÃO PARENTAL

REVISTA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA

1.ª EDIÇÃO | NOV. 2013 - JAN 2014

ARTIGOS

Dr. Luís Silva

Dra. Ana Gerbase

Dra. Lair Pelini

Dra. Ana Campelos

Dra. Maria Figueiredo

Dra. Andreia Calçada

Dr. José Vera Gomez

ENTREVISTAS

Associação Portuguesa para a
Igualdade Parental

Associação Brasileira Criança
Feliz

Sociedade Brasileira de
Psicologia Jurídica





Título: Alienação Parental - Revista Digital Lusobrasileira

1.^a Edição Nov. 2013 - Jan. 2014

Fundadora: Feitor, Sandra Inês

Formato: digital - em linha

ISSN: 2183-1769

Conselho Científico: Feitor, Sandra Inês (mestre em Direito e doutoranda em Direito), APIPDF, ABCF, SBPJ e OAB Mulher.

Periodicidade: Trimestral

Local: Lisboa, Portugal

Ano: 2014

Edição: Especial Fevereiro

Edição Gráfica: Feitor, Sandra Inês; Ribeiro, Carlos Manuel

Tradutores: Feitor, Sandra Inês

Comerciais: Ribeiro, Maria João

Publicação Eletrónica: <http://revistaalienacaoparental.webnode.pt/>

AGRADECIMENTOS

Dirijo o meu agradecimento à Associação Portuguesa para a Igualdade Parental, Associação Brasileira Criança Feliz, Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica e à Ordem dos Advogados na Comissão da OAB Mulher Barra da Tijuca, pela parceria que possibilitou a concretização do Projecto Revista Alienação Parental, bem como a todos os colaboradores nesta partilha de informação e conhecimento de dimensão internacional.

Revista Alienação Parental
<http://revistaalienacaoparental.webnode.pt/>
revistaalienacaoparental@gmail.com
visite-nos no facebook

Associação Portuguesa para a Igualdade Parental
Apartado 9865
EC Olaias
1911-701 Lisboa
tel. +351 910 429 050
igualdadeparental@gmail.com
<http://igualdadeparental.blogspot.com>
<http://igualdadeparental.org/>

Associação Brasileira Criança Feliz
www.criancafeliz.org
sermouro

Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica
<http://www.sbpj.org/index.php>
sbpj@sbpj.org

ÍNDICE

Agradecimentos	2
Índice.....	4
Editorial	6
Apresentação	7
 Entrevistas	 8
 Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica	 9
Associação Brasileira Criança Feliz	12
Associação Portuguesa para a Igualdade Parental	14
 Artigos.....	 17
 Dra. Ana Gerbase	
<i>Alienação Parental – A lei brasileira 12.318/2010</i>	18
Dr. José Vera Gomez	
<i>Caso Sobre Manejo de Asuntos de la Niñez en el Paraguay</i>	28
Dra. Ana Campelos	
<i>A Alienação Parental: Conflito Conjugal e Conflito Parental, e a exposição das crianças à violência nas relações de intimidade</i>	36
Dra. Lair Pelini	
<i>A Dinâmica Psíquica do Alienador: Transgeracionalidade</i>	58
Dra. Maria Figueiredo	
<i>A Mediação Familiar e a Alienação Parental</i>	72
Dra. Andreia Calçada	
<i>Os Aspectos Psicológicos da Alienação Parental na Criança e Adolescente</i>	80
Dr. Luís Silva	
<i>O Síndrome de Alienação Parental – conflito conjugal e conflito parental – a intervenção do Advogado</i>	97
 Colunistas	 103
 Ana Catarina Mourão Alves Ribeiro	

<i>A Catástrofe Parental: Alienação</i>	104
Legislação.....	106
Jurisprudência	116
Eventos e Formações	150
Divulgação Literária	154
Novidades	157
<i>Escala de Indicadores Legais de Alienação Parental</i>	158
Calling for papers	162

A Equipa da Revista Alienação Parental é composta de uma parceira luso-brasileira, partindo da iniciativa de Sandra Inês Feitor, jurista portuguesa, com tese de mestrado em direito publicada pela Coimbra Editora, intitulada «A Síndrome de Alienação Parental e o seu Tratamento à Luz do Direito de Menores».

Os Parceiros institucionais são, assim, a Associação Portuguesa para a Igualdade Parental e Direitos dos Filhos, a Associação Brasileira Criança Feliz e a Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica.

Com a estreita colaboração de toda a equipa torna-se possível concretizar um projecto sério de criação de uma revista sobre o tema Alienação Parental com âmbito luso-brasileiro.

A Alienação Parental, independente de ser ou não considerada uma síndrome, é um fenómeno socio-jurídico e familiar multidisciplinar e globalizado.

Não se trata de um fenómeno novo, mas pouco conhecido, quer pela sociedade em geral, quer pelos operadores de direito, pelo que é fundamental a divulgação, informação e formação sobre este tema para todos os operadores que com ele se deparam no exercício da sua actividade, e para as famílias.

A Alienação Parental tem sido um fenómeno em expansão, no qual não há vencedores, mas em que a maior vítima e quem mais sofre são as crianças, uma vez que são a peça principal deste jogo de domínio dos afetos.

Tem sido considerada como um abuso emocional, uma violência psicológica para as crianças com potenciais graves consequências, quer para o seu superior interesse e bem-estar psico-emocional, quer para o seu desenvolvimento da personalidade, e projecção na vida adulta.

Os atos de alienação parental violam gravemente a dignidade da criança, o seu direito à liberdade dos afetos, violando a Convenção Europeia dos Direitos da Criança e os seus Direitos Constitucionais Fundamentais, pois que destrói, desestrutura, desmoraliza e desacredita os laços paterno-filiais.

Deste modo, todos os esforços empreendidos na informação acerca do que é a Alienação Parental e os seus aspetos jurídicos, quer dirigida à sociedade em geral, quer dirigida às escolas, aos operadores das ciências sociais e jurídicas, serão um novo ganho, uma nova conquista no combate a este fenómeno.

A Revista Digital Alienação Parental vem trazer informação sobre o tema em diversas áreas, facultando conhecimento e instrumentos de trabalho.

Objectivos

O principal objetivo da criação de uma Revista Digital Luso-Brasileira Alienação Parental consiste na dinamização da informação sobre o tema, quer na sua vertente psicológica, quer na sua vertente jurídica.

Pretende-se, com a colaboração de profissionais e académicos na área da psicologia, serviço social, mediação familiar e juristas, criar um acervo informativo de qualidade sobre as várias dinâmicas da alienação parental, desde o seu conceito, a discussão sobre se é ou não uma síndrome, as acusações de abusos sexuais e/ou violência doméstica, o rapto parental, as recusas do menor e a indução de falsas memórias, as características dos comportamentos indiciadores de alienação parental e respetivas consequências, as soluções jurídicas existentes, a legislação, a jurisprudência nacional e internacional, a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, os dados estatísticos e jurisprudenciais facultados pelo Tribunal de Justiça Europeu, a International Child Abduction Database, entre outros, sobre rapto parental e a Convenção de Haia.

Desta forma pretende-se criar uma revista assente em critérios de rigor e seriedade, a fim de promover adequadamente informação técnica em formato digital, de forma a veicular o conhecimento, pois que sem conhecimento não há liberdade.

Periodicidade e Conteúdo

A Revista Alienação Parental tem tiragem trimestral.

Contém entrevistas, artigos, legislação, jurisprudência, divulgação literária, eventos e formações.

Missão:

A Missão da Revista Digital Alienação Parental consiste em dinamizar e veicular informação e conhecimento sobre os vários aspetos relacionados com a Alienação Parental, a nível psicológico, jurídico e social.

Tem por objetivo sensibilizar a comunidade para uma parentalidade positiva em prol do superior interesse da criança, bem como dissuadir os comportamentos alienadores através do conhecimento dos danos psico-emocionais causados à criança.

A Revista Digital Alienação Parental visa cooperar para o desenvolvimento sócio-jurídico do fenómeno, promovendo a igualdade parental e os direitos da criança.

ENTREVISTAS



Jorge Trindade
Pós-Doutor em Psicologia Forense
Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica

Fernanda Molinari
Doutoranda em Psicologia Forense
Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica

1.^a Qual considera ser o impacto da alienação parental na criança ou adolescente?

Toda separação pode ser vivenciada como uma perda, especialmente para a criança, que ainda se encontra na condição de importante dependência física e psíquica dos pais. Isso aponta no sentido de que a repercussão no desenvolvimento emocional da criança irá depender da maneira como seus pais conduzem os fatos dentro de um contexto de separação conjugal.

É relevante ressaltar que as crianças tendem a reproduzir os padrões básicos de comunicação que os adultos utilizam entre si. Se inseridas em um ambiente de agressão, chantagens e ameaças, elas reeditam esses comportamentos.

Esses conflitos podem aparecer na criança e no adolescente sob a forma de depressão crônica, incapacidade de adaptação, transtornos de identidade e de imagem, desespero, sentimento incontrolável de culpa e isolamento, irritabilidade, comportamento hostil, falta de organização, dupla ou múltipla personalidade e, em casos extremos, tentativa de suicídio.

2.^a Qual o aspecto da alienação parental que considera ser mais perverso para o saudável desenvolvimento da personalidade da criança?

Ter de conviver com a mentira. Trata-se, nesse aspecto, de uma verdadeira ‘condenação’. Essa criança está condenada a conviver anos e anos, talvez o resto da sua vida, com algo falso: a construção de uma inexistência.

A questão de fundo que perpassa a mentira - a pergunta que não irá se calar - é, nesse palco trágico, quando o pano poderá cair? Quando essa máscara poderá ser arrancada? Porque programar uma criança para odiar um de seus genitores, sem motivo, até que ela própria se convença dessa campanha de desconstituição do sujeito e de si (espelho do alienador), é realmente conviver com uma mentira, e às vezes conviver com uma mentira para o resto de uma existência.

3.^a Porque é importante a relação multidisciplinar para uma justa composição dos litígios de alienação?

Os conflitos não se resolvem; os conflitos se compõem. Nesse sentido, superar a visão unidimensional acerca dos problemas humanos, e compreendê-los numa perspectiva global e holística, implica necessariamente uma leitura multidisciplinar. Esta, constituindo um novo paradigma da pós-modernidade, permite a compreensão da realidade nos seus aspectos multifacetados, sem predominâncias epistemológicas, uma vez que todos os saberes, ao fim e ao cabo, convergem no sentido de minorar o sofrimento humano.

Casos de Alienação Parental, por serem multifatoriais, constituem um protótipo de situações em que esse modelo é imprescindível, sendo necessárias todas as óticas dessa caleidoscopia de cores, uma vez que envolvem condições emocionais, familiares, jurídicas e educacionais.

Contribuir para uma visão multidisciplinar e integradora de conhecimento, alias, tem sido o propósito manifesto da Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica.

4.^a A lei da alienação parental foi um marco histórico, pioneiro no Brasil. Aliada à nova lei da guarda compartilhada, que institui a partilha das responsabilidades parentais, será suficiente para, na prática, coibir estes comportamentos? Poderá ter um efeito positivo na dinâmica familiar?

A Guarda Compartilhada tem sido o modelo mais aceitável para pais e filhos na medida em que contempla os dois lados da mesma maneira, evitando disputas. Se as orientações forem conjuntas, como a expressão está a sugerir, a guarda reforça a participação dos pais.

Tendo em vista o bem-estar dos filhos e com base na Lei Civil brasileira, tanto o pai quanto a mãe, possuem, igualmente, direitos e deveres relativos aos filhos com a finalidade de dar à criança a maior proteção possível (Princípio da Proteção Integral) e de atender ao seu melhor interesse (Princípio do Melhor Interesse da Criança). Ambos – pai e mãe – são sujeitos participantes e responsáveis de modo igualitário e conjunto do bem-estar dos filhos.

Quanto maior a participação igualitária dos pais, rumando para um consenso no que diz respeito aos filhos, menor é a possibilidade de incidência de Alienação Parental, o que acarretará, conseqüentemente, para um efeito positivo na dinâmica familiar.

5.^a Porque se confunde tanto conjugalidade com parentalidade, transformando o conflito conjugal num conflito parental?

A perda da pessoa amada produz aquilo que, em psicologia, denomina-se dor psíquica: uma fratura do vínculo amoroso com o outro, uma dissociação relacional (ego-alter), mais precisamente daquele objeto de desejo que foi idealizado como destinado a viver junto, a co-viver, a participar de uma comum-unidade.

Muitas vezes, no auge da discórdia, os pais não conseguem discriminar o casamento, cuja relação termina, da função paterna ou materna, que permanece.

Com isso se deseja sublinhar que os casais precisam resolver os seus conflitos sem prejudicar o interesse da criança e a qualidade da proteção integral a que têm direito, tanto no registro existencial e psicológico, quanto no plano jurídico.

Por fim, aos pais, casados ou não, cabe a responsabilidade de acompanhar o desenvolvimento emocional de seus filhos, enquanto indivíduo com personalidade em formação, e aju-

dá-los a se transformarem em um adulto capaz de amar e respeitar a si e ao próximo. Somente dessa forma os filhos, apesar da não continuidade da relação conjugal de seus pais, saberão que estes ainda serão dignos do seu amor.

6.^a Qual tem sido a resposta do Judiciário Brasileiro à dinâmica da alienação parental?

O Poder Judiciário Brasileiro vem enfrentando as questões de Alienação Parental a partir das ações ajuizadas por intermédio de advogados. Estes são os grandes interlocutores entre a sociedade e a Justiça. Nesse aspecto, o Judiciário tomou conhecimento da Alienação Parental, e o Legislativo produziu uma normativa sobre a matéria, a qual conceitua, nos seguintes termos: Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este (Lei nº 12.318/2010).

Pouco a pouco a jurisprudência vem se tornando mais dinâmica no sentido de adequar a interpretação da norma, sempre abstrata, teórica e genérica, aos fatos, por natureza específicos, concretos e práticos.

Um dos fatores principais para lidarmos com a Alienação Parental é identificarmos a sua ocorrência, de preferência o mais cedo possível, para mudarmos os seus contextos.

Em razão dessa necessidade a Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica apoiou o desenvolvimento de uma ferramenta capaz de identificar a existência, ou não, de comportamentos indicadores de Alienação Parental, e também medir a sua intensidade. Esta ferramenta é a Escala de Indicadores Legais de Alienação Parental.

A Escala de Indicadores Legais de Alienação Parental é uma ferramenta composta por um questionário digital de auto-resposta, que tem como objetivo mensurar a presença dos fatores de Alienação Parental, previstos na Lei nº 12.318/2010, para fins de conhecimento pessoal e científico.

Com esta definição clara gerada pela Escala, será mais fácil a identificação e encaminhamento resolutivo da Alienação Parental.

Toda e qualquer pessoa pode acessar esta ferramenta, de uso público, através do site www.escaladealienacaoparental.com, responder o seu questionário e ter acesso a uma série de informações sobre este comportamento.

Resta-nos, pois, expressar nosso desejo de que, ao identificar a Alienação Parental, seja também possível desvelar as máscaras que ela engendra.



Sérgio Moura Rodrigues
Presidente da Associação Brasileira Criança Feliz

1.^a Qual considera ser o impacto da alienação parental na dinâmica familiar brasileira?

O impacto da Alienação Parental nas famílias brasileiras é devastador, acredito piamente que a sociedade doente de hoje (dogadição fora de controle, alcoolismo, gravidez precoce, depressão (inclusive de em crianças e adolescente) e os altos índices de suicídio são decorrentes dos efeitos da alienação parental.

2.^a Porque é importante o papel da ABCF no Brasil no combate a este fenómeno?

A importância da Associação Brasileira Criança Feliz decorre de sua vontade de informar a toda a sociedade brasileira o que é a alienação parental, suas origens, causas e consequências na vida das pessoas, principalmente das crianças e adolescentes, as maiores vítimas.

3.^a Qual considera que tem sido a postura dos Tribunais face a este problema?

Os Tribunais tem sido muito conservadores, de forma geral, ainda há resistência em aplicar a Lei da Alienação Parental e da Guarda Compartilhada.

4.^a Qual foi o impacto da lei da alienação parental no Brasil?

Foi positivo, há de forma tímida, uma mudança de comportamento, mas muito lenta, deveria estar mais avançada, a julgar pela carga de informações que são produzidas anualmente.

5.^o Considera que o Brasil tem sido sensível a esta temática, uma vez que tem muitos trabalhos desenvolvidos neste âmbito?

O Brasil, de forma geral está atento, há muita movimentação no sentido de combater a Alienação Parental, mas ainda falta muito o que fazer para se atingir a meta de erradicar a AP.

6.^a Que meios utiliza a ABCF para a sensibilização e consciencialização para a questão da alienação parental?

A ABCF utiliza-se de varios meios, principalmente os meios de comunicação de massa

(TV, Rádio, Jornal-periódicos, Revistas), Site, Facebook, Twiter e distribuição de material impresso.

Também desenvolve campanhas integradas, em nível nacional, sendo elas a “Semana Nacional de Conscientização da existência da AP”, anualmente no mês de Abril, incluindo manifestações públicas e o “Congresso Nacional Alienação Parental (3ª Edição – Rio 2014)” e a Campanha Internacional Criança Feliz – 2013, congregando o Brasil, o Mercosul e Portugal (APIPDF).

Também buscamos manter um sistema de palestras durante todo o ano, através das diretorias espalhadas por todo o Brasil.

A ABCF também mantém contato de forma permanente com os Poderes Legislativo, Executivo e Judicial, integrando ações para que o problema seja tratado com seriedade – exemplo disto são as “Semanas de Conscientização da Existência da Alienação Parental” que são criadas nos estados e municípios, e através destas são criados espaços públicos de discussão, chamando a responsabilidade todos os organismos responsáveis pelo trato das questões envolvendo crianças e adolescentes.

Esta iniciativa cria nos “Calendários Oficiais das Unidades da Federação, a “Semana de conscientização” que fixa o dia “25 de Abril” como sendo o dia nacional de combate à alienação parental.



IGUALDADE PARENTAL

PARA A IGUALDADE PARENTAL
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
E DIREITOS DOS FILHOS

Ricardo Simões

*Presidente da Associação Portuguesa para a Igualdade Parental
e Direitos dos Filhos*

1.^a Qual a importância da Associação para a promoção da Igualdade Parental?

A Associação Portuguesa para a Igualdade Parental e Direitos dos Filhos foi fundada em 2009 com objectivos gerais, nos quais inclui, precisamente a tomada de consciência social e legal quanto à igualdade dos direitos e deveres de pais e mães em relação à responsabilidade parental. A afirmação dos princípios da Parentalidade Positiva e a promoção do conceito da Igualdade Parental, bem como do direito da criança à convivência com ambos os progenitores, constituem alguns dos princípios que regem toda a actuação da associação há quatro anos.

Acreditamos que, nunca perdendo estes princípios como pano de fundo, conseguimos um trabalho efectivo na promoção da Igualdade Parental através de todas as atividades que desenvolvemos. Através das mesmas pretendemos abranger todos os níveis de intervenção na protecção e fomento da Igualdade Parental, desde o nível legislativo, jurídico e psicológico e à mobilização da opinião pública...claro que quando nos referimos à Igualdade Parental falamos em relação aos direitos dos/as filhos/as, crianças e adolescentes, cujos progenitores estejam separados ou divorciados.

Exemplos práticos deste trabalho encontramos no aconselhamento a pais e mães em situação de separação/divórcio e/ou de conflito parental através dos grupos de ajuda mutua, atendimento telefónico, redes sociais e email; na participação em iniciativas sobre o tema da Igualdade Parental e Direitos dos/as filhos/as; na sensibilização da opinião pública para diversos temas relacionados com o divórcio/separação conjugal de casais em conflito; na elaboração e tradução de documentos de apoio como brochuras, guias, cartazes alusivos ao tema...

2.^a Qual o papel da Associação no combate à alienação parental?

O papel da Associação no combate à alienação parental passa especialmente pela consciencialização! A petição que a APIPDF lançou no dia 5 de Fevereiro de 2012 tinha precisamente o objectivo de sugerir a criação do Dia Nacional de Consciencialização para a Alienação Parental.

É fundamental tornar consciente este tipo de comportamento e o fenómeno enquanto

realidade sociojurídica, junto não só de profissionais da justiça e saúde mas também junto dos cidadãos.

A Associação Portuguesa para a Igualdade Parental e Direitos dos Filhos tem pautado a sua atuação pela promoção de soluções que minimizem as consequências negativas para as crianças. O esclarecimento de questões básicas relacionadas com as responsabilidades parentais ou a alienação parental permitem a quem nos procura perceber melhor o que lhe está a acontecer, diluindo a sensação de estar sozinho, e assim escolher o caminho mais adequado a percorrer. Uma das respostas mais importantes da APIPDF consiste na existência dos Grupos de Mútua Ajuda a funcionar por todo o país que permitem a troca de experiências, sentimentos, partilha de estratégias de como lidar com o conflito e alienação parental e ainda a criação de redes de suporte/apoio.

O encaminhamento dos casos mais graves para profissionais qualificados e experientes neste tipo de comportamentos, também tem sido uma das ações da Associação.

Se falarmos a um nível individual, pode-se ter uma de três abordagens: recorrer à mediação familiar de forma a evitar que o conflito parental se instale e abra caminho à alienação parental; procurar ajuda de terapeutas na área da saúde mental; recorrer ao sistema judicial e apelar ao uso de medidas de ação direta e indireta para que o convívio com a criança não seja quebrado. É este o caminho que temos percorrido em conjunto com as vítimas deste fenómeno.

3.^a Como poderá promover uma melhor aplicação do Direito nos casos de alienação?

Os Tribunais de Família e Menores têm já várias medidas ao seu dispor, nomeadamente as de execução coercivas diretas e as de execução indireta. As primeiras estão relacionadas com o fazer cumprir pela força coerciva os “regimes de visita” ou mesmo a mudança de guarda, enquanto as segundas dizem respeito a soluções pecuniárias com finalidade reparadora, punitiva ou compulsiva.

Percebemos que não é por estar previsto na lei que vai resolver, mas sim a cultura nos tribunais e depois a mensagem que essa cultura passa para a comunidade e que é incorporada no quotidiano da mesma.

Talvez o caminho se inicie pela aplicação de medidas que já existem... Não seria negativo pensar-se também numa advocacia não litigante no Direito de Família, à semelhança do que nos propõe o modelo de Cochem-Zell.

Os advogados têm um papel crucial na aplicação do direito, valendo a pena recordar que o seu Código Deontológico apela ao dever de evitar litígios e atitudes incorrectas do cliente, nomeadamente contra a outra parte do conflito, remetendo-nos para os artigos 22º e 24º do referido código. Para além disso, e talvez mais importante, no art. 13º do referido Código podemos ler que é dever do advogado protestar as violações dos direitos humanos... portanto, relembrando a Convenção dos Direitos da Criança, percebemos que um direito fundamental das crianças é o de manter o contacto com ambos os progenitores aquando da separação/divórcio dos mesmos. Por vezes um pouco esquecido em prol de uma advocacia litigante e poderosa...

4.^a Como considera que tem sido a actuação dos tribunais portugueses face a este tema?

Tal como todos os fenómenos novos as instituições, tais como os tribunais, necessitam de se adaptar a uma nova realidade, de forma a saberem dar uma resposta adequada ao mesmo. No entanto, não é um caminho sem sacrifícios, sem vítimas e cêlere. A atuação dos Tribunais portugueses face à alienação parental tem mudado nos últimos anos, muita das vezes em resultado de algum voluntarismo de magistrados e juízes, mas que encontra nas próprias regras

processuais e nos ineficientes subsistemas de apoio à decisão o seu “calcanhar de Aquiles”. E quando falamos de crianças e do seu direito a conviverem com ambos os progenitores da forma mais harmoniosa possível falamos em correr contra o tempo, tempo esse, o das crianças, que é muito diferente do tempo dos tribunais. Há ainda muito por fazer para que os tribunais possam dar uma resposta efetiva a este fenómeno de maus tratos aos nossos filhos e filhas, não só quanto ao funcionamento dos tribunais mas também na formação especializada de todos os profissionais que lidam com esta matéria.

5.^a A petição para o reconhecimento do Dia Nacional de Consciencialização para a Alienação Parental foi um grande passo. Como sensibilizou a Assembleia da República para a sua importância e impacto nas famílias portuguesas?

De facto a Petição para a criação do Dia Nacional de Consciencialização para a Alienação Parental foi um importante passo para que os deputados da nossa nação tomassem conhecimento da dimensão deste fenómeno, ainda silencioso. Refira-se que a petição foi entregue em mãos à Vice-Presidente da Assembleia da República, a Sr^a Deputada Teresa Caeiro, no dia 5 de fevereiro de 2013 com cerca de 1500 assinaturas.

Na génese do dia 5 de Fevereiro está a simbologia associada à luta de um pai pelo direito da sua filha em conviver com ele de igual modo que o fazia com a mãe. Cláudio Mendes, que foi brutalmente assassinado, na Mamarrosa em Aveiro, dia 5 de Fevereiro de 2011 por volta das 11h15, num parque onde teria ordem do tribunal para visitar a sua filha. Este pai era voluntário e associado da APIPDF e recusava-se a demitir-se de ser pai...

Temos assim como objetivo que esse dia seja um dia de alerta para o fenómeno da Alienação Parental, através do simbolismo associado a um caso concreto, que é repetido milhares de vezes todas as semanas (ainda que não com aquele desfecho trágico). Sem consciencialização da comunidade como um todo não podemos almejar a mudança de comportamentos em prol do direito dos nossos filhos a relacionarem-se saudavelmente com ambos os progenitores.

6.^a Na vossa visão, o que falta em Portugal para dissuadir a alienação parental?

Acreditamos que existe ainda muito trabalho pela frente...as mudanças sociológicas, nomeadamente ao nível da conjugalidade, na relação simbólica com os/as filhos/as e entre as relações familiares e profissionais, provocaram um crescimento do desfasamento entre a realidade sociológica e institucional que deixa espaço para fenómenos como a alienação parental sem respostas.

A sensibilização para estes temas, a mobilização da opinião pública, serão talvez os caminhos mais sólidos mas também mais morosos...



Alienação Parental – A lei brasileira 12.318/2010

Ana Brusolo Gerbase

Advogada; Pós Graduada em Mediação de Conflitos com Ênfase em Direito de família; Mestranda em Métodos Alternativos de Solução de Conflitos na Argentina; membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM; membro da Comissão de Direito Homoafetivo da OAB-RJ; Diretora da Associação Brasileira Criança Feliz – ABCF/RJ

A prática, muito antiga, finalmente ganhou um nome e uma lei.

Utilizada no mundo inteiro, a alienação parental é um mecanismo cruel de vingança, praticada não só entre ex-cônjuges, mas também pelos seus familiares, e até por terceiros que, de alguma forma, detém um tipo de controle sobre crianças e adolescentes.

A Constituição Brasileira de 1988, ao tratar da Família, da Criança, do Adolescente, no capítulo VII, determina em seu art. 227:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à educação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Assim deveria ser. A família, principal responsável pelo bem estar das suas crianças e adolescentes, deve protegê-las de toda sorte de violência e tortura.

Também o Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA, em seu art. 3º prevê:

“A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”.

A história nos mostra que isso, de fato, nem sempre acontece. Segundo o poeta Paulo Leminski, o amor não acaba se transforma em raiva ou rima. Quando o amor se transforma em raiva, ressentimentos e mágoas tomam conta do ser humano e prevalece o sentimento amargo da vingança. Nesse momento nada importa, nem os filhos que passam a ser usados como instrumentos de revide para agredir o outro.

Há muito, as características da Alienação Parental, descritas em meados da década de 80

pelo psicólogo Richard Gardner, são identificadas em decisões no Judiciário brasileiro.

Em março de 1983 uma decisão em Vara de Família, da então Juíza de Direito Dra. Leila Mariane – hoje Presidente do Tribunal de Justiça do Estado Rio de Janeiro, apontava claramente, sem lhe dar o nome, as características da Alienação Parental, previstas na lei 12.318/2010.

O resultado daquele processo foi o afastamento definitivo de pai e filha que nunca mais se encontraram ou se falaram. Consumidos pelo ódio, uma família foi dizimada e a relação parental extirpada para sempre. As consequências? Vidas destruídas. Apesar de todo empenho daquele pai em reconstruir sua vida e uma nova família, a dor permanece viva.

Este é apenas um dos milhares de casos desastrosos que passam pelo judiciário. Muitos pais, cansados de lutar pelos filhos, percebendo o sofrimento destes em terem que escolher amar um dos genitores e fingir odiar o outro, se retiram da vida do filho buscando minimizar o dano e poupá-lo de um maior desgaste emocional.

Até 2010 quase não se falava na denominação “alienação parental” no judiciário. Algumas exceções, entretanto, são os tribunais do Rio Grande do Sul, pelo seu tradicional vanguardismo. Em um Acórdão, em 2006, a Desembargadora Maria Berenice Dias¹, já enfrentava a questão dando-lhe o nome: “(...) *De outro lado, se inverídicas tais assertivas e, por corolário, constatada a perversidade da genitora em praticar toda essa série de atos infundados contra o varão a fim de afastá-lo da prole comum, está-se diante de situação igualmente ou até mesmo mais grave, tendo em vista o fato de ser ela a guardiã das crianças. Nesse passo, cabe registrar que se pode estar diante de quadro da síndrome da alienação parental, pois a apelante estaria utilizando os filhos como instrumento da agressividade direcionada ao genitor em razão dos sentimentos advindos da ruptura da vida em comum*”.

Um artigo, ainda em 2006, da mesma desembargadora abordando o tema foi utilizado integralmente na justificativa do projeto de Lei².

Hoje, apesar da Lei, ainda se percebe uma resistência de alguns magistrados em declarar a prática da alienação parental e aplicar as penalidades previstas.

Não perceber que esta prática perversa faz parte dos litígios na maioria dos casos de separação e divórcio é fechar os olhos para algo que não se quer ver. É permitir que famílias se destruam e, muito mais, permitir a destruição de crianças e adolescentes lentamente, ao longo de suas vidas. O documentário A Morte Inventada³, produzido pela Caraminhola Produções mostra o depoimento de uma jovem alienada na infância e seu drama ao perceber que foi cúmplice de uma injustiça contra o pai, praticada pela mãe.

A família, hoje em seu conceito amplo, continua sendo a base da sociedade. Pais, mesmo que separados, constituem a família à qual a criança ou adolescente pertencerá para sempre. É essa mesma família que deve amparar e proteger os filhos zelando pelo seu desenvolvimento físico, mental, espiritual e emocional, de forma saudável e equilibrada.

Embora a prática da alienação parental esteja relacionada aos casos de rompimento de relacionamento entre o casal parental, é possível se dar ainda dentro do relacionamento e também direcionada a outros membros da família, como irmãos, avós, tios, etc.

A Lei 12.318/2010, cujo anteprojeto foi uma iniciativa do Juiz paulista, Elizio Luiz Perez⁴, apresentado na Câmara pelo Deputado Régis de Oliveira, tramitou no Senado Federal

1 Disponível em: <http://mariaberenice.com.br/pt/alienacao-parental.dept>.

2 Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/601514.pdf>.

3 A Morte Inventada – documentário produzido pela Caraminhola Produções. Traz depoimentos de pais - vítimas e alienadores, além dos diversos profissionais envolvidos.

4 Elizio Luiz Perez é Juiz do Trabalho em São Paulo - SP

como PLC 20/2010, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, em 07/07/2010 e sancionado pelo Presidente da República em agosto de 2010.

O projeto apresentava como objeto:

“coibir todo ato atentatório à perfeita formação e higidez psicológica e emocional de filhos de pais separados ou divorciados. A família moderna não pode ser vista como mera unidade de produção e procriação; devendo, ao revés, ser palco de plena realização de seus integrantes, pela exteriorização dos seus sentimentos de afeto, amor e solidariedade. A alienação parental merece reprimenda estatal porquanto é forma de abuso no exercício do poder familiar, e de desrespeito aos direitos de personalidade da criança em formação. Envolve claramente questão de interesse público, ante a necessidade de exigir uma paternidade e maternidade responsáveis, compromissadas com as imposições constitucionais, bem como com o dever de salvaguardar a higidez mental de nossas crianças”.

A lei, em seu artigo 2º, define o conceito de alienação parental:

“Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este”.

O parágrafo único traz exemplos das diversas formas de alienação parental, não se tratando de um rol taxativo. Deixa a critério do juiz, que poderá identificar nas partes ou através de perícia técnica, outros atos praticados diretamente ou com a colaboração de terceiros.

Das práticas exemplificadas na Lei, a mais grave é a falsa denúncia que vem ocorrendo de forma bastante corriqueira. Medida eficaz para aquele que deseja, a qualquer custo, afastar os filhos do outro genitor. O juiz, diante de uma suspeita de abuso sexual ou maus tratos, por cautela e visando a proteção do menor poderá suspender a convivência, ou permitir encontros na forma assistida, sempre por alguém da confiança do genitor que apresentou a denúncia.

Comum também a utilização da Lei Maria da Penha como ferramenta para impedir a convivência e afastar o genitor da família. Em muitos casos o alienador, que na maioria das vezes é a mãe que, tradicionalmente, detém a guarda física dos filhos, se faz de vítima apontando o ex-cônjuge como agressor, até forjando falsas violências a ele atribuídas. Nestes casos o Juiz deve olhar com cautela antes de aplicar a Lei Maria da Penha, ou acabará punindo, injustamente, a vítima e não o agressor.

Um longo tempo será necessário para apurar o que aconteceu de fato, considerando os vários processos, estudos, perícias, produção de provas, laudos médicos, audiências, um genitor devastado emocionalmente e filhos perdidos entre o amor e o ódio.

A Lei deixa claro em seu art. 3º que a prática da alienação parental constitui abuso moral contra a criança ou adolescente e viola o princípio da dignidade da pessoa humana:

“ A prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança e do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com o genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança e o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrente de tutela ou guarda”.

A prática da alienação parental causa danos, muitas vezes, irreparáveis à criança ou adolescente, quando o afasta de um dos genitores. A criança precisa do amor de ambos para ser feliz. A convivência familiar é um direito indisponível da criança. Retirar dela este direito significa violação de direito fundamental resguardado pela Constituição Brasileira.

Segundo o art. 4º da lei 12.318/2010, basta a constatação de indícios de ato de alienação parental, e o processo terá tramitação prioritária determinando, o juiz, as medidas urgentes e necessárias à preservação da integridade psicológica da criança ou do adolescente que poderão minimizar os danos causados aos filhos, pais e toda família, sobretudo, promovendo a reaproximação entre a criança e o genitor alienado.

A efetividade das medidas judiciais necessárias, nestes casos, requer a imposição de penalidade que nem sempre é aplicada prontamente.

Diante da resistência dos juízes das Varas de Família em aplicar penalidade ao descumprimento de uma ordem, é comum verificar inúmeros boletins policiais registrando o descumprimento da ordem judicial, com a aplicação do art. 330 do Código Penal que trata do crime de desobediência, com pena de detenção de quinze dias a seis meses, e multa.

Estes boletins comprovam o impedimento ao exercício do direito de convivência, de forma reiterada, podendo caracterizar a prática da alienação parental.

A Alienação Parental será caracterizada através de perícia psicológica ou biopsicossocial, a ser realizada por profissional ou equipe multidisciplinar especializada e comprovada por histórico profissional ou acadêmico para tal diagnóstico.

Declarada a ocorrência da alienação parental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais para inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso, aplicar as penalidades determinadas pelo art. 6º da lei, que vão desde a advertência; ampliação do regime de convivência com o genitor vítima da alienação; aplicação de multa ao genitor alienador; determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial; determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão; determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente; declarar a suspensão da autoridade parental.

A multa prevista no inciso III do art. 6º da Lei 12.318/2010 deve ser usada como forma de estancar a prática. Lembrando que ainda existe aquela do §5º do art. 461 do Código de Processo Civil, como alternativa a ser aplicada na imposição de medidas para assegurar uma decisão, como garantir que os encontros aconteçam e impedir as práticas reiteradas de impedimento de convivência, podendo o juiz aplicá-la de ofício:

§5º Para a efetivação da tutela específica ou a ob-

tenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.

A multa deve ser aplicada de acordo com a situação econômica da parte, a fim de não se tornar inviável ou banal. Seu objetivo é desestimular a prática podendo ser aplicada juntamente com outros mecanismos legais.

Outro importante mecanismo é o acompanhamento psicológico ou biopsicossocial. Através dele o genitor alienador poderá ser conscientizado do mal que está causando a todos, principalmente ao filho. Embora persista a discussão sobre a imposição deste acompanhamento, em primeiro momento ele poderá acontecer mesmo que para evitar a aplicação de multa ou a inversão da guarda, por exemplo. Caberá, então, ao profissional, a condução do caso de forma que ele se torne natural. Importante que o resultado deste acompanhamento seja informado ao Juízo periodicamente, a fim de embasar qualquer decisão futura.

O acompanhamento psicológico, entretanto, não deve se restringir ao genitor alienador. A criança ou adolescente e o genitor – todos vítimas da alienação – necessitam de igual forma deste apoio, a fim de se reestruturarem da avalanche sofrida.

O art. 7º prevê a alteração da guarda e determina que ela deverá se dar, preferencialmente, àquele que melhor viabilizar a efetiva convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, nas hipóteses em que a guarda compartilhada seja inviável.

A guarda compartilhada, considerada até como uma vacina contra a alienação parental, tem sua aplicação reduzida aos acordos firmados entre as partes. Vem o judiciário entendendo como requisito básico para sua aplicação a harmonia entre o ex casal, o que por si só não faz sentido. Se este fosse o caso, não haveria necessidade de uma lei específica regulamentando a guarda compartilhada, pois, sem acordo entre as partes, prevaleceria a guarda unilateral, e, claro, respeitando o mito de que a guarda pertence à mãe.

Muitos ainda confundem a guarda compartilhada com a guarda alternada. Nesta a criança ou adolescente permanece uma parte do tempo com cada genitor. Na guarda compartilhada os filhos permanecem sob a autoridade de ambos os genitores que decidem conjuntamente as questões relacionadas aos filhos, como acontecia durante a união. Ela retira a ideia de posse dos filhos e acaba com a primeira disputa do casal que se separa. O filho estará sob a proteção e cuidado de ambos os genitores que compartilharão as responsabilidades em relação a ele.

Em seu artigo 8º, a lei inova, ao indicar que a alteração do domicílio da criança ou adolescente é irrelevante para a determinação da competência relacionada às ações relativas à convivência familiar, salvo se decorrente de consenso entre os genitores ou decisão judicial. Ao que tudo indica, esta mudança de endereço se refere àquela praticada de forma abusiva, caracterizando ato de alienação parental.

Dois artigos foram vetados pelo Ministério da Justiça. O art. 9º indicava que as partes, por iniciativa própria, ou sugestão do Juiz, do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, poderiam utilizar-se da mediação para solução do conflito. Entendeu o Órgão que, por se tratar de um direito indisponível da criança e do adolescente, não caberia sua apreciação por mecanismos extrajudiciais, além de estar ferindo o princípio da intervenção mínima, previsto na Lei

8.069/90, segundo o qual, medida de proteção da criança e do adolescente deve ser exercida exclusivamente pelas autoridades e instituições, cuja ação seja indispensável.

Apesar do veto, hoje a prática existe. Há uma tendência crescente no judiciário de encaminhar as partes para os núcleos de mediação de conflitos já instalados em grande parte dos tribunais brasileiros, principalmente nas capitais.

Grande também é o número de profissionais de direito que oferecem aos seus clientes a mediação como solução alternativa. As práticas colaborativas ganham cada vez mais espaço deixando a litigância em segundo plano.

A advocacia em direito de família passa por um novo olhar, mais atento, mais humano. Não se deve considerar uma parte apenas, mas sim a família como um todo. Nos processos de separação todos sofrem. É preciso tempo e disponibilidade para ouvir a parte, suas angustias, decepções e raivas. Orientá-la, esclarecê-la e acalmar seus mais profundos temores e anseios.

O art. 10º, também vetado, alterava o art. 236 da Lei 8.069/90, ECA, que trata dos crimes em espécie, para incluir um parágrafo penalizando aquele que apresentar relato falso ao agente indicado no caput, ou à autoridade policial cujo teor possa ensejar restrição à convivência de criança ou adolescente com genitor, determinando pena de detenção de seis meses a dois anos.

Segundo o Ministério da Justiça, o ECA já contempla mecanismos de punição suficientes para inibir as práticas da alienação parental, como a inversão da guarda, multa e até a suspensão da autoridade parental. Alega que os efeitos da pena poderiam ser prejudiciais à criança ou adolescente, sujeitos dos direitos que o projeto de lei buscava assegurar.

A alienação parental é uma prática perversa e cruel. Destrói a base familiar da criança ou adolescente deixando sequelas para sempre, por isso é necessário combatê-la.

O desconhecimento contribui para a prática. Infelizmente muitos profissionais não atentos acabam contribuindo de alguma forma, com uma falsa denúncia de abuso sexual, por exemplo. Normalmente o primeiro profissional procurado nestas horas, é um pediatra ou um psicólogo da confiança do genitor alienador que, diante das alegações muitas vezes, infundadas, acaba fornecendo uma declaração sobre a questão a ele apresentada.

Nem sempre este profissional está atento aos detalhes da história levada e acaba não percebendo a fala contaminada ou manipulada da criança.

Cabe então aos profissionais envolvidos atuarem com muita responsabilidade diante destes casos – advogados, psicólogos, assistentes sociais, conselheiros tutelares, promotores de justiça e juízes. Todos devem buscar a verdade, com cautela e com respeito às vidas humanas que existem além dos processos.

Um ponto da Lei que exige muita atenção e vale alguns esclarecimentos adicionais, é a perícia multidisciplinar indicada no seu art. 5º: *Havendo indício da prática de ato de alienação parental, em ação autônoma ou incidental, o juiz, se necessário, determinará perícia psicológica ou biopsicossocial, que deverá ser realizada por profissionais habilitados, com aptidão comprovada para diagnosticar atos de alienação parental.*

Esta equipe multidisciplinar envolve profissionais de diversas áreas, dependendo do caso, como médicos, assistentes sociais, psicólogos e psiquiatras que, nomeados pelo Juiz assumem um compromisso ético e social, devendo agir de acordo com o código de ética da profissão.

Uma conduta inadequada poderá levar à impugnação do laudo e até uma representação junto ao órgão de classe, além de provocar a necessidade de um novo estudo, o que torna o processo ainda mais demorado e sofrido.

O art. 421 do Código de Processo Civil faculta às partes a indicação de Assistente Téc-

nico que poderá apresentar quesitos ao perito do Juiz e emitir parecer após apresentação do laudo.

O Assistente Técnico poderá acompanhar todo o processo, mas não deverá participar das entrevistas com as partes envolvidas. Entretanto, poderá participar de entrevista individual com os peritos. A resolução 08/2010⁵, do Conselho Federal de Psicologia, assim dispõe:

Art. 2º - O psicólogo assistente técnico não deve estar presente durante a realização dos procedimentos metodológicos que norteiam o atendimento do psicólogo perito e vice-versa, para que não haja interferência na dinâmica e qualidade do serviço realizado.

A elaboração de laudos, pareceres, ou qualquer documento escrito por psicólogos, decorrentes de avaliação psicológica, deverá respeitar as regras contidas na Resolução Federal de Psicologia 07/2003⁶.

Se necessário o Juiz poderá ouvir diretamente os peritos e assistentes técnicos em audiência de instrução e julgamento. A criança somente será ouvida em juízo, dependendo de sua idade, e da imperiosa necessidade, sempre com a presença de um psicólogo especializado. Segundo especialistas, a criança deverá ser ouvida o mínimo possível evitando-se o processo de revitimização. Relatar a história repetidas vezes, lhe causará angústia. Ela não consegue perceber que está sendo manipulada e acabará por acreditar que aquilo, de fato, aconteceu.

É necessário evitar que a criança seja ouvida nos conselhos tutelares ou sedes de delegacias que, ao receberem qualquer denúncia de suposto abuso sexual, deverão encaminhar a criança ao Juizado da Infância e Juventude para que ela seja ouvida de forma correta.

A alienação parental é uma prática covarde de pais que, sem medir consequências, utilizam o próprio filho para aplacar sua dor pela perda do outro.

Filhos necessitam de amor, cuidados e respeito para que possam se tornar seres plenos de realizações, capazes de formarem suas futuras famílias em bases sólidas, pautadas nos exemplos vividos.

5 Disponível em: <http://www.crprj.org.br/legislacao/documentos/Resolucao0008-10.pdf>.

6 Disponível em: <http://www.crprj.org.br/legislacao/documentos/resolucao2003-07.pdf>

CASO SOBRE MANEJO DE ASUNTOS DE LA NIÑEZ EN EL PARAGUAY

*Dr. José Vera Gómez
Médico-Psiquiatra Forense do Ministerio Público do Paraguay*

Introducción

Ponemos a consideración el caso del niño L.M. Puede ser cuestionado el hecho de que fue madre quien abandonó a su hijo, por lo que para muchos no sería un caso típico de Alienación Parental, pero sabiendo las condiciones mentales de la misma en ese momento, se puede entender lo que le pasaba. No obstante, no es nuestra intención hablar sobre el estado mental de la madre en ese momento, sino mostrar cómo todo el sistema judicial incumple con las leyes. En este caso, se nota, además, muchas de las características frecuentes en la Alienación Parental, como la obstrucción al vínculo de los progenitores con el niño e intento de cambio de nombre. También en el Paraguay, una característica es la existencia de varios juicios simultáneos por diferentes causas y en varias jurisdicciones.

Utilizamos como definición de Alienación Parental la de la Ley Brasileña, que también la adoptamos como propuesta para la creación de una ley similar en el Paraguay. “La alienación parental es la interferencia en el desarrollo psicológico del niño, niña o adolescente, promovida o inducida por uno de los progenitores, por los abuelos o por los que tengan al niño, niña o adolescente bajo su patria potestad, en convivencia o relacionamiento, guarda o tutela, para que rechace u odie a uno de sus progenitores o que cause daño al establecimiento o mantenimiento de vínculos con este”.

El caso M. L.

M. L. nació el 2 de agosto de 2009, en la ciudad de Asunción, Paraguay. Su madre, debido a circunstancias personales, familiares y estado psíquico, había decidido ocultar su embarazo no sólo a sus padres, sino también al padre de su hijo, con quien ya no mantenía una relación al mes de su embarazo.

Tuve conocimiento y participación en el caso debido a solicitud de evaluación psiquiátrica de la madre por parte del Ministerio Público en una de las causas en la jurisdicción penal.

Pasados dos días del nacimiento de su hijo, fue dada de alta en el hospital y debido al vulnerable estado emocional y mental en que se encontraba, dejó a su hijo frente a la puerta de una iglesia, a sólo una cuadra de su casa, no recordando “qué fue lo que me pasó por la cabeza en ese momento”.

Tras tomar conocimiento de lo sucedido por parte de una pareja que recogió a M. L. el 5 de agosto de 2009 el Ministerio Público dio inicio a una causa denominada “R.N. Sexo Masculino”.

lino s/ Medidas de Protección y Apoyo”. Dicha autoridad ordenó la búsqueda de los familiares del niño, y el 10 de agosto de 2009 otorgó la guarda provisoria del niño a una familia acogedora. La familia fue designada como “familia acogedora” como medida “eminente cautelar”, hasta tanto se definiera su situación jurídica, y se cumpla el plazo de búsqueda y localización de familiares, que es de 90 días según la ley paraguaya.

El 17 de septiembre de 2009, el matrimonio compuesto por una magistrada de la República en ese entonces, se encontraba realizando gestiones para adoptar a un niño o niña, y solicitaron la guardia provisoria de M. L.

La madre y el padre del niño fueron localizados en el mes de octubre, al igual que los abuelos. El padre y los abuelos no tenían ningún conocimiento sobre la existencia del niño hasta ese momento.

El 10 de noviembre de 2009, tras la realización de un “estudio socio ambiental” en el domicilio de los peticionantes, se dispuso judicialmente la revocatoria de la guarda provisoria a favor de la familia guardadora y se otorgó dicha guarda al matrimonio compuesto por la jueza. En la misma resolución se ordenó la inscripción del niño en el Registro Civil de las Personas.

El 12 de noviembre de 2009, el mismo día en que el niño fue entregado a la familia de la jueza, el Centro de Adopciones, dependiente de la Secretaría de la Niñez y la Adolescencia del Paraguay, informó que había localizado a los padres biológicos del niño, señalando entre otras cosas, lo siguiente:

...entendiendo que “...el traslado del niño aún no se ha realizado, que los padres biológicos han sido encontrados y que existen posibilidades para la reinserción, creemos que no correspondería en este momento trasladar al niño de una familia acogedora a una familia que tiene intenciones de adoptar...”

Desde que ambos progenitores fueron localizados en el mes de octubre, empezaron a hacer las gestiones necesarias para recuperar al hijo. La madre había dejado a su hijo con una pulserita de Recién Nacido en la cual estaba escrito su nombre, la cual también sirvió como evidencia en el ámbito penal porque “nunca tuve intenciones de realizar ese acto”. Realizando las gestiones en el Centro de Adopciones sabían que el niño estaba con una familia acogedora y que una vez que terminaran las evaluaciones, podrían acceder a él. Este plazo es de 45 días, establecido por ley, en el cual no sólo se evalúa a los padres sino también a los abuelos y familiares del niño. En esa etapa se enteran, en el mismo Centro de Adopciones, que el hijo estaba pasando a convivir con otra familia, la cual tenía intenciones de adopción y sobre todo que la señora era jueza en ese momento.

También en el Centro de Adopciones dijeron a los progenitores que debían registrar al niño en la Dirección de Registro Civil, puesto que no se había hecho ese trámite en el momento del nacimiento, y luego conseguir abogados para solicitar la revocatoria de guarda a favor de ellos, así lo hicieron. Además les dijeron que sería un simple trámite y que lo más conveniente sería que fuera el padre quien solicitara esa revocatoria, atendiendo a que la madre había cometido un hecho punible y que sería muy difícil que revocaran la guarda a su favor y que le devolvieran a su hijo.

El 18 de noviembre de 2009 el padre se apersonó al proceso, presentó su registro y señaló

su intención de hacerse cargo de niño, explicando el desconocimiento que tenía de la situación y solicitando le fuera entregado. Específicamente, solicitó la revocatoria de la guarda provisoria otorgada a favor del matrimonio compuesto por la jueza.

Grande fue la sorpresa del padre y la madre de M. L. cuando unos días después el matrimonio de la jueza empieza a actuar con claras intenciones de adopción del mismo.

El 19 de noviembre de 2009, mediante demanda interpuesta por el matrimonio de la jueza, se inicia un proceso de pérdida de patria potestad en contra de la madre. Era tan sólo el inicio de una “guerra” que duraría 2 años y 3 meses. Iniciaba con una demanda en contra de la madre y a la par se iniciaban las inhibiciones, que serían actos más que comunes durante todo el proceso.

El 20 y 25 de noviembre de 2009, el Equipo Técnico de Mantenimiento del Vínculo Familiar del Centro de Adopciones de la Secretaría de la Niñez y Adolescencia, así como la Fundación “Corazones por la Infancia”, respectivamente, emitieron informes en los cuales indicaron la no pertinencia con que se realizó el cambio de guarda y recomendó que el niño fuera reinsertado a su familia biológica.

Ante la solicitud de revocatoria efectuada por el padre, el 14 de diciembre de 2009 se llevó a cabo una audiencia ante la Jueza de Primera Instancia de la Niñez y la Adolescencia del Tercer Turno de la Capital, en la cual ambos progenitores ratificaron que estaban dispuestos a cualquier tipo de estudio o evaluación, pero que devuelvan a al hijo. En esta diligencia, la Jueza de Primera Instancia dispuso la intervención de la Oficina de Mantenimiento del Vínculo del Poder Judicial y la realización de “estudios socio-ambientales”.

Con posterioridad a la audiencia, ya era imposible no ser parte del juicio, por lo tanto la madre contrató un abogado y solicitó a la Jueza de Primera Instancia que dispusiera las medidas necesarias para que en las festividades de fin de año pudiera visitar al niño. Asimismo, manifestó expresamente que no otorgaría su consentimiento para una adopción y solicitó como medida cautelar la prohibición de salida del país de M. L.

No hubo respuesta alguna para visitarlo en las festividades, se inició la feria judicial, que es en el mes de enero, y recién en febrero se retomaron los juicios.

El 19 de febrero de 2010, mediante demanda interpuesta por el matrimonio de guardadores, se inició un proceso de impugnación de paternidad contra el padre del niño. Ya las intenciones de adopción eran claras por parte de este matrimonio, el inconveniente estaba en que el hijo ya estaba reconocido por ambos progenitores y no había consentimiento para la adopción, por lo cual iniciaron estas demandas en contra del padre y de la madre. Tras una serie de inhibiciones, el 31 de agosto de 2010 este expediente fue remitido al Juzgado Penal del Niño y del Adolescente.

También tras una serie de inhibiciones, el 2 de julio de 2010 la Jueza de Primera Instancia no sólo acepta el caso, sino que revocó la guarda otorgada al matrimonio de la jueza y dispuso la restitución del niño a su padre, con seguimiento temporal de una trabajadora social. Asimismo,

mo, se dispuso un régimen de relacionamiento y visitas del niño con la madre y su familia.

Pero los guardadores realizaron una denuncia en la fiscalía el 22 de julio, lo cual abrió un proceso penal por delitos de abandono y otros contra los progenitores, y para el 30 de julio de ese mismo año, ambos estaban imputados. El caso del padre del niño es peculiar porque ante la jurisdicción de la niñez, los guardadores sostuvieron que él no era el padre y pidieron se realice la prueba genética del ADN, mientras que en la jurisdicción penal solicitaron su prisión por ser el padre y cómplice del abandono.

El 18 de agosto de 2010, el Tribunal de Apelación de la Niñez y la Adolescencia de la Capital declaró la nulidad de la decisión adoptada por la Jueza de Primera Instancia del 2 de julio de 2010. En esta decisión, el Tribunal de Apelación indicó que existían una serie de procesos que, en su consideración, debían llevarse a cabo de manera simultánea, en tanto que había una relación entre los efectos de uno y de otro. Asimismo, mencionó que el juzgado al cual le corresponda el conocimiento de la causa, puede disponer alguna medida interina de régimen de relacionamiento con la familia biológica. Pero, siguieron los progenitores sin poder acceder al niño. Él ya tenía un año y ninguna autoridad del Poder Judicial realizaba el seguimiento de guarda, no había informe alguno de cómo estaba y menos aún una foto anexa al expediente.

El 16 de septiembre de 2010 se envió nuevamente el expediente al Juzgado del 2do turno, cuya titular se encontraba inhibida en el caso. El 20 de septiembre de 2010 se estaba esperando el traslado del expediente al Juzgado Penal de la Adolescencia, que para el momento de representación de la solicitud, su titular se encontraba “con permiso por motivos de viaje”. Las inhibiciones o los plazos extendidos eran una constante en los juicios, en ese entonces, ya existían con varios juicios: la medida cautelar de guarda, la pérdida de la patria potestad, la impugnación de paternidad, el juicio penal por abandono. Pero también, en ese tiempo, tuvimos la visita en nuestro país de abogadas del Centro por la Justicia y el Derecho Internacional (CEJIL por sus siglas en inglés, organización que litiga en el sistema interamericano), interesadas en la posibilidad de trabajar con este caso, “para nosotros fue un milagro, porque cada mes que pasaba contábamos con un juicio nuevo, todos interrelacionados, lo cual impedían ver a M. L., el tiempo transcurría y los juicios se acumulaban al igual que las inhibiciones de los jueces, las negativas ante cualquier solicitud eran constantes, pero vimos una posibilidad de ayuda con la comisión interamericana, porque realmente nuestra lucha era contra todo el sistema judicial paraguayo” dice la madre.

Teniendo en cuenta que no accedían al hijo, el 8 de octubre de 2010 ambos progenitores solicitaron por separado ante el Juzgado Penal de la Adolescencia del Primer Turno, el relacionamiento con el mismo y también del niño con sus abuelos. Además, solicitaron que se requiera a los guardadores información sobre el estado del niño y que se materializaran las medidas dispuestas anteriormente (estudios psicológicos y socio-ambientales a los padres biológicos), para dar continuidad al proceso de mantenimiento del vínculo.

El 19 de octubre de 2010, el Juzgado Penal de la Adolescencia denegó estas peticiones, ordenando que la asistente social de turno se constituyera en el domicilio de la familia guardadora para el acompañamiento de la guarda otorgada. Pero esta diligencia nunca se llevó a cabo pese a la insistencia de los progenitores.

El 5 de noviembre de 2010 sus abuelos maternos presentaron una demanda de guarda del niño y solicitaron un régimen de relacionamiento provisorio. La misma tampoco prosperó.

Culminó el año 2010, sin que pudieran ver una sola fotografía del hijo, sin saber el estado en el cual se encontraba, y contando con 7 juicios, también con una medida cautelar por parte de la CIDH, pero que en ese entonces mucho no les entusiasmaba, “puesto que los tiempos de la comisión son extensos y rigen cuando los procesos en los países de litigio culminan y ese no era nuestro caso. Todo lo contrario, cada vez estábamos más enredados en juicios y no teníamos resultados” relata la madre.

Pese a solicitar las visitas para las fiestas navideñas, no se les otorgó. Tampoco la habilitación en feria de los juicios.

Al inicio del 2011, el Centro de Adopciones consideró oportuno realizar otro abordaje los progenitores y sus familias, y lo aceptaron: “nos volvimos a someter a exámenes psicológicos y a recibir a trabajadoras sociales en nuestra casa”.

El 21 de marzo de 2011 el Centro de Adopciones de la Secretaría Nacional de la Niñez y la Adolescencia presentó el “Informe del Abordaje Psicosocial y Legal de Mantenimiento del Vínculo” en el marco del proceso principal de guarda, en virtud del cual indicó que “sería conveniente que el Juzgado se sirva:

1. Revocar la guarda provisorio del niño Mathías otorgada al matrimonio.
2. Ordenar la reinserción familiar del niño, con sus abuelos maternos, o con el padre biológico, o la madre biológica, quienes están en condiciones de hacerse cargo de la crianza y atención del niño, fundamentalmente porque la constelación familiar actual promueve la ayuda mutua y las responsabilidades compartidas”.

A la par, se encontraba en litigio en el sistema interamericano el procedimiento de la solicitud de medidas cautelares y petición ante la Comisión Interamericana:

El 17 de junio de 2010, la Coordinadora por los Derechos de la Infancia y la Adolescencia (CDIA) y el CEJIL presentaron ante la CIDH una solicitud de medidas cautelares. Fue abierta la petición 1474/10;

El 26 de julio de 2010, la Comisión solicitó al Estado que en un plazo de 10 días presentara información sobre los siguientes aspectos:

- a. Si los padres biológicos tienen acceso al niño mientras dure el procedimiento judicial. En caso negativo, informar las razones;
- b. En función del interés superior del niño y los presuntos efectos que dicha situación podría traer en la relación del propuesto beneficiario y sus padres, indicaran cuál es la duración del procedimiento para decidir sobre la guarda del niño y si existe en la normativa paraguaya algún procedimiento expedito para que se decida sobre su situación lo más pronto posible; y

El 23 de agosto de 2010, el Estado presentó su respuesta, en la cual confirmó aspectos

esenciales de los trámites narrados por los solicitantes y agregó la siguiente información sobre los puntos requeridos por la Comisión:

c. A la fecha de presentación del informe, “el Juzgado de origen no había decretado la medida cautelar de régimen de relacionamiento provisorio ínterin se sustanciara el juicio”; y el expediente permanecía en la Cámara de Apelación de la Niñez y Adolescencia, en virtud de la sentencia de primera instancia.

d. La jueza de origen se inhibió del expediente en cuestión, “pasando a la que sigue en orden de turno, quien también se inhibió y así sucesivamente, hasta llegar al Juzgado de Primera Instancia del Segundo Turno de la Niñez y Adolescencia”;

e. Respecto de los plazos procesales, la respuesta del Estado indicó que “todas las normas procesales que rigen a la Jurisdicción de la Niñez y Adolescencia establecen un procedimiento sumario, al punto que el Juzgado de Primera Instancia tiene el brevísimo plazo de 06 días para dictar resolución. Asimismo, los Tribunales de Apelación tienen el plazo de 10 días desde el llamamiento de Autos para dictar resolución”.

El 10 de noviembre de 2010, la CIDH dispuso el otorgamiento de medidas cautelares, tras analizar la situación y “ante la falta de avances en los procesos y los efectos irreparables que las demoras podían generar y estaban generando en perjuicio de L.M.”. En su comunicación, la Comisión indicó que:

Sobre la base del principio del interés superior del niño, corresponde otorgar medidas cautelares en los términos del artículo 25 (1) de su Reglamento, con el fin de asegurar que el factor del tiempo no se convierta en un elemento determinante para las instancias internas en menoscabo de los derechos del niño L.M. En consecuencia, solicitó al Estado Paraguay que:

1. Adopte las medidas necesarias para asegurar que, en el período de tres meses, se haya resuelto los procesos relacionados sobre la guarda y cuidado del niño L.M.;

2. Informe sobre las acciones adoptadas, a fin de dar cumplimiento con la presente medida cautelar.

El 29 de diciembre de 2010, en respuesta al requerimiento de medidas cautelares, el Estado Paraguay confirmó la existencia de los diferentes procesos internos relacionados con el presente asunto y el hecho de que en ninguno de ellos se había llegado a determinaciones definitivas sobre la situación y custodia de L.M., ni sobre un relacionamiento con su familia biológica nuclear o ampliada. Asimismo, indicó que “la mayoría de los expedientes desde diciembre del corriente año (refiriéndose a 2010) se encuentran en el mismo Juzgado por acumulación y para mejor estudio de la Jueza, a excepción del expediente penal”. Además, que “todas las partes hicieron uso de los derechos que les confiere la ley, han solicitado a las autoridades judiciales diferentes pronunciamientos por lo que se han dado inhibiciones, recusaciones, apelaciones, desistimiento de apelaciones, todos ellos están siendo resueltos a pedido de las partes en los diferentes juicios” y que “están siguiendo su curso procesal normal”;

El 22 de febrero de 2011, los representantes del posible beneficiario presentaron información adicional, indicando que en los últimos tres meses el expediente principal de guarda había estado paralizado, debido a las recusaciones e inhibiciones de los jueces, no había sido posible reunir a tres jueces o juezas que admitan su competencia para resolver el recurso de apelación interpuesto contra la sentencia del 19 de octubre de 2010. Asimismo, indicaron que los procesos de relacionamiento iniciados en noviembre de 2010 continuaban sin resolución y que en el marco de los mismos se habían dado seis inhibiciones por parte de jueces y juezas del fuero de la Niñez y la Adolescencia, las cuales habrían generado “hasta 40 días para dar inicio al trámite de las causas”. Agregaron que en el marco del proceso de impugnación de paternidad, no se había realizado la prueba genética del ADN, a pesar de que aquél había solicitado la más pronta realización de la misma para poner fin a este litigio.

El 26 de marzo de 2011, en Washington D.C., se celebró una reunión de trabajo en la CIDH, en la cual estuvieron presentes los peticionarios y representantes del propuesto beneficiario, del Estado de Paraguay y también la madre. En esta reunión, los peticionarios reiteraron el incumplimiento de las medidas cautelares dictadas por la Comisión así como el nulo avance de los procesos internos. El Estado señaló que el hecho de que se hayan producido dilaciones durante el desarrollo de los procesos judiciales, se debe a que las partes –peticionarios y guardadores- hicieron uso de las garantías procesales que les ofrece la legislación nacional, sumado a la cadena de inhibiciones de Juezas de la Niñez, “por causales atribuidas a cada una de las partes”.

Entre los argumentos de la CIDH para fundamentar su solicitud de medidas provisionales, entre los cuales señaló lo siguiente:

a) de una evaluación preliminar de los procedimientos, resultan prima facie una serie de elementos que, en su conjunto, constituyen una situación de extrema gravedad que se encuentra causando, al día de hoy, daños irreparables al niño L.M., a saber:

i. ha pasado un año y 9 meses desde el inicio del trámite principal de guarda de L.M. sin que a la fecha exista decisión de primera instancia sobre su situación. Este proceso se encuentra prácticamente paralizado desde octubre de 2010, fecha en la cual se interpuso un recurso de apelación contra la decisión de 19 de octubre de 2010;

ii. este estancamiento del proceso derivaría entre otros factores de la imposibilidad de constituir un tribunal de alzada que resuelva el recurso, como consecuencia de las inhibiciones de jueces y juezas;

iii. los plazos legales dentro de los cuales, según lo informado por el Estado, deben resolverse estas causas se encuentran ampliamente vencidos;

iv. existen otros procesos relacionados en los cuales también se han presentado inhibiciones y otros incidentes que han impedido una resolución definitiva;

v. el Estado no ha adoptado medida alguna para acelerar los trámites y ha incumplido las medidas cautelares de la Comisión;

b) en aquellas circunstancias excepcionales en las que corresponde a las autoridades internas efectuar determinaciones sobre estos aspectos, el principio de especialidad en las medidas de protección de los niños y niñas, se encuentra estrechamente vinculado con la opor-

tunidad de las decisiones respectivas. Esta diligencia excepcional se debe al hecho de que el paso del tiempo se constituye inevitablemente en un elemento definitorio de vínculos afectivos difíciles de revertir sin causar un daño al niño o niña;

c) en diversas oportunidades que se han dado retrasos injustificados en los procesos y a lo largo de los procedimientos se han dado una serie de inhibiciones por parte de diversas autoridades judiciales del fuero de la Niñez y la Adolescencia;

d) a pesar de las medidas cautelares ordenadas por la Comisión, las cuales incluían un plazo específico para culminar los procedimientos, el Estado omitió adoptar medidas dirigidas a agilizar los procesos internos;

e) la situación de demora y falta de resolución en los procedimientos internos, comporta un riesgo que no sólo resulta inminente sino que ya se está materializando, sin que existan perspectivas de que esta situación cambie sin la activación del mecanismo de medidas provisionales; y

f) la especial celeridad en los procesos, la pronta resolución de los mismos y la determinación urgente de lo que corresponda sobre un relacionamiento con la familia biológica, además de ser exigencias convencionales cuyo análisis corresponde al fondo del asunto, se convierten en el medio de protección y tutela urgente de los derechos de L.M, y la forma de asegurar que las medidas de restitución integral que eventualmente recomiende la Comisión u ordene la Corte, puedan tener verdadera efectividad;

La nota de Secretaría de 25 de mayo de 2011, mediante la cual, con base en el artículo 27.5 del Reglamento y siguiendo instrucciones del pleno del Tribunal, se solicitó al Estado que, a más tardar el 6 de junio de 2011, remitiera las observaciones que considerara pertinentes, así como cualquier otra información y documentación relevante. En dicha comunicación, se solicitó al Estado mantener la confidencialidad debida respecto de la identidad del niño “L.M.”

El escrito de fecha 9 de junio de 2011, mediante el cual el Estado contestó el requerimiento de observaciones y manifestó lo siguiente:

g) que se había respetado el derecho de las partes de peticionar a las autoridades y “se había actuado en todos los procesos con la debida diligencia, cumpliendo con las normas contempladas en la Constitución Nacional y los Tratados Internacionales”;

h) que deben ser tenidas en cuenta las actuaciones de las autoridades internas, pues demuestran el interés y la predisposición del Estado de garantizar la protección integral del niño L.M. El Estado a través de sus tribunales ha adoptado todas las medidas legales existentes a fin de dilucidar las controversias en torno al niño, respetando de esta manera las garantías constitucionales y el debido proceso;

i) que los siete procesos relacionados al niño L.M. existentes en la actualidad deben ser analizados y estudiados a fondo, “pues existen varios confrontamientos, los cuales si se toman a la ligera ocasionarían mayor daño al niño”. El Estado se refirió particularmente al proceso penal abierto por el delito de abandono contra la señora L.S., “progenitora del niño L.M.”, cuya etapa investigativa habría concluido, habiendo sido presentada la acusación por parte

del Ministerio Público en contra de aquélla y solicitada la elevación de la causa a juicio oral y público. Señaló también que la Audiencia Preliminar estaba fijada para el 7 de junio de 2011. También mencionó el expediente de impugnación de paternidad, que se encuentra en apertura de la causa a prueba;

j) que con el fin de que “no se vuelvan a repetir situaciones como la del niño L.M.”, en fecha 23 de mayo de 2011, la Secretaría Nacional de la Niñez y Adolescencia (SNNA) presentó la solicitud del estudio del Anteproyecto de Reforma para la modificación de los Artículos 7, 18 y 21 de la Ley 1136/97, Ley de Adopciones;

La nota de Secretaría de 13 de junio de 2011, mediante la cual, siguiendo instrucciones del Presidente, se otorgó a la CIDH plazo hasta el 16 de junio de 2011 para presentar las observaciones que estime pertinentes.

Observaciones de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos

El escrito de 16 de junio de 2011, mediante el cual la Comisión Interamericana de Derechos Humanos presentó sus observaciones al informe del Estado y alegó que el mismo “resulta abstracto”, no modifica en nada el sustento de su solicitud de medidas provisionales y, por el contrario, refleja la falta de celeridad de los procesos. Además, la Comisión alegó que dicho informe revela que el Estado continúa dando un tratamiento ordinario al presente asunto, el cual “tiene la particularidad de que la urgencia no deriva de una amenaza de daño, cuya materialización pueda preverse en el futuro, sino de un daño que ya se está consumando y cuyas perspectivas de reparación son inversamente proporcionales al paso del tiempo”.

El escrito del 23 de junio de 2011, mediante el cual la Comisión Interamericana de Derechos Humanos “amplió las observaciones” anteriores, indicó que “persiste la situación de parálisis de la causa principal de guarda por la imposibilidad de conformar un tribunal de alzada”, lo cual “se extiende a las tres causas de relacionamiento interpuestas por diferentes miembros de la familia biológica de L.M., así como a la causa de pérdida de patria potestad, en tanto en todas las causas se encuentran pendientes de resolución recursos de apelación”. La Comisión Interamericana manifestó que esta situación “refleja prima facie la incapacidad institucional de respuesta oportuna a controversias que, por la naturaleza de los intereses en juego y los graves daños que se pueden causar al beneficiario, ameritan una diligencia excepcional”. Además, informó que de las tres pruebas de ADN, tan sólo fue posible la realización de la primera, en tanto la familia O-A no se habría presentado con el niño L.M. a la segunda prueba ordenada y habría apelado la resolución que dispuso ampliar la realización de pruebas de ADN a dos laboratorios especializados.

Corte Interamericana de Derechos Humanos

Ante esta respuesta del Estado, la Comisión Interamericana de Derechos Humanos derivó el caso a la Corte Interamericana de Derechos Humanos, y la misma resuelve el 1 de julio de 2011:

Requerir al Estado del Paraguay que adopte, de forma inmediata, las medidas que sean necesarias, adecuadas y efectivas para proteger los derechos a la integridad personal, protección de la familia e identidad del niño L.M., permitiéndole mantener vínculos con su familia de origen, con el apoyo del personal profesional adecuado que haga un monitoreo de las circunstancias emocionales de aquél, conforme a lo dispuesto en los párrafos considerativos 16 y 18 a

20 de la presente Resolución.

Requerir al Estado que informe a la Corte Interamericana de Derechos Humanos, a más tardar el 20 de agosto de 2011, sobre lo dispuesto en el punto resolutivo primero de la presente Resolución.

Al tener noticias de esta resolución, “fue simplemente una luz al final del túnel” comenta su madre. L. M. estaba por cumplir 2 años, y esta era la oportunidad para poder verlo.

El Juzgado de la Niñez y la Adolescencia fijó una audiencia para el 31 de agosto del mismo año, convocando a los guardadores, a los padres y a sus abuelos maternos a la audiencia.

Ese día los guardadores volvieron a provocar un incidente en el proceso, solicitando la nulidad de esa resolución (Pedían la nulidad de la resolución de la Corte Interamericana). Pese al incidente, la audiencia se llevó a cabo con ausencia de los guardadores, se fijó iniciar las visitas por los abuelos maternos dos horas cada quince días en un shopping de la Capital. Se indicó que luego se ampliaría las visitas a los padres, y también la frecuencia de las mismas, cosa que no ocurrió, por lo cual la Corte Interamericana convocó a una Audiencia por el incumplimiento de estas medidas.

Dicha audiencia estaba fijada para el 21 de febrero del 2012. Teniendo todos estos elementos, posiblemente el matrimonio guardador se vio acorralado a entregar al niño, teniendo en cuenta que ya las autoridades judiciales no pondrían más trabas a los procesos.

Antes, el día 13 de febrero de 2012, los guardadores presentan un escrito en el juicio principal, mencionando que entregarían al niño, y que la jueza disponga el mecanismo para llevarse a cabo la entrega.

La jueza volvió a convocar a una audiencia para el 21 de febrero de 2012, misma fecha de audiencia en la Corte Interamericana que tuvo lugar en San José de Costa Rica.

En la audiencia celebrada en Asunción, se resolvió la entrega del niño para el día 27 de febrero y que el mismo estaría acompañado por un mes por su niñera, en tanto en la audiencia de la Corte Interamericana se resolvió no levantar las medidas provisionales en tanto se cumpla la reinserción del niño a su familia biológica.

El proceso penal, culminó en la audiencia preliminar con un acuerdo con la fiscalía, en el cual se demostró que el padre no tuvo participación en el hecho y la madre se sometió a una suspensión condicional del procedimiento por 2 años, pagando una multa de 10 millones de guaraníes (aproximadamente 2200 dólares americanos) a una fundación de ayuda para niños con cáncer y obligada a firmar un libro de conducta cada dos meses, el proceso feneció en junio del 2013.

Los tres juicios por relacionamiento se cerraron una vez que L.M. fue restituido a la casa de la madre al igual que el juicio por pérdida de la patria potestad.

El juicio por impugnación de paternidad se encuentra hasta la fecha en la Corte Suprema de Justicia, teniendo en cuenta la inconstitucionalidad planteada por el abogado de la madre en junio del 2011.

“El día 27 de febrero 2012 fue el día más feliz de nuestras vidas, el proceso duró 2 años y 3 meses y Mathías retornó a casa como si hubiera vivido desde siempre con nosotros” afirma la madre.

En el Sistema Interamericano el caso se denomina “L.M. y otros vs. Paraguay, Petición 1474-10” se encuentran en admisibilidad, es decir, está en proceso de realización del juicio.

5. Comentarios finales:

1. Este caso es sobre todo muy ilustrativo que refleja el manejo de la justicia en el Paraguay. Claramente se nota como se han incumplido las leyes, y casi siempre se intentó no cumplir las resoluciones, y utilizando argucias jurídicas a las que en el Paraguay se las llama “chicanas”. Debido a la amplia difusión del caso por la prensa, era inevitable que el niño, en algún momento de su vida, supiera la verdad sobre lo ocurrido.

2. El niño fue inscripto por sus padres como L. M. R. S, sin embargo en la familia que tenía la guarda le llamaban como B. En el Juzgado le nombraban como M. M.

3. La familia que tenía la guarda tenía las condiciones económicas para cuidar y educar adecuadamente al niño. Sin embargo, durante todo el tiempo que le tuvo a su cargo le tenían encerrado, con todas las comodidades y materiales como ropas y juguetes, pero sin salir a ninguna parte. Es a mi parecer muy grave que la que quería ser madre adoptiva fuera jueza.

4. Se promovieron numerosos incidentes con la finalidad de llegar al plazo de dos años, que en caso de haberse cumplido, se haría imposible la restitución a sus familiares biológicos, pues así lo establece la ley paraguaya.

5. Es necesaria una que en Paraguay exista una Ley sobre la Alienación Parental, al igual que en otros países de la región, que obligue que los casos como este se sustancien en forma rápida, y penalicen a los alienadores. Igualmente creemos que debería existir un Código Procesal de la Niñez, ya que la Jurisdicción de la Niñez y Adolescencia requiere de procedimientos distintos a los de la Jurisdicción civil, debido a su alta especificidad.

6. Si en este caso no hubiera intervenido la Comisión Interamericana de Derechos Humanos no habría resultado positivo. Tenemos conocimiento de la existencia de casos similares tanto en lo referente a adopciones como a la alienación parental. En este caso también ocurrió que los progenitores de L. M. lucharon férreamente contra el sistema judicial porque tienen las condiciones para hacerlo, hecho que no se da siempre debido a factores sociales, económicos, psicológicos y culturales.

8. Es muy grave que justamente la una de las partes del conflicto fuera una jueza de la niñez.

9. L. M. presentaba serios síntomas psicológicos en el momento de la entrega a sus progenitores. Afortunadamente con el tratamiento multidisciplinario que recibe ha mejorado notablemente, y muchos de los síntomas que le aquejaban han desaparecido.

10. Los progenitores de L. M. a pesar de no ser pareja en la actualidad, han emprendido una feroz batalla en el ámbito de la justicia con el acompañamiento de sus padres.

Se puede consultar sobre este caso en:

<http://www.oas.org/es/cidh/infancia/decisiones/cidh.asp>, Informe de Admisibilidad No. 162/11, Petición 1474-10, L.M. y otros (Paraguay), 2 de Noviembre de 2011.

**A ALIENAÇÃO PARENTAL:
CONFLITO CONJUGAL E CONFLITO PARENTAL
e a exposição das crianças à violência nas relações de intimidade**

*Ana Campelos
Helena Monteiro*

Nota quanto aos autores: Artigo escrito em co-autoria por ANA M. CAMPELOS, Advogada, Examinadora nacional, Formadora de formadores em Igualdade de Género e Cidadania e nas áreas técnico-científicas de Direito e sócio-cultural e Consultora e Helena Monteiro, Mestre, licenciada em Serviço Social e Comissária da Comissão de Protecção de Menores do Porto Ocidental.

“E quanto ao casamento, Mestre?
E ele respondeu:, dizendo:

Nascestes juntos, e juntos ficareis para sempre
Estareis juntos
quando as asas brancas da morte acabarem com os vossos dias
Ah, estareis juntos mesmo na memória silenciosa de Deus. ...//...
Mas que haja espaços na vossa união, ...//...
Amai-vos um ao outro
mas não façais do amor uma prisão...//...
Cantai e dançai juntos
mas deixai que cada um fique sozinho//...
Entregai os vossos corações
mas não ao cuidado um do outro...//...
Pois os pilares do templo estão afastados,
e o carvalho e o cipreste não crescem à sombra um do outro.”

“Fala-nos das CRIANÇAS.
E ele respondeu:

Seus filhos não são vossos filhos.
Eles são os filhos e as filhas da vida que ânsia por si mesma.
Eles vêm através de vós, mas não vós.
E embora estejam convosco não vos pertencem.
Podeis dar-lhes vosso amor, mas não os vossos pensamentos,
Pois eles têm os seus próprios pensamentos.
Podeis abrigar seus corpos, mas não suas almas,
Pois as suas almas vivem na casa do amanhã,
que vós não podereis visitar, nem mesmo em sonhos.
Podereis tentar ser como eles
mas não tenteis torná-los como vós.
Pois a vida não anda para trás nem se detém no ontem. .../”
Kahlil Gibran, in O Profeta

INTRODUÇÃO

“Desde sempre que, na natureza animal, os machos perseguiram as fêmeas e tentaram subjugar-las ao seu desejo. É uma imposição da sobrevivência da espécie que os machos cortejem as fêmeas e tentem seduzi-las para as tornar suas, ainda que por breves momentos. Os suficientes para copularem e assegurarem que uma nova geração vem a caminho. De uma forma geral, as fêmeas aquiescem aos desejos do macho, até porque se encontram biologicamente receptivas, e observam com interesse as suas paradas nupciais ou os factores das contendas, para depois, consentirem na união. Cumpridos os rituais que envolvem a continuidade da espécie, as uniões quase sempre efêmeras dissipam-se, até novo período de cio. Todos, machos vencedores e vencidos e fêmeas, aceitam de bom grado o seu papel neste jogo que a evolução natural da vida ciclicamente perpetua e renova.

Não é assim na espécie humana. Homens e mulheres não esperam por determinadas alturas do ano ou do mês para acasalarem, antes fazem-no ao sabor da paixão, do amor e do desejo que os une. Mas antes que tal aconteça envolvem-se também em jogos de lisonja e sedução que tipicamente caracterizam o namoro. Nem sempre os desejos de um lado encontram assentimento do outro. E há quem se conforme com a desdita e quem retalie. Há quem desista logo e quem torne a tentar. Uma e outra vez, persistentemente. E há uniões que terminam. Só por força de um e aceitação conformada do outro, de comum acordo ou em ruptura total. E há novas relações que se iniciam, com outras pessoas, deixando mágoas e ressentimentos, até sentimentos de vingança, em quem se sente relegado, deixado para trás.

O stalking envolve tudo isto que acabamos de escrever na parágrafo anterior. É um misto de retaliação com ameaça, de perseguição e assédio, que persistentemente vai ocupando a consciência do individuo, ganhando por vezes dimensão obsessiva e que parece escapar ao controlo da sua consciência. O seu impacto na vítima é devastador, desde a limitação da sua liberdade até à sintomatologia psiquiátrica, podendo acabar no suicídio ou no homicídio do/a stalker. Instala-se insidiosamente e é tanto mais desesperante quanto se torna difícil, em muitos casos, de fazer a sua prova. O cinema tem sido um veículo essencial para a sua compreensão, desde clássicos como *Gas Light* (1944) onde a manipulação subtil de certos elementos do ambiente

por parte de um marido interessado em enlouquecer a mulher, até ao comportamento patológico de uma Bunny Boiler rejeitada em *Fatal Attraction* (1987), ajudando a perceber melhor a dimensão de um fenómeno que parecia inicialmente reservado às celebridades perseguidas por fãs perturbados.”⁷

O Manual de que acima se extraiu a introdução, liderada por Marlena Matos, uma autêntica stalker do conhecimento sobre a vitimação na intimidade, fala-nos de tudo isso e da compreensão do fenómeno mas também da sua avaliação e sobretudo da sua prevenção, para que cada vez mais vítimas, homens e mulheres e, acrescentamos nós, crianças, em particular, possam reagir e denunciar, pedir ajuda e reorganizar a sua vida.

Posto isto, é consabido que nas relações conjugais o divórcio, a separação é fim, mas também é o recomeço⁸.

As razões ou motivos, as causas próximas, presentes ou passadas, inerentes e intrínsecas de cada casal e a consequente separação ou divórcio são diversas, múltiplas e complexas, que podem ir desde a simples imaturidade e irreverência de jovens casais, a impulsos, modas, ciúme e falta de confiança, ligação obsessiva ao outro, falta de tempo, falta de liberdade individual, falta de respeito pelo outro parceiro; monotonia, traição, insatisfação sexual, escolha de percursos de vida profissional diferente; dissonâncias insuperáveis na educação e cuidados dos filhos, entre muitas mais.

A comunicação dos medos, receios e necessidades coadjuvária na resolução de muitos dos problemas, mas tal não acontece pois o estado já é de ruptura, sendo paradigmática nesta quebra, aliada à recolha e uso de todos os meios de “arremesso” contra o outro cônjuge/parceiro, no qual, invariavelmente, está a criança/filho que – se não foi vitimizado por outras ordens de razões – o passa a ser, como “moeda de troca” que o cônjuge alienante usa contra o cônjuge/parceiro alienado.

Muitos estudos, trabalhos e aperfeiçoamento de técnicas vêm sendo feitos nos últimos anos por e em áreas de saber e conhecimento diversas e transversais ao estudo e conhecimento destes fenómenos da sociedade (só) humana.

A visão de sociólogos, psicólogos, juristas, médicos, assistentes sociais, magistrados, OPC's, entre outros e de Comissões, gabinetes, instituições especializadas em/nestas áreas, é fulcral, não só para o entendimento, mas, essencialmente, para a tomada de medidas e alteração das existentes, legislativas ou não, com vista a excluir, recuperar e, preferencialmente, de imediato, minimizar os danos e lesões físicas e psíquicas causadas nos humanos agressores e agredidos, perseguidores e perseguidos, agentes ou autores da vitimização.

A tudo acresce um dado de extrema relevância que, durante décadas, para não dizer séculos, foi considerado despidendo e relegado no inter e relacionamento do casal e de seus conflitos conjugais: a criança, filhos de sangue ou não.

Assim, se começou e continua a estudar meios e medidas de combate dos efeitos nocivos a nível físico, psico-afectivo e social da criança exposta aos conflitos parentais e à violência que desta decorre nas relações de intimidade.

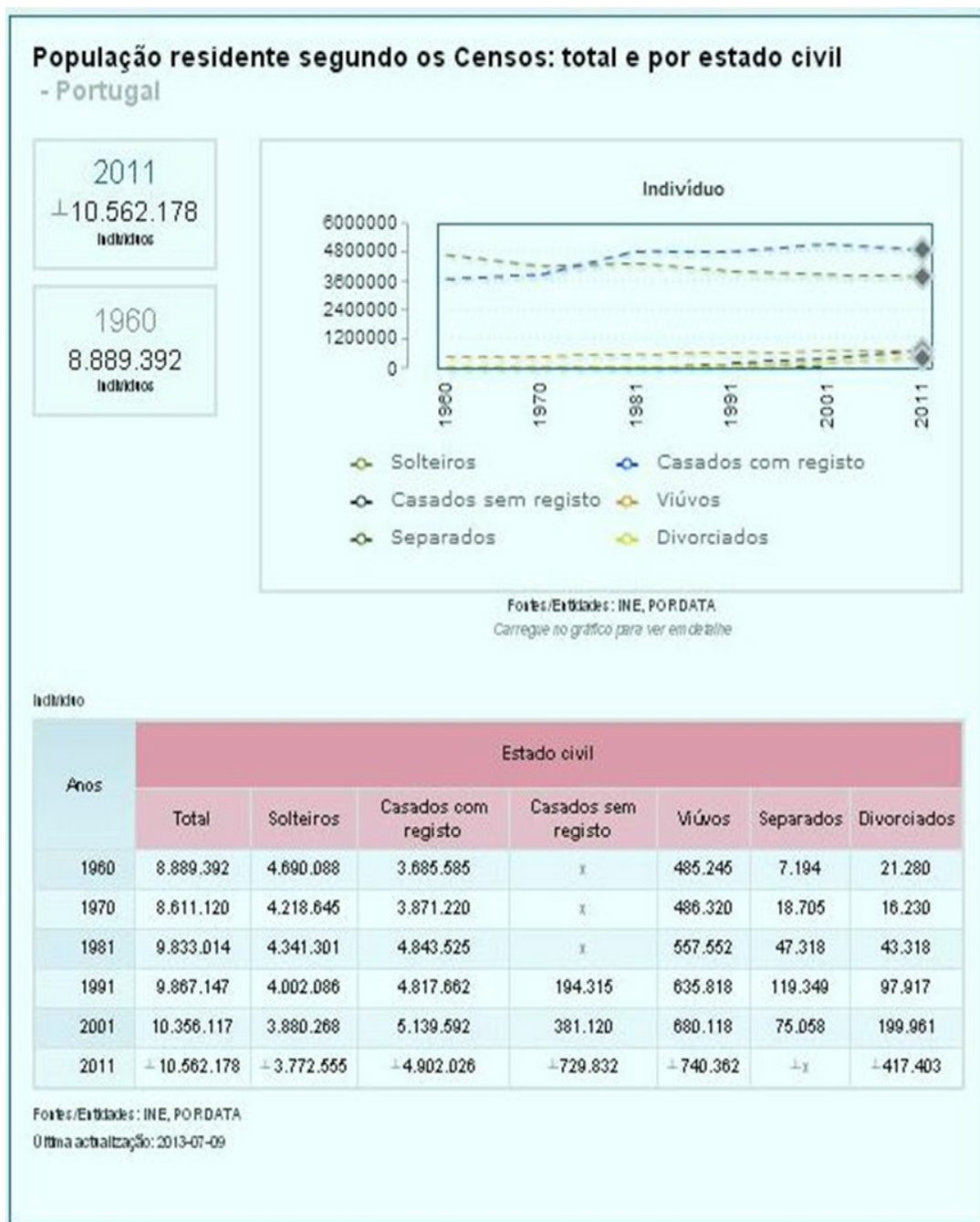
7 Rui Abrunhosa Gonçalves, Professor Associado, Escola de Psicologia, Universidade do Minho, Portugal, Prefácio, in Manual da CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género)

8 Estudo e levantamento feito por Raquel Albuquerque, Fevereiro/2013, Jornal O Público sobre casamentos, divórcios e as decisões que definiram o perfil da família portuguesa desde 1864. São histórias em paralelo com a visão de sociólogos, um psicólogo, uma demógrafa e uma jurista.

OS CONFLITOS CONJUGAIS E PARENTAIS

Os primeiros divorciados registados nos censos em Portugal são de 1911: eram 2685. Mais de um século depois, contaram-se 594 mil.


Vejam-se alguns dados estatísticos como decorrem dos quadros 1 a 5 em anexo, relativamente à população residente segundo os censos: total e por estado civil, cujos registos são elucidativos, onde se contam também mais 4.902 mil casados com registo, 720 mil casados sem registo e um número não apurado de casais separados e mais de 417 mil divorciados.



QUADRO 1

A tudo acresce, o número de divórcios por 100 casamentos cuja rácio em 2012 é de 73,7%(Quadro 2); divórcios entre pessoas de sexo oposto (Quadro 3) e evolução de uma taxa bruta de divorcialidade inicial reportada a 1960 de 0,1 comparativamente aos 2,4 inerentes a 2012 (Quadro 4).

Rácio - %

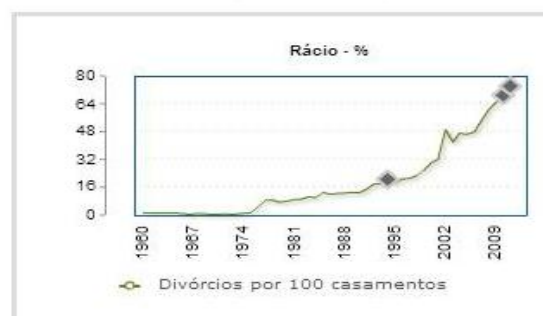
 Anos	Divórcios por 100 casamentos
+ 1960	1,1
+ 1970	0,6
+ 1980	8,1
+ 1990	12,9
2000	30,0
2001	32,3
2002	49,1
2003	42,1
2004	47,1
2005	46,4
2006	47,8
2007	54,2
2008	60,4
2009	64,8
2010	± 68,9
2011	± 74,2
2012	73,7

Fontes/Entidades: INE-DGPJ/MJ, INE, PORDATA
Última actualização: 2013-08-06

1960
1,1
%

2012
73,7
%

Divórcios por 100 casamentos



Fontes/Entidades: INE-DGPJ/MJ, INE, PORDATA

Carregue no gráfico para ver em detalhe

QUADRO 2

Divórcios entre pessoas do sexo oposto: total e por forma de celebração do casamento - Portugal

2012

25.362

Registos

1960

749

Registos



Fonks/Entidades: IIE-DGPJ/MJ, PORDATA

Carregue no gráfico para ver em detalhe

Registos

Anos	Forma de celebração do casamento			
	Total	Civil	Católica	Ignorada/Outra
+ 1960	749	680	68	1
+ 1970	509	508	1	0
+ 1980	5.843	2.209	3.634	0
+ 1990	9.216	3.679	5.537	0
2000	19.104	7.749	11.355	0
2001	18.851	7.579	11.272	0
2002	27.708	11.333	16.375	0
2003	22.617	8.809	13.808	0
2004	23.161	9.127	14.034	0
2005	22.576	8.794	13.782	0
2006	22.881	8.981	13.900	0
2007	25.120	9.797	15.297	26
2008	26.110	10.305	15.805	0
2009	26.176	10.605	15.569	2
2010	27.596	11.238	16.318	0
2011	26.746	10.908	15.838	0
2012	25.362	10.660	14.702	0

Fonks/Entidades: IIE-DGPJ/MJ, PORDATA

Última atualização: 2013-09-12

QUADRO 3

Taxa bruta de divorcialidade em Portugal

Taxa - ‰

Anos	Taxa bruta de divorcialidade
+ 1960	0,1
+ 1970	0,1
+ 1980	0,6
+ 1990	0,9
2000	1,9
2001	1,8
2002	2,7
2003	2,2
2004	2,2
2005	2,1
2006	2,2
2007	2,4
2008	2,5
2009	2,5
2010	2,6
2011	± 2,5
2012	2,4

Fontes/Entidades: INE-DGPJ/MJ, INE, PORDATA

Última actualização: 2013-10-17

1960

0,1
‰

2012

2,4
‰

Taxa bruta de divorcialidade



Fontes/Entidades: INE-DGPJ/MJ, INE, PORDATA

Carregue no gráfico para ver em detalhe

Quadro 4

Relevante ainda, face ao segundo aspecto que se interliga com a conflitualidade conjugal, a existência ou não de filhos nesses agregados conjugais/parentais.

De pertinente importância, ainda, o que os dados estatísticos que nos mostram a percentagem dos nados-vivos fora do casamento com coabitação com os pais e sem coabitação com os pais, respectivamente de 32,8 e 12,8%! (quadro 5)

Nados-vivos fora do casamento, com coabitação e sem coabitação dos pais (%) em Portugal

Proporção - %

+ Anos	% nados-vivos fora do casamento	% nados-vivos fora do casamento com coabitação dos pais	% nados-vivos fora do casamento sem coabitação dos pais
+ 1960	9,5	-	-
+ 1970	7,2	-	-
+ 1980	19,2	-	-
+ 1990	14,7	-	-
2000	22,2	16,8	5,4
2001	23,8	17,8	6,0
2002	25,5	20,4	5,1
2003	26,9	21,5	5,3
2004	29,1	23,2	5,8
2005	30,7	24,8	6,0
2006	31,6	25,3	6,3
2007	33,6	27,0	6,6
2008	36,2	29,2	7,0
2009	38,1	30,2	7,9
2010	41,3	32,0	9,2
2011	42,8	31,9	10,9
2012	45,6	32,8	12,8

Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Última actualização: 2013-10-17

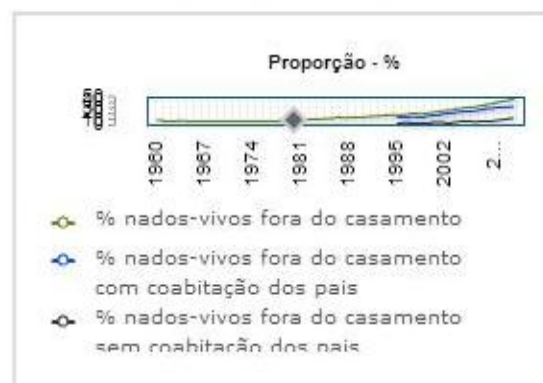
1960

9,5
%

2012

45,6
%

% nados-vivos fora do casamento



Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Carregue no gráfico para ver em detalhe

Quadro 5

E, por fim, quase 41 mil indivíduos de nados-vivos residentes com a mãe em Portugal, no seu total e fora do casamento (quadro 6)

Nados-vivos de mães residentes em Portugal: total e fora do casamento - Portugal

Indivíduo

Anos	Nados-vivos	
	Total	Fora do casamento
+ 1960	213.895	20.221
+ 1970	180.690	13.042
+ 1980	158.309	14.558
+ 1990	116.321	17.095
2000	120.008	26.642
2001	112.774	26.814
2002	114.383	29.117
2003	112.515	30.236
2004	109.298	31.766
2005	109.399	33.633
2006	105.449	33.331
2007	102.492	34.443
2008	104.594	37.854
2009	99.491	37.928
2010	101.381	41.844
2011	96.856	41.489
2012	89.841	40.950

Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Última actualização: 2013-04-30

1960

213.895

Indivíduos

2012

89.841

Indivíduos



Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Carregue no gráfico para ver em detalhe

Quadro 6

Posto isto e sabido que, desde logo, a Lei Constitucional consagra o direito de constituir família no seu art.º 36.º, n.º 1, na qual enuncia o direito a constituir família em condições de plena igualdade, garantindo a todos a liberdade de estabelecer laços de convivência e de partilha de vida, mais ou menos intensos, com outras pessoas, e de procriar, assegurando descendência.

O direito de constituir família compreende, pois, não só o direito de estabelecer vida em comum, mas também o direito de procriar, o qual, nos casos de impossibilidade de reprodução natural, poderá também incluir a reprodução médica assistida; também é certo que 2. do cit artigo regula os requisitos e os efeitos do casamento e da sua dissolução, por morte ou divórcio, independentemente da forma de celebração. Estabelecendo no seu n.º 3 a igualdade dos cônjuges determinando que estes têm iguais direitos e deveres quanto à capacidade civil e política e à manutenção e educação dos filhos. No seu n.º 4 o citado preceito consagra a não discriminação entre filhos nascidos do casamento e fora do casamento; e, por fim, no n.º 5. a atribuição aos pais do poder-dever de educar e prover ao sustento dos filhos, garantindo-lhes o n.º 6, do mes-

mo artigo, que os filhos não poderão ser separados dos pais, salvo mediante decisão judicial quando estes não cumpram os seus deveres fundamentais.

Poder-dever, cujo conteúdo do poder paternal se encontra previsto na legislação Civil Portuguesa, nomeadamente no artigo 1878.º competindo a estes, no interesse (hoje entendido como superior interesse) dos filhos velar pela sua segurança e saúde, esta, interpretada segundo a definição da O.M.S., e que se encontra plasmada no preâmbulo da Constituição desta, como sendo “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças.”⁹, apesar de vozes dissonantes, e da sua definição de saúde possuir implicações legais, sociais e económicas dos estados de saúde e doença.

Chegados aqui, vemos que, à parte a relevância dos dados estatísticos e reais recolhidos e relatados, a prática de stalking, da violência conjugal, da violência tolerada, por e com tudo podemos dizer que traz e faz, inevitavelmente, danos colaterais e reflexos, por vezes letais, precisamente nos seres que os cônjuges ou unidos de facto tiveram de si ou de outros, mas que estão a seu cargo, guarda e vigilância, imperando sobre eles os poderes-deveres consagrados nas leis nacionais, comunitárias e internacionais relativamente a seus filhos ou às crianças que a seu cargo e guarda e cuidados estão: os filhos, as crianças.

Falamos, então, de um conceito e instituto relativamente recente chamado de ALIENAÇÃO PARENTAL.

Independentemente de todas as definições de diversos e doutos autores, professores, mestres, doutrinadores, das transversais áreas que ao caso interessam e nela intervêm, poderemos dizer, singelamente, que a ALIENAÇÃO PARENTAL existe quando um pai ou mãe destrói os laços entre o filho e o outro progenitor.

A ALIENAÇÃO PARENTAL A PARTIR DA ANÁLISE PSIQUIÁTRICA

Identifica-se sob a análise psiquiátrica Alienação Parental sob o estudo pioneiro do psiquiatra infantil Richard Gardner que o iniciou em 1985, sobre a situação em que a mãe ou pai de uma criança a treina para romper os laços afetivos com o outro progenitor, criando assim fortes sentimentos de ansiedade e temor em relação ao progenitor alienado.

Verifica-se que esse problema é especialmente comum no contexto de disputas de custódia de crianças, onde tal programação permite ao progenitor alienante ganhar força perante o alienado tendo como objetivo principal arruinar a relação existente entre o outro progenitor e o seu protegido, tornando-o um órfão de progenitor vivo.

Em diferentes momentos da história considerou-se que a mulher é mais apta que o homem para criar os filhos. Perceberam-se mudanças no sentido de que o homem deixou de ser a única fonte de subsistência da família. Com isso, segundo Maria Berenice Dias, existe então uma nova concepção de família, formada por laços afetivos de carinho e amor. Cessado o afeto, está ruída a base de sustentação da família.

É logo após a separação dos pais, que surgem problemas e preocupações com as primeiras visitas ao outro progenitor, causadas pela intensidade dos conflitos, pelas fantasias, medos e angústias de retaliação ocupam o imaginário dos pais e dos próprios filhos, ainda não acostumados com as diferenças impostas pela nova organização da família. Quando os progenitores estão psicologicamente abalados, as imaginações de perseguições são timbre.

O síndrome de alienação parental (SAP) é um transtorno da infância que surge quase

9 <http://www.who.int/en/>

que exclusivamente no contexto de disputas de custódia de crianças. A sua primeira manifestação é a campanha da criança de difamação contra um progenitor, uma campanha que não tem justificação. Nela resulta da combinação de uma programação, doutrinação dos pais “Brain Wash” e contribuições da própria criança para o aviltamento do pai alvo.

Assim, cabe ao Estado a guarda e a proteção dos indivíduos que sofrem com a Síndrome de Alienação Parental, sendo indispensável não só a participação de psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais, com estudos e testes, mas também que o juiz se capacite para poder distinguir o sentimento de ódio exacerbado que leva ao desejo de vingança a ponto de programar o filho para reproduzir falsas denúncias com o só intuito de afastá-lo do progenitor nesses casos.

A IDENTIFICAÇÃO DA SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL

Muitas vezes, o detentor da guarda da criança tem dificuldade em elaborar adequadamente o luto da separação, sentindo-se traído (a) e, ao notar o interesse do outro progenitor em manter os vínculos afetivos com o filho, desenvolve um quadro de vingança, iniciando uma campanha para desmoralizar o ex-cônjuge. Para isso, cria uma série de situações com a intenção de dificultar ao máximo ou até impedir o contacto do outro progenitor com os filhos, levando criança a odiá-lo e rejeitá-lo.

O tempo da criança e também os seus sentimentos são monotorizados, desencadeando-se uma verdadeira campanha para desmoralizar o outro. É levada a afastar-se de quem a ama, o que gera contradição de sentimentos e destruição do vínculo entre ela e o progenitor alineado. Acaba aceitando como verdadeiro tudo que lhe é informado. Identifica-se com o progenitor patológico e torna-se órfã do progenitor alienado, tornam-se os dois unos, inseparáveis. O progenitor alienado passa a ser considerado um invasor, um intruso a ser afastado a qualquer preço. Este conjunto de manobras confere prazer ao alienador em sua trajetória de promover a destruição do antigo cônjuge.

Quanto aos critérios aferidores do processo alienatório são, basicamente, quatro os admitidos por Richard A. Gardner citado por François Podevyn:

a) obstrução do contacto: o alienador busca a todo custo criar obstáculos no contato do não detentor da guarda com o filho e portanto utilizando os mais variados meios tais como interceções de ligações e cartas, críticas demasiadas, tomada de decisões importantes da vida do filho sem consultar o outro;

Assim, verifica-se que a primeira atitude tomada pelo progenitor alienador é afastar totalmente o filho do outro progenitor, pois assim terá tempo para fazer a programação da criança. As ações são desmedidas nesse sentido e dependendo da perturbação,

b) denúncias falsas de abuso: o guardião insere na criança a ideia de que o outro progenitor está abusando sexualmente ou emocionalmente fazendo com que a criança tenha medo de encontrar com o progenitor alienado.

A falsa denúncia tem o poder de convencer a criança de que esse fato realmente aconteceu sendo então, levada a repetir o que lhe é afirmado como se tivesse ocorrido realmente.

Neste jogo de manipulação em que o detentor da guarda chega a referir que o filho foi vítima de abuso sexual, segundo João Mouta ¹⁰, em 90 por cento dos casos vem a provar-se que a suspeita não é verdadeira.

c) deterioração da relação após a separação: o rompimento da relação conjugal faz com

10 Associação de Pais para Sempre.

que o alienador projete nos filhos toda a frustração advinda da separação, persuadindo a criança a afastar-se do progenitor alienado com a alegação de que ele abandonou a família, e que o fará sofrer assim como o fez;

A falsa denúncia pode convencer a criança de que esse fato realmente aconteceu sendo então, levada a repetir o que lhe é afirmado como se tivesse ocorrido realmente.

d) reação de medo: a criança passa a ser protagonista do conflito dos pais e por medo do progenitor alienador voltar-se contra si, levando a perder gradualmente ou rapidamente o contacto do progenitor alienado.

O medo é uma forma de abuso emocional, onde nesse caso a criança tem medo de ser abandonada pelo alienador, e por isso acaba escolhendo este, colocando-se numa situação de dependência e submetendo-se regularmente a provas de lealdade.

Richard Gardner, em seu estudo, distingue três níveis de desenvolvimento da SAP: leve, moderado e severo.

- No nível leve, a criança apresenta superficialmente alguns sintomas.
- No nível moderado, os sintomas são mais evidentes; a criança faz comentários desrespeitosos e inapropriados contra o progenitor (geralmente o pai), o qual é visto por ela como uma pessoa má, enquanto que a mãe é tida como boa; as visitas são realizadas a muito custo, mas quando se afasta da mãe, a criança consegue ter um relacionamento harmonioso com o pai.

- O nível severo caracteriza-se como sintomas mais expressivos; a mãe e a criança compartilham fantasias paranóides com relação ao pai; a criança entra em pânico frente à ideia de ir ao encontro deste, tornando assim, impossíveis as visitas feitas tanto pelo pai como pela criança.

O melhor meio de se identificar a SAP é investigar a história do casal, entender a dinâmica das relações entre os dois, as motivações daquele que está denunciando e buscar as características psicológicas.

François Podevyn afirma que geralmente a SAP desenvolve-se no ambiente da mãe das crianças notoriamente porque sua instalação necessita muito tempo e porque é ela que tem a guarda na maior parte das vezes. Todavia, pode-se apresentar em ambientes de pais instáveis ou em culturas onde tradicionalmente a mulher não tem nenhum direito.

“É um processo que consiste em programar uma criança ou adolescente para, sem motivo, odiar o pai ou a mãe, até o ponto de que a própria criança ou adolescente ingressa nessa falsa trajetória de desconstrução do outro.”¹¹

“Considera-se ato de Alienação Parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós, ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para que repudie o genitor ou cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este”.

Ou, aonde como doutamente se aduz no precioso artigo escrito sobre a ALIENAÇÃO PARENTAL: COPARENTALIDADE MALIGNA, por Jorge Trindade, Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica/ Diretor da ABCF/RS e IBDFAM/RS e Fernanda Molinari, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica/ Diretora da ABCF/RS e IBDFAM/RS que nos referem:

“Neste último par de anos, talvez nenhum tema tenha sido tão divulgado, em diferentes

11 TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito. 6ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

áreas, quanto à Alienação Parental. Pela perspectiva legal, considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este. (Artigo 2º da Lei 12.318/2010).

Para nós, a Alienação Parental consiste em programar uma criança para odiar, sem motivo, um de seus genitores até que a própria criança ingresse na trajetória de desconstrução desse genitor (Trindade, Jorge. *Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito*. 6ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012).

Recentemente, o DSM-V (Manual de Classificação Internacional de Enfermidades Mentais. American Psychiatric Association), conceituou a Alienação Parental, nos seguintes termos: “A condição psicológica particular de uma criança (cujos pais em geral encontram-se imersos em um processo de separação bastante conflitivo) a qual se alia decididamente a um dos progenitores (o progenitor preferido) e rejeita a relação com outro (o progenitor alienado) sem nenhum motivo legítimo”. Mais acrescentando os mesmos, que “no espectro desses três conceitos, gostaríamos de convidá-los a refletir sobre a denominação cunhada por Trindade (2013) ao referir-se à Alienação Parental como Coparentalidade Maligna.”

Nos conflitos parentais e/ou conjugais inevitavelmente surgem (pelo menos) dois personagens chave: o PROGENITOR ALIENANTE – (normalmente) o guardião que quer afastar a presença do outro progenitor da esfera do relacionamento do filho/a; e o PROGENITOR ALIENADO - o progenitor cujo contacto se subtrai à criança.

A ALIENAÇÃO PARENTAL surge-nos, também, como um mau -trato disfarçado no superior interesse da criança.

A desconstrução do outro progenitor, as raivas e ódios que na criança são incutidas pelo progenitor alienante na criança para tal, além das causas próximas ou remotas, várias de análise sociológica, médica, juridico-legais e de outras áreas do conhecimento, são plúrimas, sendo as comunmente sabidas e quíça mais estudadas, como grande fonte de conflitos as inerentes ao divórcio/separação e os efeitos deste instituto jurídico, seja no tocante à regulação do poder parental em si e tudo o que este engloba (alimentos, visitas, guarda, residência, visitas e demais aspectos que dizem respeito à vida da criança); seja a existência de bens comuns a partilhar em consequência do divórcio/separação; seja, por fim, mas não menos relevantes as causas psicoafectivas e sociais de um ou ambos os progenitores, onde cabe a violência doméstica *lactu sensu*.

Ao longo dos anos a mutação sociológica alerta-nos para comportamentos por parte dos progenitores nos seus filhos que afectam imperativamente a sua conduta destes a nível biopsico-afetivo.

VALORES SOCIAIS, MORAIS E TRANSVERSALIDADE DO FENÓMENO SUB JUDICE

A Alienação Parental surge como um fenómeno transversal a toda a sociedade, como um resultado a situações ou experiências perpetuadas pelos progenitores enquanto casados. Raivas acumuladas, ódios crescentes, desamores, ou poliamores, entre muitos outros factores, como o consumo do álcool, drogas, instabilidade financeira e os graves e silenciosos (o mais

das vezes) maus tratos físicos e psicológicos de um sobre o outro cônjuge. Seja ele a mulher ou o homem. Ou ambos do mesmo género.

Assim uma entre as várias soluções para solucionar/sanar o conflito surge na separação ou no divórcio. Todavia, estes, são ou podem ser fonte subsequente do início da Alienação Parental, presentes, como vimos, os itens que pessoal e legalmente os cônjuges têm de resolver entre si, v.g., destino e guarda do filho, alimentos, partilha dos bens, destina da casa de morada de família, só para elencar alguns.

A mutação da sociedade e de seus valores, o esquecimento de determinados conceitos, valores-guia, referências sociais e morais e familiares, virtudes e competências e que fazem as regras de convivência sã em determinado momento histórico e que integram e se sobrepõem aos conceitos e regras legais e que, em última instância, moldam e fazem estes em lei são a causa, mas também o efeito, da análise sub judice.

Assegurar que todos os indivíduos (cidadãos) que independentemente do seu género, condição e idade, da sua nacionalidade, regionalidade ou etnicidade tem tutelados e garantidos direitos e são sujeitos de obrigações e responsabilidades, é um factor de ordem e coesão social.

Porém, não obstante ser um factor de ordem e de coesão social, estas dicotomias ou dualismos (vg., direitos-deveres) criam tensões, não apenas entre os indivíduos (cidadãos) mas entre os demais agentes intervenientes, não obstante serem tuteladas por leis, em sentido amplo, nacionais e internacionais como dissemos.

Proliferam tantas que se tornam, às vezes, difíceis para os próprios operadores da justiça, para os órgãos e agentes, para os elementos das organizações que defendem e apoiam os vitimizados, de as saber. De resto, mais difícil ainda as são para as vítimas de violência, em particular, indivíduos (homens e mulheres) menos letrados e informados, e em particular para as crianças e idosos que tão pouco têm a consciência e interiorizam estarem a ser vitimizados e estão a ser ou serão “o ou um “ dos meios usados na alienação de um progenitor relativamente ao outro.

De resto, a experiência em campo revela que a incidência destes abusos são directamente proporcionais em grandeza quanto maior o grau de instrução, e mais elevado o nível sócio cultural dos progenitores.

Paradigmático, é ainda a vergonha e a dissimulação dos indivíduos destes extractos sociais mais elevados que não agem nem reagem à violência doméstica – física ou psicológica- ao stalking ou à alienação parental que ocorre entre ambos ou tripartida, como vimos.

Públicas figuras do jet-set, como se noticiou há poucos dias, a título de exemplo, “do caso” publicamente relatado na comunicação social e que terá dado origem a queixas recíprocas, de alegada “violência continuada” sofrida de Bárbara Guimarães, apresentadora, por seu marido e as queixas deste, José Maria Carrilho que alegadamente terá apresentado contra a mulher onde “acusou a apresentadora de ser «um perigo para os filhos» devido à sua dependência do álcool” configuram nesta exposição pública (voluntária ou não dos alegados intervenientes) em “informação” de algum modo didática, porquanto, de per si, removeram a “vergonha” e são (infelizmente) exemplo e incentivo para muitos outros casos de progenitores – que viviam no inferno do silêncio denunciassem os crimes de que são alvo.

Tal facto atrás referido, deu “coragem” e origem a inúmeras queixas de pessoas de classe média alta e muito alta, por alegada violência conjugal e parental e consequentes actos de verdadeira alienação parental relativamente aos filhos dos ditos progenitores.

Outro dos factores que surge, mesmo podendo e sabendo o que fazer jurídica e legal-

mente, são os consabidos constrangimentos – pessoais, físicos e psico-emocionais, financeiros, etc. - inerentes à denúncia contra o agressor de que eles próprios são vítimas.

É um círculo... sem fim: o cônjuge vitimizado, torna-se Alienante, usando os filhos para resolução de problemática que ele sofre, vitimizando a criança – o mais das vezes para toda a vida – investindo-a contra o outro progenitor.

Mas, não nos podemos esquecer que está cientificamente provado que as vítimas escolhidas pelo agressor apresentam sempre uma qualquer vulnerabilidade ou traço distintivo: Pode ser um judeu em França, um sem-abrigo nem Lisboa, uma criança, um idoso, um homem ou, simplesmente, uma mulher. O estado civil e extracto socio-económico é indiferente, pois não exclui a vitimização do outro. E, sejam aqueles indivíduos, os atrás evidenciados ou inseridos no contexto de institucionalizações – por exemplo, lares, abrigos, hospitais -, ou, onde estatisticamente é mais frequente, inseridos no contexto familiar de parentesco ou afinidade.

Está mais que estudado pelas áreas do saber competentes que os indivíduos, até obterem o apoio e serem afastados do agressor, e pior, às vezes, até à sua morte não natural – v.g. são assassinadas -, vivem num ciclo contínuo e vicioso de violência e medo de cortar com a relação de subjugação do ofensor, do agressor.

As razões são múltiplas e plúrimas, e transversais, como vimos, a todas as classes sociais, idades, géneros, raças e religiões ou credos.

Psicólogos, psiquiatras e certas religiões ou credos e filosofias diriam que, resumidamente, “o ego é tudo o que nos obriga a esconder a nossa pureza, a nossa inocência, a nossa bondade, o amor que temos por nós e pelos outros, é o que nos impede de viver apenas o presente e de ver esse momento presente como um momento sagrado que é e não viver os medos do passado ou as ansiedades do futuro. É o que nos impede a vivência da pura alegria e felicidade, do bem-estar incondicional e da aceitação total de todas as diferentes experiências da matéria. O Ego é a reacção, a repetição, a não evolução, a não mudança, é o controle sobre tudo e sobre todos. É aquela parte de nós que resiste às mudanças, que não abdica da razão e que faz tudo para manter a sua zona de conforto e controle em plena segurança.

Porém, ao ver-se e sentir-se cada vez mais sozinho, as emoções de solidão e medo começam a tomar conta do indivíduo. Medo que algo ou alguém possa abalar esse pequeno ser frágil no meio de um mundo gigante e aparentemente caótico. O instinto de defesa, segurança, protecção passam a ser desmedidos. Por termos consciência da fragilidade do nosso ser, colocamos máscaras que simulam uma falsa força, independência, auto-sustentação, segurança. Tudo e todos passam a ser uma ameaça vistos como pequenos reinos espalhados pelo mundo cada um a fazer de tudo para defender o seu castelo. Só o tempo o fará perceber o quanto esse castelo é solitário, frágil e em última instância, ridículo. Visto de cima, todos estão num mesmo planeta. O ego insiste em criar fronteiras, defesas, controlar e manipular são as palavras de ordem do ego.

Mas a violência nas relações conjugais ou parentais é um facto, como o é estudado e sabido quais as suas fases que perpetuam esse ciclo.

Eis, resumidamente, as FASES DO CICLO DE VIOLÊNCIA



a) “A Fase de Aumento da Tensão”

As tensões quotidianas acumuladas pelo ofensor, tensões que ele não sabe resolver sem o recurso à violência, criam um ambiente de eminente perigo para a vítima, que é culpabilizada por tais tensões. Sob qualquer pretexto, o ofensor vai expulsar todas as suas tensões sobre a vítima. Os pretextos podem ser muito simples, recorrendo o ofensor a situações do quotidiano familiar, como Pode também acusá-la de ter amantes ou outro/a namorado/a. O aumento da tensão pode resultar em discussão entre ambos. Pode ainda ser facilitado pela embriaguez ou pelo uso de drogas por parte do ofensor;

b) Segue-se a “A Fase do Ataque Violento”

O ofensor maltrata, física e psicologicamente, a vítima, que procura defender-se apenas pela passividade, esperando que o ofensor pare e não avance com mais violência. Este ataque pode ser de grande intensidade, ficando, por vezes, a vítima em estado bastante grave, necessitando de tratamento médico, ao qual o ofensor nem sempre lhe dá acesso imediato;

c) E depois “A Fase do Apaziguamento”

O ofensor, depois da tensão ter sido direccionada, sob a forma de violência, sobre a vítima, manifesta-lhe arrependimento e promete não voltar a ser violento.

Pode invocar motivos para que ela desculpe o seu comportamento, como, por exemplo, ter corrido mal o dia de trabalho, ter-se embriagado, e ter estado sob efeito de drogas, etc.

Para reforçar o seu pedido de desculpas, trata delicadamente a vítima, fazendo-a acreditar que, de facto, foi essa a última vez que se descontrolou. Porque o ofensor envolve a mulher vítima, agora, de bons tratos e a seduz, esta fase é também chamada de Lua de Mel.

Este Ciclo é vivido pela vítima numa constante de medo e esperança. O medo que sente é motivado pelas experiências de violência já vivenciadas e pelo perigo, que é real e está sempre presente. A esperança que sente prende-se com a vontade que tem de se ver livre de tal relacionamento.

O Ciclo da Violência dificulta muito as tomadas de decisão da vítima, pois esta vive nele fases muito dramáticas (a tensão e o ataque violento), mas que terminam numa fase considerada gratificante (o apaziguamento), na qual a sua esperança de ter uma vivência sem violência faz acreditar e tentar novamente o projecto de vida sonhado.

Este ciclo caracteriza-se pela sua continuidade no tempo, isto é, pela sua repetição sucessiva, podendo ser cada vez menores as fases da tensão e do apaziguamento e cada vez maior e mais intensa a fase do ataque violento, que pode resultar em homicídio conjugal. A vítima encontra-se no Ciclo da Violência sobretudo pelo domínio que exerce sobre ela o seu ofensor, que usa estratégias diversas para ter esse poder sobre ela. Estas estratégias são usadas, isolada ou conjuntamente, de um modo subtil ou violento. E onde a presença das crianças é facto consumado. Vejamos:

Curioso analisar dados reportados a cerca de um atrás, em Portugal – 13/11/2012- que nos revelam que 4 em cada 10 casos de violência doméstica é presenciada por menores: “Quatro em cada dez ocorrências de violência doméstica participadas à PSP e à GNR foram presenciadas por menores, revela o relatório anual das forças de segurança, com base em quase 30 mil participações deste crime feitas no ano passado. Em 2011 foram registadas pelas forças de segurança 28.980 participações de violência doméstica, 17.495 das quais pela PSP (60,4%), 11.485 pela GNR (39,6%), o que correspondeu a uma diminuição de 7,2% relativamente a 2010. Em média, as forças de segurança receberam 2.415 participações por mês, 79 por dia e três por hora, menos uma do que em 2010. Em 42% dos casos, as ocorrências foram presenciadas por menores, refere o relatório anual de monitorização de ocorrências participadas às forças de segurança publicado no site da) Segundo o documento, 26.791 participações foram registadas no Continente (92,4%), 1.238 nos Açores Direcção-Geral da Administração Interna (DGAI res (4,3%) e 951 na Madeira (3,3%). Lisboa foi o distrito que registou o maior número de participações (6.741), seguindo-se o Porto (6.039), Setúbal (2.282), Aveiro (1.795) e Braga (1.698). Agosto é o mês em que se registaram mais queixas, mantendo-se a tendência para uma maior proporção de participações à segunda-feira (17%) e uma maior proporção de ocorrências ao fim de semana (34%). Mais de um terço das participações (34%) foi feito entre as 19 e as 24 horas, seguindo-se o período da tarde (33%), entre as 13 e as 18 horas. [...]

Todavia, como dissemos, esta ruptura deste ciclo pode ocorrer por via do divórcio/separação.

Sem prejuízo, regra geral, dos “ódios, raivas, vinganças” que ficam presentes e latentes e levarão o progenitor vitimizado a usar os filhos/a criança filho de ambos como “arma de arremesso” para resolução dos seus diferendos com o (às vezes, já) ex-cônjuge/ex-companheiro, tornando-se, assim, ALIENANTE ao afastar a presença do outro progenitor da esfera do relacionamento do filho/a.

Seja por estes motivos, sejam por outros não elencados, a vítima na relação conjugal, ou de união de facto, passa a ser o algoz, usando “o objecto de amor” do outro ex-cônjuge - os filhos – manipulando-os, exercendo violência psicológica sobre os mesmos – v.g. dizendo mal do outro progenitor, atribuindo culpas forjadas, mentindo sobre a conduta pessoal, moral e social do outro progenitor não guardião, assediando com telefonemas as crianças aquando em visita ao outro, impedindo estas, atemorizando com medos, venenos que lhe sejam ministrados em comidas pelo outro progenitor, chantageando com represálias as crianças para contarem tudo o que viram fizeram ou passaram; promovendo o isolamento relacional das crianças com o outro progenitor e familiares deste, subornando-as com presentes mais ou menos caros ou dispensáveis; intimidando-os e ameaçando-os mesmo tecendo falsas acusações e insinuações sobre a conduta, carácter e personalidade do progenitor alienado; gritando ou chamando a polícia, fazendo crer as crianças em falsas promessas de não vontade de visita e impedindo esta por falsas razões que previamente avisam o não guardião de motivos sérios (mas falsos) de não visita, de falsa falta de pagamentos de pensões, etc... em que o “inferno pintado” é o limite para o progenitor Alienante.

A imaginação do progenitor Alienante não tem cercas nem barreiras, nem mesmo as legais, e se o Alienante é, vg., profissional do foro jurídico, psiquiátrico, etc., pior – pois, alegadamente, contorna mais facilmente todo o sistema legal com manobras, em sentido amplo, legais, mas deformadas, dilatórias e perpetuantes da resolução do caso, e dado os inúmeros intervenientes nos casos da C.P.M., e até findar o processo (veja-se, por exemplo, as crianças

são ouvidas mais de 8 vezes por diversas intervenientes processuais e em tempos diferentes, contando inevitavelmente versões diversas - à parte as manipulações sofridas pelo Alienante; exames médico-forenses e psiquiátricos avaliados dois ou mais anos após a ocorrência dos alegados factos, delongas judiciais possíveis e imaginárias) demora anos.. até que o céu ou apenas um purgatório ou limbo seja o paraíso das crianças!...

Infelizmente quase nunca o é.

Dizem-nos os especialistas das áreas médicas que a criança violentada, torna-se sempre (salvo raras e pontuais excepções) num adulto agressor e violento.

A violência não consiste numa agressão pontual, isolada. Consiste na vitimação continuada no tempo, revelando a existência de um sistema de muitas agressões, físicas e psicológicas, sobre a vítima.

Porém, como referiu Maria das Dores Guerreiro, socióloga, professora do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) hoje em dia há uma “Menor predisposição para o sofrimento, mais autonomia financeira, menos dependência das mulheres. Hoje, cada um tem hipótese de se reconstituir à margem do casamento”, sublinha a directora da Pordata. Também , sublinha a evolução da sociedade portuguesa, de uma fase “tradicional, agrícola e camponesa” para uma fase “industrializada e urbanizada”, nos anos 1970 e 80, alegadamente facilitadora de minimizar aqueles problemas....mas, não o cremos.

CONCLUSÕES

Daí que segundo Goode (1982,81) «o divórcio deve considerar-se como um elemento importante dos sistemas familiares ocidentais, uma válvula de escape para as tensões que surgem inevitavelmente do facto de duas pessoas terem de viver juntas.

A maioria das sociedades do mundo desenvolveu esta solução, que é utilizada em circunstâncias e com consequências diversas. O divórcio difere de outras soluções para os conflitos, como a anulação ou a poliginia, pelo facto de as mulheres serem livres de arranjar outro marido»

Paradoxalmente, na sociedade e no casamento tradicional em que as esferas da relação dos cônjuges tinham mais amplos espaços de separação/segregação, uma rutura não produzia uma perturbação tão nítida no mundo social como na situação atual que se vê o casal como uma unidade afetiva e relacional em que tudo é tendencialmente partilhado-experiências, amigos, vida social . Aqui a ruptura de um casamento impõe redefinições gerais na rede social.

“Desta forma após a dissolução do casamento algumas pessoas conseguem enfrentar a separação sem descuidar da proteção dos filhos, a evidência científica mostra que as praticas parentais são uma das fontes mais importantes, para o desenvolvimento das crianças (Collins , Maccoby, Steinberg et al 2000), suportando a crença de que as primeiras relações no contexto família cumprem um papel fundamental no desenvolvimento.

Contudo a compreensão moderna sobre o desenvolvimento humano (Brofffenbrenner & Morris , 2006), a parentalidade (Belsky & Jafee , 2006) e os Maus-tratos e Negligência Infantil (Cicchetti & Valentino , 2006) reconhece a influencia direta ou indireta de múltiplos fatores contextuais, prestando também uma maior atenção às características pessoais dos pais e crianças. Com um Modelo de epigénese probabilística(Gottlieb&Willoughby,2006) procura-se compreender a função conjunta das influencias – na sua bidirecionalidade e na trasaccionalida-

de dos fatores sobre o desenvolvimento ontogenético das crianças (Sameroff&Fiese ,2000).

Fatores individuais e relacionais, contextuais e características da criança influenciam a parentalidade e por consequência a promoção do desenvolvimento ou risco de ocorrência de Maus-tratos e Negligência Infantil.

O modelo dos determinantes da parentalidade (Belsky, 1984; Belsky&Jaffee , 2006) considera que esta é multideterminada por fatores socio-económicos, culturais comunitários, familiares, desenvolvimentais, genéticos e biológicos.

Estes fatores podem influenciar-se mutuamente e têm importância crescente consoante o seu peso e proximidade face à interação entre os pais e os filhos. Por exemplo, o percurso desenvolvimental de cada pai surge como um fator de influência na personalidade e bem-estar psicológico do mesmo, influenciando o seu funcionamento parental e, consequentemente, o desenvolvimento da criança.

Com base na compreensão ecológica e numa visão probabilística do desenvolvimento, o modelo ecológico transacional da Etiologia dos Maus-tratos e Negligência Infantil (Cicchetti&Valentino,2006) tem contribuído para o conhecimento da etiologia dos MNI , mas também para uma mais ampla compreensão da parentalidade, identificando um conjunto de características passível de ser denominado “ambiente médio esperado” (promotor do desenvolvimento), características estas que abrangem, o temperamento , a qualidade da vinculação , adequação dos estilos parentais , as estratégias de socialização , a cultura e acesso a serviços de saúde etc.

A parentalidade e os MNI é entendida na sua dinâmica interativa, envolvendo características dos pais, da criança e do(s) contextos(s) onde a família se insere (comunidade, cultura e país). Os MNI tem assim uma natureza multicasual e devem ser considerados como uma disfunção dos diversos sistemas. O modelo considera a existência de quatro níveis ecológicos: 1) Macrossistema: aspetos sociais, económicos, e culturais de um país ou região que influenciam o problema; 2) Exossistema: aspetos da comunidade envolvente; 3) Microsistema: fatores dentro da família variáveis envolvidas nos comportamentos dos membros da família , interações do sistema familiar e parental; 4) Desenvolvimento Ontológico: fatores do individuo que estão associados com o ser perpetrador ou vítima de MNI.

Um outro aspeto relevante deste modelo é a proposta de quatro classes de determinantes da ocorrência de MNI: fatores vulneráveis e duradouros (riscos), desafios transitórios (protetores). Os autores referem também que a possibilidade de ocorrência de MNI é determinada pelo equilíbrio entre os fatores protetores e risco e pelo balanço ao longo do tempo. O modelo explica também a adaptação positiva de algumas crianças, que apesar de experienciarem situações de MNI, desenvolvem capacidades de resiliência devido à presença de fatores de proteção duradouros.

A parentalidade envolve as crianças e os pais numa interação ao longo da vida e pode ser definida pelas atividades, áreas funcionais e pré-requisitos que tentam a sobrevivência, o desenvolvimento e o bem-estar das crianças (Hoghugh 2004).

Esclarecer em que consiste a parentalidade eficaz torna-se uma tarefa importante, sendo necessária mais investigação orientada para a prática e intervenção , que dê suporte às características da parentalidade enquanto atividade multifacetada e complexa(Hoghugh 2004).

A promoção do sentimento de competência parental tem sido um dos focos mais salientes dos programas de formação parental procurando potenciar as capacidades parentais e promoção do desenvolvimento saudável e bem-estar da criança.

Todavia, ainda, nos cenários de divórcio por norma é atribuída as responsabilidades parentais à mãe deixando o pai de fora.

Pelo que muito há a trabalhar ainda...

A maioria destas sugestões têm sido consideradas não só para o desenvolvimento futuro deste trabalho no âmbito dos projectos anteriormente mencionados, mas também como base para a conjugação de esforços de todos os técnicos e operadores envolvidos no sentido de uma maior consciencialização das questões abordadas, mormente, no tocante às alterações legislativas e alterações estruturais e funcionais de serviços, que se impõem em Portugal.

Como observação final, este documento foi desenvolvido para que se pudesse combinar formalidade técnica e rigor sob um ponto de vista científico, com a possível simplicidade, de modo que uma maior gama de leitores possa entender corretamente este trabalho e tirar proveito de seus avanços. Esta combinação tem por objetivo instigar a contribuição deste trabalho para o desenvolvimento científico-prático da área.

“Treating the familiar as unfamiliar draws out the absurdity in the world we have created, allowing us to see our existence anew. It makes our objects and actions seem silly in some cases and ridiculous in others. What has been hidden in normality is exposed.”

David Holub on Kurt Vonnegut

Fontes/Entidades: INE, PORDATA

População residente segundo os Censos: total e por estado civil

Âmbito Geográfico: Portugal

Operação estatística: X a XV Recenseamentos Gerais da População

Tipo de operação estatística: Recenseamento (directo)

Período ou momento de referência: Dia (15/Dez/1960; 15/Dez/1970; 15/Março/1981; 15/Abril/1991; 12/Março/2001; 21/Março/2011)

Periodicidade: Decenal

Entidade responsável: INE

Conceitos

População Residente

Pessoas que, independentemente de no momento de observação – zero horas do dia de referência – estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres. (metainformação – INE)

Estado Civil

Situação jurídica da pessoa composta pelo conjunto das qualidades definidoras do seu estado pessoal face às relações familiares, que constam obrigatoriamente do registo civil. Compreende as seguintes situações: a) solteiro; b) casado; c) viúvo; d) divorciado. (metainformação – INE)

Série

Série	Unidade de Medida	Tipo de Valor	Escala	Notas
Estado civil	Indivíduo	Valor absoluto	N.º	Em 2011, com a entrada de vigor da Lei nº 9/2010 de 31 de Maio que permitiu o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, consideram-se também as pessoas casadas e as uniões de facto com pessoas do mesmo sexo.

Notas de ano

Ano	Notas	Quebra de série
1970	O total apresentado para a população residente (8.611.120) difere do somatório da população residente por sexo (8.653.252) e por grupo etário (8.611.125).	
1991	Em 1991, pela primeira vez, o Recenseamento Geral da População passou a contabilizar os "casados de facto" ou com registo e as "uniões de facto" ou casados sem registo.	
2011	Quebra de série aplicável apenas à categoria "Casados sem registo": em 2011 inclui os indivíduos separados.	✓

Conceitos:

Abreviaturas:

MNI- Maus-tratos e Negligência Infantil

O.M.S. Organização Mundial de Saúde

URLS consultados:

www.pordata.pt

www.ine.pt

www.alienacaoparental.com.br/ mar. 2012.

<http://www.tribunalconstitucional.pt/>

<http://www.who.int/en/>

<http://doc.jurispro.net/thread.php?lng=pt&pg=31932&fid=2&cat=1>

<http://www.publico.pt/sociedade/noticia/alienacao-parental-quando-um-pai-ou-mae-destroi-os-lacos-entre-o-filho-e-o-outro-progenitor-1376606>

<http://pais-para-sempre.blogspot.pt/>

<http://specan.pt>

Referências bibliográficas:

aborado pelo Juiz Conselheiro João Cura Mariano”

- Belsky, J.(1984) “ The determinants of parenting: A process model “ , em Child Development
- Saraceno , Ch e Naldini , M (2003 , 2ª) : “ O casamento e o casal” . em Sociologia da Família Lisboa : Editorial Estampa
- Belsky J, Jaffee S.(2006) “The multiple deternants of parenting “ 2ª edi.Hoboken , N.J.
- Cichetti & Valentino , K (2006) “ An Ecological Transactional Perspetive on Child Maltreatment :Failure of the Average Expectable Environment and Its Influence upon Child Development” in Cichetti &D. J. Cohen (eds) Developmental Psychopatologhy 2ª ed.
- Dias, João Paulo, Mestre em Sociologia do Direito, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, VI Congresso Português de Sociologia.
- Feitor, Sandra Inês, Síndrome da Alienação Parental à Luz dos Direitos dos Menores, Almedina, 2012, 1.ª ed.
- Mariano, João Cura, Juiz Conselheiro, O Direito De Família Na Jurisprudência Do Tribunal Constitucional Português”, Relatório Português na XII Conferência Trilateral Espanha, Itália, Portugal, www.tribunalconstitucional.pt.
- Resumos das intervenções do 3.º Congresso sobre o Abuso e Negligência das Crianças – Violência Tolerada - de Luísa Verdasca Sobral, Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos de MJ; Conselheira Efetiva do MJ no IV Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação; Armando Leandro, Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco; Duarte Nuno Vieira, Presidente do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P.; Agostinho Marques Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto; Teresa Magalhães Presidente da Sociedade Portuguesa para o Estudo da Criança Abusada e Negligenciada e Franciens Lamers-Winkelman-Universidade de Amesterdão, Holanda, Exposição de

Crianças à Violência nas Relações de Intimidade.

- TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito. 6ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012
- Sameroff&Fiese ,B.H. ,(2000)”Transactional Regulation and Early Intervention , Cambridge University Press , U.S.A.
- Houghghi , M.(2004) “Parenting An Introdution , in M. Houghghi & N. Long Edt.London Sage Publications
- Broffenbrenner , U &Morris, (2006)”The bioecological model of human development , in R.M.Lerner Ed , NJ,Wiley

A DINÂMICA PSÍQUICA DO ALIENADOR: TRANSGERACIONALIDADE

Lair Delice Pellini
Psicóloga e Advogada
lpellini@terra.com.br

RESUMO

Este artigo trata do estudo da dinâmica psíquica do alienador através da transmissão transgeracional. Para compreender esta questão, fez-se uma pesquisa bibliográfica sobre a transmissão psíquica, pelo viés psicanalítico, lacaniano, além de vários outros autores estudiosos no assunto.

A transmissão psíquica é necessária e concomitante a constituição do sujeito e, pensar na transmissão psíquica entre gerações é abrir caminho para diversas teorizações a respeito de como somos constituídos e quais suas consequências. No caso do alienador, a transmissão psíquica acontece de forma negativa sendo que, esse comportamento pode se tornar repetitivo, cujo aspecto patológico da transmissão se origina pela impossibilidade de simbolização de situações traumáticas.

Cada um de nós é portador de certos mandatos transgeracionais, isto significa dizer que, além das representações maternas e paternas também são transmitidos um conteúdo explícito como os ditos e não ditos, segredos, tabus. Essa transmissão, portanto, inscreve a criança na história familiar que precede, dando a ela um lugar nesta história. No alienador, trata-se de uma transmissão alienante e não estruturante, possibilitando continuidades narcísicas e vínculos patológicos, que sufoca e impede a singularização do herdado, já que se impõe em estado bruto aos descendentes e sustenta uma dimensão fantasmática familiar.

Palavras Chaves: dinâmica; alienador; transgeracionalidade

INTRODUÇÃO

Conforme Paulo Serra, “a palavra alienação vem do latim alienare “transferir para outrem, alucinar, perturbar. Comum a todos os filósofos e, não somente a Hegel e a Marx como especifica Wood, é a idéia de que a alienação refere-se, fundamentalmente, a uma espécie de atividade na qual a essência do agente é afirmada como algo externo ou estranho a ele, assu-

mindando a forma de uma dominação hostil sobre o agente.¹²”

A mãe alienadora coloca o pai no banco dos réus, faz deste um pai carente, considerado faltoso em sua paternidade. As explicações para tal comportamento dessas mães vinculam-se com a sua própria história familiar, com os exemplos dados pelos que fizeram parte do seu crescimento como suas próprias mães, avós de seus filhos. Mesmo no âmbito de uma vida familiar formalmente estabilizada emocionalmente, é provável que tenham desvalorizado e anulado o papel afetivo do pai na vida familiar e muitas vezes o seu próprio papel como mães ou só foram valorizadas por serem reprodutoras e não como mulheres e, como consequência não aprenderam a interagir afetiva e emocionalmente na relação homem-mulher, ou seja, foram mulheres mal-amadas, independentemente das suas condições sociais e culturais.

Outra explicação também importante reside na relação que a mulher que hoje é mãe, teve com o seu próprio pai. Uma pessoa que não tem compreensão das manifestações afetivas, cuja relacionar-se sempre foi baseado em regras funcionais e sociais, naturalmente não pode transmitir o melhor exemplo à mãe dos seus netos, pela via do afeto.

Isso levará a mãe alienadora a ter dificuldades em relacionar-se com o pai dos seus filhos e, quase sempre, depois da relação ter terminado, porque em muitos casos, fantasiou ou poderá também ter experienciado, o quadro dos seus próprios pais (avós maternos dos filhos), na sua própria relação, como seres totalmente ausentes afetivamente.

Como figuras alienadoras, podem também fazer parte os avós e, não se deve negligenciar a sua importância. Estes transmitem muito parecer e pouco ser, por isso, são avós que costumam encarar o afastamento do pai dos seus netos, como uma anomalia social dos tempos modernos.

Aspectos menos visíveis, estão ligados à estrutura psíquica das famílias e das pessoas que têm na sua matriz comportamentos perturbados, embora demonstrem serem pessoas socialmente integradas.

Os alienadores são manipuladores emocionais e normalmente se escondem atrás de uma máscara de amor, cuidado, amizade e carinho e ao mesmo tempo despertam sentimentos de culpa, usando todos os botões e táticas de manipulação, obrigando suas vítimas a fazerem exatamente o que eles querem.

Segundo Lacan¹³ o ser humano advém primeiramente de uma relação simbiótica, e passa de uma relação de inexistência para uma relação de existência parcial- dependente, para só então, depois de passar por um grande processo de desenvolvimento se tornar teoricamente, um ser completo. Para passar por estas duas fases, o ser necessita do outro para sobreviver e se desenvolver, assim esta necessidade se satisfaz com a retirada do que é do outro e desta maneira, passar a fazer parte do que é meu, ou seja, do que é parte de mim. A este processo chama-se de alienação, pois eu existo somente através do outro, eu não existo completamente por mim mesmo.

Bruce Fink nos traz uma interessante noção lacaniana do sujeito e sua Alienação pelo Outro:

“O sujeito é aquilo que um significante representa para outro significante, somos alienados na medida em que

12 SERRA, J. M. Paulo. Alienação. Coleção artigos LUSOSOFIA. Universidade da Beira do Interior: Covilhã, 2008, p. 5.

13 MOSQUEIRO, Júlio César Galves Gomes Mangini. Poder Familiar; Guarda dos Filhos; O Direito de Convivência e suas Vicissitudes. 72 p. Monografia. Direito/ Bacharelado da FMU. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.scrib.com/doc/15099353/Poder-Familiar>> Acesso em 15 de junho de 2011.

nossas necessidades e prazeres são organizados e canalizados em formas socialmente aceitáveis pelas demandas de nossos pais (o Outro como demanda); na medida em que nosso desejo surge como desejo do Outro. Lacan define o sujeito como uma posição adotada com relação ao Outro enquanto linguagem ou lei; em outras palavras, o sujeito é uma relação com a ordem simbólica. À medida em que a noção de Outro de Lacan evolui, o sujeito é reconceitualizado como uma postura adotada com relação ao desejo do Outro (o desejo da mãe, do pai ou ambos), uma vez que aquele desejo provoca o desejo do sujeito. O sujeito- falta a ser- é visto, portanto, como consistindo numa relação com o desejo do Outro, ou como uma postura adotada com relação a esse desejo, fundamentalmente emocionante, porém ameaçador, fascinante e, no entanto, esmagador ou revoltante. Embora uma criança deseje ser reconhecida pelos pais como merecedora do desejo deles, esse desejo é ao mesmo tempo hipnotizante e mortal.”¹⁴

De acordo com a teoria lacaniana, veremos que a alienação é um fenômeno natural e imperioso no desenvolvimento psíquico humano. Inicialmente somos fruto do desejo de nossos pais, podemos imaginar então a potencialidade alienadora que uma mãe com a guarda exclusiva e com a complacência do Poder Judiciário pode ter sobre uma criança.

Temos vários traços em nossa personalidade, mas o que se denota perturbador é a predominância acentuada de um ou de outro, pela negativa, trazendo resultados nocivos para si e para quem o rodeia, e nestes casos, a ciência fala de perturbações sérias e de doença mental e, é neste quadro, que existem pessoas e famílias cujas estruturas são predominantemente psicóticas e neuróticas e podendo explicar muitas das situações de alienação, principalmente nos casos graves dos psicóticos.

As pessoas não têm consciência das suas próprias perturbações em casos mais graves de alienação em psicóticos porque só interagem de forma funcional e não percebem o sofrimento e o prazer ditado pelas emoções e pelo afeto simplesmente porque não os têm e que, quando confrontados com as situações, as negam.

No psicótico o espaço relacional é imposto por exigências de ordem puramente funcional e não afetiva, mesmo quando, riem e são simpáticos com os outros, fazem socialmente de forma mecânica não conseguindo perceber as necessidades afetivas dos outros e as manifestações mais emotivas que dela provem, levando-os de maneira frequente, a negar tudo o que decorra de afetos e da sua interação.

As pessoas que possuem traços de personalidade psicóticos não costumam se questionar e assim negam tudo achando que o problema está sempre no outro, eles nunca têm culpa das situações.

A mãe alienadora possui características predominantemente psicóticas, comumente são isoladas afetivamente em relação aos que as rodeia, embora consigam ser profissional e socialmente ativas, passam a ideia falsa, que são afetivas, sobretudo se isso for socialmente expectante. Normalmente, se escondem do que as confrontam, utilizando estereótipos sociais, como os

seus mais fortes aliados, sobretudo em frente a terceiros. Geralmente nem o sofrimento emocional dos próprios filhos conseguem perceber, como é visto, por exemplo, nos tribunais, pela maneira com que os colocam a desprezar os pais alegando de maneira perversa que, o que é a proteção dos filhos que está em questão.

Toda possibilidade do amor, da gratidão e da reparação ficam sufocados pelo ódio desencadeado pela inveja e pela rivalidade, o que obstrui os recursos criativos do indivíduo, justificando a personalidade borderline, psicóticos e perversos.

Extremamente narcisista, a construção do alienador está baseada na falta de maturidade emocional dos indivíduos que não aprenderam a estabelecer vínculos afetivos e vivem somente em função de si mesmo procurando quem faça o mesmo por eles. Os narcisistas não se relacionam com o compartilhar de trocas, esperando apenas receber do parceiro ou da parceira, a satisfação de seus desejos e, desta forma, aproximando-se de pessoas emocionalmente frágeis, dependentes ou excessivamente boazinhas. É a estrutura do narcisismo perverso, e pretende usar o outro, depreciá-lo, submetê-lo ou aniquilá-lo.

O narcisista pode se mostrar frio e vazio com quem se relaciona quando contrariado, além do que são manipuladores, sedutores, dificilmente assumem a culpa pelos seus atos, são exigentes e controladores e podem mostrar-se agressivos, explosivos ou ter acessos de raiva. São pessoas que não se vêem tal como são, sentem-se e falam de si como vítimas da vida ou daqueles que os contrariam mostrando que seus desejos são insaciáveis e podem se aproveitar da boa fé ou vulnerabilidade do outro.

Ao se separar ou divorciar, a mãe invoca e passa a promover um sentimento de propriedade uterina para com os filhos, procura afastá-los do pai e tomar o filho, simbolicamente falando, como o falo que deixou de ter e assim, sentindo-se valorizada socialmente, tal como provavelmente o foi a sua própria mãe.

Segundo Lacan¹⁵, a mãe não pode ter toda esta potência, “o próprio pai se constitui por uma avaliação simbólica e que a noção de macho, o viril, tal como conhecemos, é uma criação do discurso (...). Não basta que o sujeito alcance a heterossexualidade, é preciso que o sujeito, moça ou rapaz, chegue a ela de forma tal que se situe corretamente a referência à função de pai.”

Quase como prova de vida, o que resta para a mãe separada ou divorciada a partir de certa altura e, não são raras as vezes, são os filhos e, por causa disto, em muitos casos, não irá hesitar em usá-los contra o seu objeto de ódio, o pai deles.

Por outro lado, mesmo que inconscientemente, a mãe deseja e inveja a liberdade que supõe que o pai usufrui por não ter as preocupações com o cotidiano dos filhos. Esta liberdade acaba de maneira ambivalente por desejar e, ao mesmo tempo afastar os filhos do pai, embora exista também o desejo de destruir esse imaginado gozo do pai através dos filhos. Ao matar simbolicamente falando, o pai e a família ao qual pertence, a mãe alienadora aos olhos dos filhos, vai conseguir anular e incorporar a liberdade que desdenha e crítica, precisamente porque a quer para si, embora saiba que não fará qualquer utilização da mesma.

Na sua luta de titãs pelo afastamento dos pais, certas mães transmitem aos filhos toda esta ambivalência doentia e perversa, esperando que os filhos, mesmo quando saem de casa, fiquem com elas para sempre.

Importante mencionar que são todos estes comportamentos e situações que os técnicos e magistrados que intervêm nos processos de regulação do poder paternal e dos divórcios, na

15 MIRANDA, Ana Augusta W. R. de. Regra de Três. Disponível em <<http://www.escolaletrafreudiana.com.br/UserFiles/110/File/artigos/letra23/037.pdf>>. Acessado em 10 de Jun. 2011.

maioria das vezes, acabam por sancionar por ignorância, por comodidade ou por simples desonestidade intelectual que, perversamente, convertem em “superior interesse da criança”.

O PROCESSO DE LEALDADE

Para explicar o vínculo de lealdade existente entre a mãe alienadora e o filho, podemos usar o pensamento de Bucher¹⁶ que explica o tema da delegação desenvolvido por Boszormenyi-Nagy e Spark. A autora parte do “duplo sentido da palavra delegare que significa delegar e confiar uma missão ao mesmo tempo.”¹⁷ A pessoa então é enviada por sua família para cumprir uma missão, ligada ao mesmo tempo por um processo de lealdade, existindo um vínculo com essa lealdade que une aquele que delega àquele que é delegado, vínculo esse, que toma forma de intimidade da relação de pais e filhos, sobretudo, mãe e filho. Muitas vezes, os próprios pais delegam a seus filhos, fardos que carregam de decepções, necessidade de amor, frustrações ou traumatismos.

Para Boszormenyi-Nagy e Spark “a lealdade implica uma contabilidade de méritos familiares para utilizar o que cada um de seus membros pode esperar receber e o que deve dar a família. Tornar-se um padrão da medida da idéia que a família tem da justiça no âmbito familiar. O grau de lealdade dependerá da posição de cada indivíduo dentro do seu universo, o que se deve ao papel que lhe é atribuído transgeracionalmente pela sua família.

A incapacidade de cumprir as obrigações gera sentimentos de culpa que constituem forças secundárias de regulação do sistema familiar.”¹⁸

IDENTIFICAÇÃO

No caso do alienador, podemos perfeitamente usar o conceito de identificação alienante, já que descreve bem o processo narcísico patológico existente neste tema. Faimberg¹⁹ afirma existir uma patologia de identificação com os pais que mantêm uma relação narcisista de objeto tolerando-o apenas à medida que possam extrair deste uma validação satisfatória do ego. Para a criança, a identificação é alienante, na medida em que esta submetido a história dos pais perdendo a função de fiadores do valor da investigação das verdades psíquicas e passam a ocupar o lugar dela. Então, este conflito pode ser definido como uma luta onde cada ego preserva seu amor por si próprio, se baseando em ser o centro do mundo e onipotente.

A personalidade se constitui e se diferencia por uma série de identificações. Portanto, substratos inconscientes criados na mente, consistem nas características que através da identificação são passadas de uma geração a outra.

16 Heranças Familiares: aspectos transgeracionais. Disponível em <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0812176_10_cap_04.pdf> Acesso em 13 Jun. 2011.

17 Idem, p. 49.

18 Ibidem, p. 47.

19 Transmissão Psíquica Geracional. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0212067_04_cap_04.pdf>. Acesso em 19 de Ago. 2011.

TRANSGERACIONALIDADE

É necessário ver o sujeito como produto de muitas heranças que ocorrem no interior de sua família e também da herança que ele recebe do contexto em que sua família esta inserida no momento em que nasce e no período de seu desenvolvimento para que seja analisado e certamente todo esse conjunto irá contribuir para a formação de sua identidade. Este processo de transmissão de geração para geração presentes vai se chamar de transgeracionalidade. Assim, se considera que desde a infância, as experiências vividas com as figuras significativas do mundo familiar, tem influência sobre o sujeito nas suas decisões, nas suas escolhas afetivas sexuais e profissionais, entre outras, sem jamais perceber. Podem envolver a cultura, a moral e os valores das gerações.

A herança de elementos psíquicos é um tema capital na abordagem Junguiana da psique. Segundo Jung²⁰, os arquétipos são elementos do inconsciente coletivo que carregam predisposições para reviver individualmente as experiências humanas e pré-humanas milenares. Portanto, o autor enfatiza a herança de componentes de experiências longevas da humanidade e não a herança que se dissemina nas gerações da família.

Desde o início, a psicanálise tem examinado a herança de conteúdos inconscientes através de Freud²¹ que propõe um mito científico sobre a gênese da civilização humana, fundada na horda primitiva. Aborda ele a herança arcaica humana que abrange o legado do complexo de Édipo, a transmissão da culpa e dos interditos, bem como as conseqüências do crime contra o pai. Freud²² examina a transmissão ao infans dos sonhos de desejos insatisfeitos de seus pais, pois seu narcisismo se apóia sobre o que falta na realização do desejo destes. Posteriormente, Freud²³ diz que o id é hereditário, o ego é derivado do id e que o superego é o herdeiro do complexo de Édipo e do superego dos pais.

Em 1914 em Introdução ao Narcisismo, Freud²⁴ destaca que o indivíduo é, em si mesmo, seu próprio fim, mas se encontra vinculado a uma corrente geracional como elo da transmissão, sendo beneficiário e herdeiro da mesma

Falke e Wagner apontam que:

*“é como se todas as pessoas vozes familiares gravadas internamente. O que diferencia uma pessoa da outra seria o volume destas vozes e sua influência sobre os indivíduos. Assim, podemos pensar que muitos acontecimentos de uma geração podem ser o reflexo dos acontecimentos da geração anterior; ou seja, os processos de transmissão transgeracional têm uma importância fundamental sobre a vida dos indivíduos.”*²⁴

20 ALMEIDA, Maria Emília Souza. A força do Legado Transgeracional numa Família. Psicologia: Teoria e Prática, 10(2): 215- 230, 2008. Disponível em: <<http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/ptp/article/view/481/293>> Acesso em 26 Jul. 2011.

21 FREUD, S. Totem e tabu. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

22 FREUD, S. Sobre o Narcisismo. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

23 FREUD, S. O inconsciente. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

24 Heranças Familiares: aspectos Transgeracionais. p. 46. Disponível em <www2.dbd.puc-rio.br/perga>

Para estes autores, o estudo da transgeracionalidade implica justamente na compreensão dos padrões familiares que se repetem entre as gerações. Tal padrão então é definido a partir dos fenômenos de lealdade, valores, mitos, ritos e legados, que são considerados fatores invisíveis que maneja as pessoas.

Para autores como Murray Bowen, Ivan Boszormenyi-Nagy e Carl Whitaker:

*“Cada um de nós é portador de um mandato transgeracional: podemos dizer que a nossa árvore da vida mergulha suas raízes na terra molhada, no sangue que os ferimentos provocados pelos conflitos infantis dos nossos pais fizeram correr. Entretanto, essas raízes podem deixar a árvore da vida desabrochar quando elas não estão escondidas nas profundezas da terra, e portanto inacessíveis.”*²⁵

Para Souza e Carvalho “transgeracionalidade no sentido no sentido etimológico, trans significa movimento para além de. Transgeracionalidade é a herança através das gerações, mas trata-se de transmissão de significantes maternos e paternos e de seus ancestrais. Uma transmissão que é realizada por efeitos de linguagem. Cada um de nós é portador de certos mandatos transgeracionais; isto quer dizer que além das representações maternas e paternas são transmitidos também um conteúdo implícito tais como: silêncios, pontos cegos (ditos e não ditos, principalmente os não ditos), segredos, tabus...Essa transmissão inscreve a criança na história familiar que precede, dando-lhe um lugar nesta história.”²⁶

Portanto, a possibilidade de assumir papéis de pai e de mãe está relacionada ao grau em que suas necessidades são satisfeitas, nos papéis de filhos vividos nas famílias de origem, dentro do âmbito da diferenciação do eu de cada um.

Para Angela Piva²⁷ e seus colaboradores, quando falam sobre a transmissão transgeracional, expõem tanto aquilo que garante a continuidade narcisista e a manutenção dos vínculos existentes que correspondem à transmissão de formas estruturantes, quanto às desestruturantes de transmissão, ao que denominaram de a parte maldita da herança.

Os autores colocam que “as questões não representadas em uma geração habitam na família como um presente, ausente. Presente como perturbação. Ausente como representação.”²⁸

Os modelos de aprendizagem familiar se transmitem de geração a geração, quer dizer, o grau de apego emotivo que não foi resolvido nos genitores é determinado pelo grau de apego que cada um dos genitores demonstra por sua família de origem e pela forma como os genitores enfrentam a ansiedade quando surgem conflitos ou nos momentos críticos da vida.

mum/tesesabertas/0812176_10_cap 04-pdf. Cesso em 18/06/2011.

25 DUQUE, Cátia Suzana Pereira. Fragmentos da Violência Familiar: Um Estudo De Caso. 80 p. Monografia. Licenciatura/Psicologia Clínica da Universidade Fernando Pessoa. Porto, 2009, p. 21. Disponível em <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/resesabertas/0812176_10_cap_04.pdf> Acesso em 29 de julho de 2011.

26 CARVALHO, Margareth Azi de; SOUZA, Carmem Lúcia Lavigne de. Incidem Padrões Geracionais Repetitivos que nas Relações Familiares. Monografia. Centro de Estudos de Família e Casal – CEFAC.

27 PIVA, Angela e Colaboradores. Transmissão Transgeracional e a Clínica Vincular. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

28 Idem, p. 25.

Para Kaës²⁹ o principal mecanismo envolvido no processo da transmissão psíquica entre gerações é a identificação. Ele indica ainda que, neste processo, não se transmite apenas o negativo, mas também “aquilo que ampara e assegura as continuidades narcísicas, a manutenção dos vínculos intersubjetivos, a conservação e complexidade das formas e da vida: ideais, mecanismos de defesa, identificações, certezas, dúvidas”.

Para Herrmann³⁰, as representações, as proto-representações e os afetos Kaës³¹ aborda a transmissão psíquica ou a produção intersubjetiva da psique, apontando a divisão do eu decorrente de sua alienação na psique de um outro ou de mais de um outro, ou seja, o sujeito da herança esta dividido entre ser um fim em si e ser o elo da cadeia intersubjetiva no qual está exposto. Ainda afirma que são transmitidas configurações de objetos psíquicos (representações, afetos e fantasias) que surgem de seus vínculos, incluindo sistemas de relações de objeto. Certos membros do grupo que precede o sujeito o mantêm numa matriz de investimentos, predispondo sinais de reconhecimento, designando lugares, apresentando objetos de satisfação, oferecendo os meios de proteção e ataque, traçando vias de realização e enunciando limites e interditos. Sustentam então, o recalçamento de representações, a supressão de afetos e a renúncia pulsional herdados pelo sujeito de seus objetos parentais e ancestrais, são os elementos constituintes de seu sistema de representações, cuja natureza é fundamentalmente inconsciente e são essas representações e os afetos que as investem que funcionam como determinantes dos lugares psíquicos ocupados pelos membros da família.

Guerin e Col³² através de estudos feitos com a escala de diferenciação de Murray Bowen que trabalha com níveis básicos de diferenciação que independem do processo de relação, também concordam que os conflitos que não estão resolvidos com a família de origem são transferidos para a relação conjugal e os conflitos não resolvidos entre o casal podem ser transferidos para a relação com o filho. A ausência de diálogo facilita o surgimento dos sintomas e, no alienador as dificuldades são projetadas nas crianças envolvendo-as em um processo fusional.

O conflito familiar presente, se caminha no sentido de uma baixa diferenciação do self por meio de gerações múltiplas, enquanto que se houver o mínimo de envolvimento, as crianças progridem para uma maior diferenciação. Este é um conceito emocional que se remete, não apenas para a criança na família, mas também, para a família nuclear nas várias gerações.

Como afirmam Nichols e Schwartz, “o problema familiar é o resultado de uma sequência multigeracional, em que todos os membros da família são agentes e reagentes.”³³ É um processo de transmissão que leva à repetição de padrões de relacionamento e, é especialmente visível nas relações conjugais.

29 GOMES, Isabel Cristina; ZANETTI, Sandra Aparecida S. Transmissão Psíquica Transgeracional e Construção da Subjetividade: relato de uma psicoterapia psicanalítica vincular. *Psicol USP*. São Paulo, v. 20, n. 1, mar. 2009. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51772009000100006&Ing=pt&nrm=iso> Acesso em 7 de agosto de 2011.

30 HERRMANN, F. A. A clínica psicanalítica. A arte da interpretação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

31 KAËS, R. Os dispositivos Psicanalíticos e as Incidências da Geração In: EIGUER, A. A transmissão do psiquismo entre gerações. São Paulo, Unimarco, 1998.

32 VIEIRA, Elisa Gomes Matos; GÔES, Giordana Barreto; Gusmão, Monise. Alienação Parental E A Transmissão Dos Legados Familiares Entre Gerações: Uma Leitura Sistêmica. 53 p. Monografia. Pós Graduação/Psicologia Familiar e conjugal da Faculdade Rui Barbosa. Salvador, 2010. Disponível em: <http://www.cefabahia.org.br/pag_internas/publicacoes/pdf/mensal.pdf> Acesso em 27 de julho de 2011.

33 PENSO, Maria Aparecida; COSTA, Liana Fortunato; RIBEIRO, Maria Alexina. O Processo de Transmissão Multigeracional IN :PENSO, Maria Aparecida; Costa, Liana Fortunato (org). Transmissão Geracional em Diferentes Contextos: da pesquisa à intervenção. São Paulo: Summus Editorial, 2008, p. 16.

Segundo Heiguer ³⁴, a transmissão geracional coloca em jogo, tudo o que foi legado; o casal ou novo grupo familiar vai utilizar todos os elementos pulsionais não representáveis e os elementos genealógicos herdados dos ancestrais e antepassados modelando assim uma espécie de amálgama. Este amálgama de formações psíquicas de fundo não revelado, necessita ser mantido fora do campo vincular e da circulação fantasmática. Esta transmissão transgeracional tem então participação ativa e inconsciente na construção da história familiar, já que atualiza os legados das famílias de origem na construção do vínculo conjugal. O novo casal será transmissor da vida psíquica aos seus herdeiros e o vínculo fraterno então, é estabelecido entre os herdeiros que desempenham a função filial, que aparece como mais um portador privilegiado da transmissão psíquica e, juntamente com o vínculo conjugal, apresenta a contemporaneidade ao grupo familiar.

Imaginando-se que, na transmissão psíquica transgeracional, a transmissão da herança intergeracional não tenha acontecido, impossibilitará a criança criar um espaço necessário para que sua subjetividade se constitua, na medida em que, seu eu, se encontra conforme coloca Faimberg “alienado na subjetividade do outro, quando mecanismos de apropriação e intrusão ocupam o espaço psíquico.”³⁵ Para esta autora, isto quer dizer que a criança está tomada pela história parental que foi nela depositada devido à apropriação indevida de sua própria subjetividade pelos pais. Desta maneira, o sujeito que nasce da relação fica aprisionado na palavra e na vivência da geração que precede e seu espaço intrassubjetivo encontra-se bloqueado pelas vivências traumáticas transmitidas, ocorrendo severos entraves nas relações com o objeto que decorrem do comprometimento considerável no trabalho do negativo. Assim, o sujeito se torna paralisado e o destino é a repetição.

Observa-se que a via de transmissão utilizada pelo alienador é o discurso familiar, entendido como uma forma de dialeto que possui duas vertentes: a primeira de produção discursiva e a segunda de interpretação do código utilizado.

De acordo com Piva:

*“As famílias são faladas por seu próprio discurso, através de versões que dão significados aos modelos vinculares e que circulam através de enunciados transgeracionais. Isto quer dizer que determinadas formas de discurso, como o discurso paradoxal, por exemplo, caracterizam modalidades vinculares do tipo enlouquecedor-enlouquecido.”*³⁶

A autora explica como ocorre a transmissão do ideal decorrentes dos desejos narcisistas presentes nos alienadores. Para ela, inicialmente é importante considerar o grupo em que cada sujeito está inserido, pois mencionando Kaës, o grupo precede o sujeito do grupo; e assim que vimos o mundo:

34 A Teoria Da Transmissão Psíquica na ótica da Psicanálise para as Redes Vinculares. Disponível em <http://www2.dbd.puc-rio.br/pregamum/tesesabertas/0017030_04_cap_04pdf> Acesso em 30 de julho de 2011.

35 GARCIA, Cláudia, Amorim; PENNA, Carla Maria Pires e Albuquerque. O Trabalho do Negativo e A transmissão Psíquica. Arquivos Brasileiros de Psicologia. Rio de Janeiro, v. 62, n.3, 2010. Disponível em: <http://www.pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-52672010000300009&script=sci_arttext> Acesso em 29 de julho de 2011.

36 PIVA, Angela e Colaboradores. Transmissão Transgeracional e a clínica vincular. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, p. 29.

Por mais de um outro, por mais de um sexo, e nossa pré história faz de cada um de nós, bem antes de nascermos, o sujeito de um conjunto intersubjetivo cujos sujeitos nos têm, nos mantêm como servidores e herdeiros de seus “sonhos de desejos insatisfeitos”, de seus recalcamientos e de suas renúncias, na malha de suas fantasias e de suas histórias.”³⁷

Freud³⁸ em 1914, no seu artigo “Sobre o narcisismo: uma introdução”, apresenta os fundamentos narcísicos da transmissão psíquica entre as gerações. A idéia introduzida é do quanto a criança pode ficar aprisionada aos ideais narcísicos de seus pais e do quanto a relação objetal existente no vínculo pais e filhos pode ser herdeira desse narcisismo:

“O amor dos pais, tão comovente e no fundo tão infantil, nada mais é que seu narcisismo que acaba de renascer e que, apesar de sua metamorfose em amor objetal, manifesta inequivocamente sua antiga natureza.”³⁹

Segundo ele, quando o vínculo de filiação tem um funcionamento predominantemente narcisista, o filho é transformado em extensão dos pais, o que impedirá o surgimento de características próprias, o tornando apenas uma repetição da história materna e paterna, pois seu próprio caminho estará obstruído.

Para Góiz, Uyeno, Ueno e Genesini, Lacan coloca que o inconsciente é feito de lalangue que é “uma forma de satisfação. Lalangue só se sustenta do mal entendido, porque os sentidos se cruzam e se multiplicam sobre os sons (...). O inconsciente é feito de lalangue, cujos efeitos vão além de comunicar. Um dos primeiros efeitos que aparecem de lalangue é o afeto, em particular, a raiva.”⁴⁰

Maria Lúcia Araújo afirma que Jaques Lacan, parte do princípio que “(...) o sintoma da criança é capaz de responder ao que há de sintomático na estrutura familiar.”⁴¹

Conforme a autora ao se falar em significantes transgeracionais, nos referimos a transmissão simbólica, ou seja, à linguagem que atravessa gerações, vai inserindo marcas no sujeito inconsciente, o que faz com que esse sujeito se posicione no discurso a partir de um lugar no qual vai se relacionar com o outro. Estas marcas traumáticas ou não, vão se inscrevendo no psiquismo da próxima geração e vão se repetindo.

No caso do alienador há uma forte tendência de que os conflitos não resolvidos pelos

37 Ibidem, p. 36

38 FREUD, Sigmund. Introdução ao Narcisismo. Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1974.

39 PIVA, Angela e Colaboradores. Transmissão Transgeracional e a Clínica Vincular. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, p. 38.

40 GÓIZ, Elza; UYENO, Elzira; UENO, Michele; GENESINI, Teresa. Lalangue, Via Régia para Captura do Real. Instituto da Psicanálise Lacaniana- IPLA. Disponível em <<http://www.psicaniliselacaniana.com/estudos/documents/LALANGUE.pdf>> dia 23/07/2011.

41 ARAÚJO, Maria Lúcia. O Discurso dos Pais na Clínica Psicanalítica com Crianças: Significantes Transgeracionais em Questão. Disponível em <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid?=MS-C0000000032001000300025&script=sci_arttext>

Dia 22/07/2011.

pais da criança, como conflitos edipianos, sejam reeditados nos filhos. Uma mãe edipicamente fixada no seu pai irá menosprezar o marido enquanto comete o mesmo conflito incestuoso com o filho, desta forma, a criança se torna uma imagem do avô, enquanto a mãe vai desvalorizando a imagem do pai, excluindo desta forma, a figura paterna da educação da criança, tal como foi rejeitada pelo pai, vingando-se assim do marido.

A ESCOLHA DO CÔNJUGE

É importante mencionar também a escolha do cônjuge na visão transgeracional. Angelo⁴² considera que a opção conjugal, que parece ser livre e espontânea, passa a ter sentido quando os cônjuges integram suas experiências e pela forma como eles se inserem na história familiar preexistente. É bom ressaltar que este é um processo que comumente não ocorre de forma consciente.

Bowen⁴³ corrobora com este ponto de vista quando afirma que muitas vezes, sem se dar conta, o indivíduo se casa com uma pessoa que expressa a recriação perfeita da própria família de origem e quando isto acontece, cada cônjuge passa a coagir o outro, de forma inconsciente, a fim de torná-lo responsável pelas injustiças sofridas e pelos méritos recebidos na sua própria família.

Os aspectos transgeracionais aprendidos e vivenciados na família de origem de cada sujeito, também se perpetuam através da observação que as pessoas fizeram do casamento de seus pais, passando a ser o modelo do vínculo conjugal que elas tomam como base nas suas relações amorosas. Existindo uma identificação com esse modelo, tendem a buscar uniões semelhantes ao matrimônio de seus pais, mesmo dizendo que não desejam fazê-lo. Normalmente, esse movimento leva a uma repetição do padrão original sendo movido por uma necessidade inconsciente de responder as angústias do passado.

Elkaim sugere “que a escolha do cônjuge é constituída, conforme denominado por ele, tanto por um Programa Oficial como pelo Mapa do Mundo. O programa Oficial representa o que as pessoas conscientemente dizem que esperam de seu parceiro, enquanto que o Mapa do Mundo reflete o que elas precisam, com base nos mapas que construíram no passado em suas famílias.”

A escolha amorosa funda uma rede vincular que encerra uma formação de compromisso inconsciente entre os legados familiares de origem, os desejos individuais e os acontecimentos sociais do tempo atual. Para Benghozi “o acaso é o que coloca em jogo a possibilidade do encontro.”⁴⁴ Para o autor, cria um campo de possibilidades para múltiplos encontros em que um deles pode vir a ser privilegiado e, este encontro só acontecerá se corresponder a uma função da economia psíquica, já que se constrói a escolha tendo como alicerce os vínculos.

Féres-Carneiro e Magalhães investigam as influências que a conjugalidade dos pais tal como percebida e vivenciada pelos filhos, podem exercer sobre o lugar que o laço conjugal ocupa hoje no projeto de vida de adultos jovens que ainda não se casaram.

42 WAGNER, Adriana (Coord). Como se Perpetua FAMÍLIA? A Transmissão dos Modelos Familiares. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2005.

43 Idem.

44 A Teoria da Transmissão Psíquica na ótica da Psicanálise para as Redes Vinculares. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0017030_04_cap_04.pdf> Acesso em 2 de agosto de 2011.

Dizem os autores:

“Antes mesmo do encontro amoroso, existe no psiquismo de cada parceiro um lugar para a organização da conjugalidade. Esse lugar, pré-posição, reúne a pré-história e a história do sujeito, seus ideais de conjugalidade, as imagens e fantasias sobre a conjugalidade de seus pais e antepassados, os mitos familiares e muitos outros elementos fantasmáticos que irão se engendrar no futuro eu conjugal.”⁴⁵

CONCLUSÃO

O termo alienador vem da palavra alienação, que é um termo usado para definir o processo que ocorre mediante o qual o homem deixa de ser autônomo, de ser dono de si mesmo, para se tornar escravo do outro, algo ou alguém decide acerca de sua vida. Portanto, o presente artigo visou explicar o estudo da dinâmica psíquica do alienador, através da transgeracionalidade que significa dizer, que os padrões do comportamento se tornam repetitivo por meio das gerações e carrega aspectos negativos ou positivos.

Todos os autores mencionados, explicam que, as pessoas que convivem num mesmo espaço, se relacionam e desta forma, criam um vínculo afetivo e, essas relações mantidas se tornam muito significativas e com interdependência entre os vários subsistemas da família. Mesmo sem conviver no mesmo espaço, essas relações podem continuar sendo significativas, já que estas se perpetuam através do tempo, através das gerações.

Importante ressaltar que todos os conteúdos transmitidos de uma maneira ou de outra pelo fenômeno da transgeracionalidade, interferem e influenciam nas histórias pessoais de cada membro da família, pois, mesmo adquirindo novos sentidos, sendo reapropriados e reinterpretados pelos mesmos, estes tem um grande poder de participação em suas narrativas, contribuindo com novos signos e sentidos que trazem junto a si, os quais, de um modo ou de outro, inserem-se e permeiam as novas narrativas construídas por tais sujeitos e, conseqüentemente, fazer parte de sua formação, influenciando suas experiências, suas relações com o mundo e a imagem que formam deste e de si mesmos. Freud já falava disso em seus estudos e publicações.

O grupo familiar se compõe a partir do casal, que gera uma interação entre várias pessoas e diversas gerações, construindo-se assim um caminho para transmissão psíquica. As mudanças nos sistemas dessa transmissão e da transmissão sociocultural, assim como suas feridas, trazem um lado negativo, que é aquilo que fica oculto, aquilo que não é mencionado ou mal interpretado, atravessando as gerações em um processo transgeracional. Quando é marcada pelo negativo, observamos que o que se transmite é aquilo que não pode ser detido, é o que não se encontra registrado no psiquismo dos pais e é depositado no psiquismo da criança e na maioria das vezes inconsciente.

Portanto, a transmissão dos processos psíquicos formam uma rede de significações que carregadas de afetos e sentimentos interferem na construção da subjetividade, criando formas de perturbações como maneiras de interferências, configurando novas manifestações de mal estar nas relações e nos processos vinculantes.

Desta forma, o conteúdo psíquico do alienador está marcado pelo conteúdo psíquico dos avós e de outros ascendentes que eles podem ter conhecido, mas cuja vida psíquica marcou de forma traumática seus próprios pais.

REFERÊNCIAS

A Teoria Da Transmissão Psíquica na ótica da Psicanálise para as Redes Vinculares. Disponível em <http://www2.dbd.puc-rio.br/pegamum/tesesabertas/0017030_04_cap_04pdf> Acesso em 30 de julho de 2011.

ALMEIDA, Maria Emília Souza. A força do Legado Transgeracional numa Família. Psicologia: Teoria e Prática, 10(2): 215- 230, 2008. Disponível em: <<http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/ptp/article/view/481/293>> Acesso em 26 Jul. 2011.

ARAÚJO, Maria Lúcia. O Discurso dos Pais na Clínica Psicanalítica com Crianças: Significantes Transgeracionais em Questão. Disponível em <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid?=MSC000000032001000300025&script=sci_arttext> Dia 22/07/2011.

CARVALHO, Margareth Azi de; SOUZA, Carmem Lúcia Lavigne de. Incidem Padrões Geracionais Repetitivos que nas Relações Familiares. Monografia. Centro de Estudos de Família e Casal – CEFAC.

DUQUE, Cátia Suzana Pereira. Fragmentos da Violência Familiar: Um Estudo De Caso. 80 p. Monografia. Licenciatura/Psicologia Clínica da Universidade Fernando Pessoa. Porto, 2009, p. 21. Disponível em <http://www2.dbd.puc-rio.br//pegamum/resesabertas/0812176_10_cap_04.pdf> Acesso em 29 de julho de 2011.

FREUD, Sigmund. Introdução ao Narcisismo. Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1974.

FREUD, S. Totem e tabu. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, S. O inconsciente. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

GÓIZ, Elza; UYENO, Elzira; UENO, Michele; GENESINI, Teresa. Lalangue, Via Régia para Captura do Real. Instituto da Psicanálise Lacaniana- IPLA. Disponível em <<http://www.psicaniliselacanianana.com/estudos/documents/LALANGUE.pdf>> dia 23/07/2011

GARCIA, Cláudia, Amorim; PENNA, Carla Maria Pires e Albuquerque. O Trabalho do Negativo e A transmissão Psíquica. Arquivos Brasileiros de Psicologia. Rio de Janeiro, v. 62, n.3, 2010. Disponível em: <http://wwwpepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S-1809-52672010000300009&script=sci_arttext> Acesso em 29 de julho de 2011.

HERRMANN, F. A. A clínica psicanalítica. A arte da interpretação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

Heranças Familiares: aspectos transgeracionais. Disponível em <http://www2.dbd.puc-rio.br/pegamum/tesesabertas/0812176_10_cap_04.pdf> Acesso em 13 Jun. 2011.

KAËS, R. Os dispositivos Psicanalíticos e as Incidências da Geração In: EIGUER, A. A transmissão do psiquismo entre gerações. São Paulo, Unimarco, 1998.

MIRANDA, Ana Augusta W. R. de. Regra de Três. Disponível em <<http://www.escolaletrafreudiana.com.br/UserFiles/110/File/artigos/letra23/037.pdf>>. Acessado em 10 de Jun. 2011.

MOSQUEIRO, Júlio César Galves Gomes Mangini. Poder Familiar; Guarda dos Filhos;

O Direito de Convivência e suas Vicissitudes. 72 p. Monografia. Direito/ Bacharelado da FMU. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.scrib.com/doc/15099353/Poder-Familiar>> Acesso em 15 de junho de 2011.

PIVA, Angela e Colaboradores. Transmissão Transgeracional e a Clínica Vincular. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, p. 38.

PENSO, Maria Aparecida; COSTA, Liana Fortunato; RIBEIRO, Maria Alexina. O Processo de Transmissão Multigeracional IN :PENSO, Maria Aparecida; Costa, Liana Fortunato (org). Transmissão Geracional em Diferentes Contextos: da pesquisa à intervenção. São Paulo: Summus Editorial, 2008, p. 16.

SERRA, J. M. Paulo. Alienação. Coleção artigos LUSOSOFIA. Universidade da Beira do Interior: Covilhã, 2008, p. 5.

A Teoria da Transmissão Psíquica na ótica da Psicanálise para as Redes Vinculares. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0017030_04_cap_04.pdf> Acesso em 2 de agosto de 2011.

Transmissão Psíquica Geracional. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0212067_04_cap_04.pdf>. Acesso em 19 de Ago. 2011.

PIVA, Angela e Colaboradores. Transmissão Transgeracional e a Clínica Vincular. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, p. 38

AGNER, Adriana (Coord). Como se Perpetua FAMÍLIA? A Transmissão dos Modelos Familiares. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2005.

VIEIRA, Elisa Gomes Matos; GÓES, Giordana Barreto; Gusmão, Monise. Alienação Parental E A Transmissão Dos Legados Familiares Entre Gerações: Uma Leitura Sistêmica. 53 p. Monografia. Pós Graduação/Psicologia Familiar e conjugal da Faculdade Rui Barbosa. Salvador, 2010. Disponível em: <http://www.cefacbahia.org.br/pag_internas/publicacoes/pdf/mensual.pdf> Acesso em 27 de julho de 2011

A Teoria Da Transmissão Psíquica na ótica da Psicanálise para as Redes Vinculares. Disponível em <http://www2.dbd.puc-rio.br/pregamum/tesesabertas/0017030_04_cap_04pdf> Acesso em 30 de julho de 2011.

A MEDIAÇÃO FAMILIAR E A ALIENAÇÃO PARENTAL

Maria Manuel Figueiredo

Advogada

Mediadora Familiar

<http://mmfigueiredo.wordpress.com/>

<https://www.facebook.com/mariammanuelfigueiredomf>

O contexto

Na abordagem que me foi proposta fazer da mediação familiar, enquanto meio de resolução de litígios de origem familiar e da alienação parental, enquanto forma de reacção do casal à ruptura da relação, não poderia deixar de começar por uma breve análise ao que é o seu contexto.

O contexto, em que a Mediação Familiar surge como uma resposta positiva e construtiva e a Alienação Parental surge como reacção negativa e violenta, é um contexto de ruptura.

É um contexto de ruptura, um contexto de interrupção mais ou menos brutal, de um projecto de vida construído, sonhado, partilhado até então entre duas pessoas, traçado na maior parte dos casos para durar para o resto das suas vidas.

Em algumas destas situações de ruptura, acontece esta não ter sido esperada, equacionada, muito menos desejada por uma das partes.

O que não quer dizer que, independentemente da posição que cada uma das partes assuma perante a ruptura, no sentido de a desejar ou não, não venham ambas a ser a partir da mesma confrontadas com o forte impacto emocional que acarreta.

O fim de um projecto de vida, é um desfazer de um investimento pessoal, é um desfazer de esperanças, de sonhos, de seguranças alcançadas, de expectativas conquistadas.

O futuro, para além dele, pode parecer longínquo e incerto.

A vulnerabilidade nesta fase de ruptura é enorme.

Maria José P. Coutinho, no seu livro “Como gerir conflitos familiares, Um guia para casais em crise”, faz referência, a propósito deste período de ruptura, a uma Escala de Reajustamento

Social a situações de Stress, de Holmes e Rohe (1967), na qual a ruptura da relação entre um casal, vem classificada em 2º lugar, entre as 43 circunstâncias que são identificadas como traumáticas na vida.

A mesma autora, no mesmo livro, faz ainda uma referência ao resultado de estudos levados a cabo por técnicos franceses, segundo os quais e na sequência da mesma ruptura, se calcula que o período de luto ligado à separação, seja de cerca de dois ou três anos, sendo evidentemente diferente de caso para caso.

A agravar esta vulnerabilidade, é comum que cada membro do casal, tenha que lidar

ainda com preconceitos e estigmas sociais sobre a situação de ruptura.

Familiares, amigos e colegas muitas vezes não conseguem evitar a atribuição de culpas e a tomada de posições entre um e outro. Estendendo, nalguns casos, os preconceitos e estigmas à situação futura daquela família.

Existe quem tolere melhor a situação, mas pela sua atitude percebe-se, que de forma consciente ou não, “não veja futuro” para aquela família.

Isolina Ricci, no seu livro “Casa da Mãe, Casa do Pai” esclarece que:

“Muitas pessoas acham que um agregado monoparental não é uma família, sendo apenas uma situação de recurso à qual a sociedade dá o seu assentimento. O progenitor que tem a guarda, é visto como a cabeça de uma família “incompleta” e o outro é encarado como alguém que não tem qualquer tipo de família.”

Vulnerabilidade, estigmas e preconceitos e, acima de tudo, uma criança cujo bem-estar deverá ser salvaguardado a todo o custo.

Uma criança que continua e continuará a amar e a necessitar de ambos os pais.

Uma criança que continua a amar e a necessitar do convívio com familiares (avós, tios e restante família alargada) e amigos.

Uma criança, cujo bem-estar integral (emocional, psíquico e físico), irá depender da forma como os pais irão gerir e encarar a ruptura da sua relação enquanto casal.

Uma criança cujo bem-estar integral irá depender da forma como os pais irão gerir a relação parental, preservando-a de eventuais situações de conflito entre ambos.

Sabe-se, hoje, que mais do que a situação de ruptura propriamente dita, é a qualidade da relação da criança com ambos os pais, a partir da ruptura que mais marcará o seu desenvolvimento e o desenvolvimento das suas relações de amizade e de intimidade futuras.

As crianças precisam que os pais se relacionem de forma construtiva.

As crianças precisam de boas experiências relacionais como modelo, como referência para as suas vidas. E o seu superior interesse deve ser salvaguardado a todo o custo.

É neste contexto complexo, de enorme vulnerabilidade - em que os sentimentos podem ainda ser de surpresa, de sofrimento, de angústia, de frustração, de medo, e de raiva face à ruptura e os desejos podem ainda ser de recriminação e de vingança - que o ex-casal irá ser chamado a tomar decisões importantes para as suas vidas e para a vida da criança.

Decisões que se prendem, com questões de índole patrimonial, que nem sempre são fáceis ou pacíficas de tomar, e decisões que dizem respeito à criança, como é o caso da regulação das suas responsabilidades parentais, sendo necessário decidir sobre:

- A fixação da sua residência;
- O estabelecimento de um período de convívio com o progenitor com o qual não irá residir;
- A determinação das questões que os pais entendem ser de particular importância para a vida da criança, e que passarão a exigir - a partir daí e sempre - um acordo de ambos;
- E a decisão sobre a quantia com que, mensalmente, o progenitor não guardião, contribuirá para fazer face às despesas da criança, com a sua alimentação, higiene, vestuário, calçado, saúde, educação e bem-estar integral.

Este é o momento em que o ex-casal irá ter que fazer uma opção que irá condicionar o futuro da família. Uma opção entre aprender a gerir o turbilhão de emoções, por forma a reorganizar-se para além da ruptura, ou agarrar-se às emoções negativas, prender-se a estas e deixar-se dominar por elas, num percurso que em último grau, poderá ser de destruição.

Procurar compreender a diferença entre os sentimentos que surgem no fim da relação do

casal, da relação parental que continua para além da ruptura é um passo muito importante para a reorganização familiar.

Diz a Prof.^a Helena Afonso, no Prefácio ao Livro de Isolina Ricci – Casa da Mãe, casa do Pai – que, “*O casamento termina, mas a família continua, estruturada em dois núcleos familiares – a casa da mãe e a casa do pai.*”

Alguns casais, conseguem gerir esta fase das suas vidas, decidir o que tem que ser decidido e prosseguir.

Para outros casais, no entanto, neste momento tão conturbado das suas vidas, numa altura em que estão tão frágeis emocionalmente, e em que a comunicação entre ambos se encontra fortemente comprometida, a reorganização familiar poderá parecer uma tarefa difícil ou mesmo impossível.

Deste ultimo grupo, alguns casais existirão, para os quais, ainda assim, é importante que sejam eles próprios a conseguir tomar em mãos essa reorganização das suas vidas e não deixar que terceiros a decidam.

Ainda segundo a Prof.^a Helena Afonso, no Prefácio ao Livro de Isolina Ricci – Casa da Mãe, casa do Pai, “*A ideia é criar uma parceria com regras e relações explícitas e expectativas claras, de forma a que os pais possam depois do divórcio continuar aquilo que começaram – criar e educar os filhos.*”

Procurando as partes (o ex-casal) envolver-se na procura de uma relação funcional, mas existindo entre elas, algum ou total desacordo sobre a forma de o fazer, ou pelo menos, algumas diferenças de pontos de vista sobre determinado assunto, o Processo de Mediação Familiar surgirá como uma resposta.

A Mediação familiar, como meio de alcançar a reorganização familiar.

Enquadramento legal.

Em sede de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, e de regulação das responsabilidades parentais da criança, prevê o Código Civil Português e a Lei da Organização Tutelar de Menores, a possibilidade de recurso à Mediação Familiar.

O artigo 1774º do código civil, dispõe sobre Mediação Familiar que:

“Antes do início do processo de divórcio, a conservatória do registo civil ou o tribunal devem informar os cônjuges sobre a existência e os objectivos dos serviços de mediação familiar.”

Por sua vez, dispõe o artigo 147º - D da Lei da Organização Tutelar de Menores, que:

“1. Em qualquer estado da causa e sempre que o entenda conveniente, designadamente em processo de regulação do exercício do poder paternal, oficiosamente, com o consentimento dos interessados, ou a requerimento destes, pode o juiz determinar a intervenção de serviços públicos ou privados de mediação.

2. O juiz homologa o acordo obtido por via de mediação se este satisfizer o interesse do menor.”

Prevê ainda o artigo 1906º do Código Civil, em sede de exercício das responsabilidades parentais em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento, no seu número 7. que:

“*O tribunal decidirá sempre de harmonia com o interesse do menor, incluindo o de manter uma relação de grande proximidade com os dois progenitores, promovendo e aceitando acordos ou tomando decisões que favoreçam amplas oportunidades de contacto com ambos e*

de partilha de responsabilidades entre eles.

Prevendo ainda o artigo 1911º do mesmo Código, a aplicação desta disposição aos casos em que a filiação se encontre estabelecida em relação a ambos os progenitores que vivem em condições análogas às dos cônjuges.

A Lei nº 29/2013 de 19 de Abril, estabelece os Princípios gerais aplicáveis à Mediação realizada em Portugal, bem como os Regimes Jurídicos da Mediação Civil e comercial, dos Mediadores e da Mediação Pública.

A Mediação é definida no Capítulo I da referida Lei, mais concretamente na alínea a) do artigo 2º como: “A forma de resolução alternativa de litígios, realizada por entidades públicas ou privadas, através da qual duas ou mais partes em litígio procuram voluntariamente alcançar um acordo com assistência de um mediador de conflitos.”

Na alínea b) do mesmo artigo, o Mediador de Conflitos é definido como:

“Um terceiro, imparcial e independente, desprovido de poderes de imposição aos mediados, que os auxilia na tentativa de construção de um acordo final sobre o objecto em litígio.”

No capítulo II prevêem-se os Princípios gerais aplicáveis à Mediação.

Prevê o artigo 4º, o Principio da Voluntariedade, segundo o qual:

“1. O procedimento de mediação é voluntário, sendo necessário obter o consentimento esclarecido e informado das partes para a realização da mediação, cabendo-lhes a responsabilidade pelas decisões tomadas no decurso do procedimento.

2. Durante o procedimento da mediação as partes podem, em qualquer momento, conjunta ou unilateralmente, revogar o seu consentimento para a participação no referido procedimento.”

Prevê o artigo 5º, o Principio da Confidencialidade, segundo o qual:

“1. O procedimento de mediação tem natureza confidencial, devendo o mediador de conflitos manter sob sigilo todas as informações de que tenha conhecimento no âmbito do processo de mediação, delas não podendo fazer uso em proveito próprio ou de outrem.

2. As informações prestadas a título confidencial ao mediador de conflitos por uma das partes, não podem ser comunicadas, sem o seu consentimento, às restantes partes envolvidas no procedimento.

3. O dever de confidencialidade sobre a informação respeitante ao conteúdo da mediação só pode cessar por razões de ordem pública, nomeadamente para assegurar a protecção do superior interesse da criança, quando esteja em causa a protecção da integridade física ou psíquica de qualquer pessoa, ou quando tal seja necessário para efeitos de aplicação ou execução do acordo obtido por via da mediação, na estrita medida do que, em concreto, se revelar necessário para a protecção dos referidos interesses.

4. Excepto nas situações previstas no número anterior ou no que diz respeito ao acordo obtido, o conteúdo das sessões de mediação não pode ser valorado em tribunal ou em sede de arbitragem.”

Prevê o artigo 6º o Principio da Igualdade e da Imparcialidade, segundo o qual:

“1. As partes devem ser tratadas de forma equitativa durante todo o procedimento de mediação, cabendo ao mediador de conflitos gerir o procedimento de forma a garantir o equilíbrio de poderes e a possibilidade de ambas as partes participarem no mesmo.

2. O mediador de conflitos, não é parte interessada no litígio, devendo agir com as partes de forma imparcial, durante toda a mediação.”

E prevê o artigo 7º o Principio da Independência, segundo o qual:

“1. O mediador de conflitos tem o dever de salvaguardar a independência inerente à sua função.

2. O mediador de conflitos deve pautar a sua conduta pela independência, livre de qualquer pressão, seja esta resultante dos seus próprios interesses, valores pessoais ou de influências externas.

3. O mediador de conflitos é responsável pelos seus actos e não está sujeito a subordinação técnica ou deontológica, de profissionais de outras áreas, sem prejuízo, no âmbito dos sistemas públicos de mediação, das competências das entidades gestoras desses mesmos sistemas.”

A Mediação Familiar, como meio de alcançar a reorganização da vida familiar O Processo

A Mediação Familiar parte da premissa de que são as pessoas directamente envolvidas em determinado litígio, que melhor o saberão regular ou resolver.

O Processo de Mediação Familiar desenrola-se em sessões, tantas quantas se tornem necessárias para alcançar o acordo que regule ou ponha fim ao litígio e construir uma relação entre as partes, funcional e construtiva, que permitirá que as mesmas se reorganizem.

As partes participam pessoalmente nas sessões, não podendo fazer-se representar. Mas poderão, ao longo do processo de mediação, se entenderem necessário, procurar aconselhamento jurídico ou outro.

O processo de Mediação Familiar é conduzido por um Mediador, no caso por um Mediador especializado em mediação de conflitos de origem familiar.

O Mediador Familiar é um facilitador da comunicação entre as partes.

Como facilitador da comunicação, irá procurar restabelecer, restaurar, resgatar, a comunicação entre as partes, que pode ser deficiente, ou nalguns casos mesmo inexistente.

Neste processo, mais ou menos demorado, conforme cada caso em particular, a cada uma das partes será dada a possibilidade de expor perante a outra e perante o mediador, a sua posição pessoal face ao objecto do litígio.

Cada parte terá a possibilidade de explicar a sua posição e terá a possibilidade de ouvir da outra parte a posição desta e bem assim a sua explicação para a mesma.

É uma primeira fase do processo de mediação familiar, e assume uma importância extrema para o desenrolar do mesmo.

Poder falar, ter a oportunidade de falar sobre o objecto do litígio e sobre a sua própria posição, poder explicá-la perante o outro e perante o mediador,

Ver, sentir, saber que se está a ser ouvido pelo outro e pelo mediador, num ambiente que é calmo, propício, é decisivo para se iniciar o pretendido processo de reorganização.

Muitas vezes a ansiedade e a necessidade de ouvir o outro é notória desde o primeiro minuto.

Tanto quanto a de ser ouvido.

Em alguns casos, o casal não se vê, desde a ruptura e a comunicação entre eles, poderá como se viu, ser deficiente mesmo inexistente.

A partir deste momento, em que as partes se fizeram ouvir, puderam ouvir e ouviram, dá-se um passo essencial no processo de reorganização familiar, um passo fundamental na construção da pretendida relação funcional que irá permitir, por um lado alcançar um acordo que regule o litígio e por outro lado gerir a relação familiar a partir e para além do mesmo.

O processo de mediação, poderá levar mais ou menos tempo, poderá sofrer mais ou menos recuos, poderá passar por momentos mais ou menos tensos, poderá até em algum momento chegar a duvidar-se do seu sucesso, mas estará a partir deste momento, no caminho certo.

No seguimento do processo, o mediador procurará ajudar as partes a saírem das suas posições individuais, e a identificarem o interesse comum por detrás das mesmas.

Identificado o interesse comum para além das posições individuais, o mediador ajudará as partes a focar-se neste e a explorar as opções disponíveis, e viáveis, as alternativas criativas, para a construção daquela relação funcional, daquele acordo em particular.

O Mediador Familiar, não tendo qualquer interesse pessoal no acordo que venha a ser alcançado, tem sempre presente, ao longo de todo o processo de mediação, a salvaguarda dos interesses e a promoção dos direitos da criança, fomentando o vínculo entre esta e cada progenitor e envolvendo e co-responsabilizando ambos pelo seu papel parental.

Para além de auxiliar as partes a encontrar este acordo, o processo de Mediação Familiar prossegue igualmente o objectivo de construção de um modelo de relacionamento presente e futuro, não conflitual.

A relação funcional construída entre as partes, através do recurso à Mediação Familiar, na medida em que lhes permite reorganizar a vida familiar, estruturando-a em dois núcleos familiares distintos, igualmente válidos, igualmente sólidos, igualmente ‘securizantes’ para a criança, permitirá a todos evoluir para além da ruptura e concentrar-se naquilo que é essencial.

A vontade inicial das partes de construírem elas próprias, a sua relação funcional, alcançando o acordo, terá sido alcançada.

O recurso à mediação familiar terá sido a opção certa.

A reacção violenta à ruptura e a alienação parental.

Na sequência do processo de ruptura do casal, na fase de grande fragilidade emocional, pode acontecer que uma ou ambas as partes, de forma mais ou menos consciente, não consiga ou não pretenda ver além da perda, da insegurança, da raiva, do ressentimento, dos desejos de vingança, e de “retaliação”.

O contexto, como se viu, pode ser favorável a este tipo de reacção, “justificando-a” e muitas vezes até “exigindo-a”.

A separação entre o que é a relação do casal que terminou, e o que é a relação parental que tem que continuar, para o bem-estar emocional, psíquico e mesmo físico da criança, pode não ser sequer equacionada por uma ou ambas as partes.

Nestes casos, muito dificilmente se conseguirá alcançar a construção de uma relação familiar funcional, pelo menos a curto ou médio prazo.

O recurso à via judicial poderá ser, nestes casos, o meio mais adequado para a resolução do litígio que opõe as partes.

E, muitas vezes mesmo, é a única forma possível de o fazer.

Se no decurso do processo judicial, no entanto, as partes forem conseguindo fazer o luto daquela separação, ultrapassando as emoções negativas que surgiram aquando da ruptura, e forem conseguindo distinguir a relação do casal que terminou da relação parental que permanece, há ainda a possibilidade de se interromper o processo, por determinado período de tempo, para que as partes possam recorrer à Mediação Familiar.

Ou, poderá continuar-se com o processo judicial com vista à resolução do litígio, agora mais amenizado.

Se, pelo contrário, não se verificar qualquer evolução na reacção de uma ou de ambas as partes à ruptura e na gestão dos sentimentos que lhe estão associados, a relação parental poderá estar comprometida, nalguns casos irremediavelmente.

Nestes casos, conseguindo-se embora, de uma ou outra forma, regular as responsabilidades parentais, é corrente sucederem-se inúmeros incidentes de incumprimento e pedidos de alteração do que ficou decidido.

Os custos emocionais destes processos serão enormes para todos os envolvidos.

A relação da criança com pelo menos um dos progenitores poderá ficar irremediavelmente comprometida, e completamente à mercê das demoras processuais, e da longa espera pelos resultados de relatórios sociais, psicológicos, médicos, escolares, e de perícias médicas, a que todos serão submetidos, nalguns casos mais do que uma vez.

Este ambiente de guerra aberta, prolongada no tempo, é propício a que a criança vá sendo afastada de um dos progenitores e da família alargada deste.

O convívio entre a criança e um dos progenitores poderá começar a ser dificultado, ou mesmo impedido, de forma reiterada, pelo outro. Pode seguir-se uma campanha de desmoralização, de marginalização do mesmo e da família alargada deste, perante a criança, criando-lhe um conflito de lealdade.

Este processo de afastamento reiterado da criança de um dos progenitores, e a consequente campanha de desmoralização e de marginalização do mesmo, foi profundamente estudado pelo psiquiatra norte-americano Richard Gardner, que o denominou de Alienação Parental.

Com a intensificação deste processo e desta campanha, a própria criança poderá começar a rejeitar e repelir o outro progenitor, não conseguindo, no entanto justificar o seu comportamento.

Igor Nazarovicz Xaxá, no seu livro “O Síndrome de Alienação Parental e o Poder Judiciário”, identifica neste comportamento da criança, o Síndrome de Alienação Parental.

Segundo o autor, “A síndrome de alienação parental, diz respeito aos efeitos emocionais e às condutas comportamentais desencadeadas na criança que é ou foi vítima desse processo. Grosso modo, são as sequelas deixadas pela alienação parental.”

Em Portugal, já existe alguma Jurisprudência a versar sobre este tema, da alienação parental e da síndrome da alienação parental.

Numa consulta a essa jurisprudência, é possível verificar que a alienação parental, enquanto processo de afastamento da criança de um dos progenitores, pode ser levado a cabo, por qualquer um destes e até por ambos em simultâneo.

É possível verificar que este processo pode ser levado a cabo, pelo menos indirectamente, por terceiros, nomeadamente por avós.

Nalguns casos, verifica-se que a alegação da sua prática por parte de um dos progenitores contra o outro, é ela própria parte de um processo em curso de alienação parental.

Em muitas das situações, confirma-se que a síndrome da alienação parental já se encontra instalada na criança, de forma mais ou menos irremediável e que o seu sofrimento e o do progenitor que é alienado são enormes.

Em muitos dos processos, verifica-se que existe uma guerra de anos, sem tréguas e sem fim à vista, que deu origem a sucessivos incidentes de incumprimento, e a sucessivos pedidos de alteração do que se encontra decidido.

Pode afirmar-se com segurança, que tendo as partes enveredado por este tipo de reacção

à ruptura, não se encontrarão no final, vencedores ou vencidos, porque todos perderam.

Os danos, a nível emocional, e a nível de construção da personalidade da criança são claramente irreversíveis.

Nota final

Na abordagem que fiz ao Processo de Mediação Familiar como resposta positiva e à Alienação Parental como reacção violenta, procurei, acima de tudo, uma perspectiva objectiva e esclarecedora. Espero tê-la conseguido.

OS ASPECTOS PSICOLÓGICOS DA ALIENAÇÃO PARENTAL NA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Andreia Calçada
Psicóloga

A ALIENAÇÃO PARENTAL SUAS CONTROVÉRSIAS

À primeira vista o conceito de Alienação Parental este se mostra fácil, porém à medida que é estudado em suas diversas leituras bem como em sua diferenciação da síndrome da alienação Parental, percebemos a importância de uma definição mais clara para que os profissionais das áreas de saúde mental e jurídica possam atuar melhor na prevenção e diagnóstico. Nos EUA a discussão sobre o tema é bastante acirrada tornando-se necessária aqui, a inclusão desta discussão através de seus representantes brasileiros, importante para o aprimoramento do auxílio profissional neste tipo de situação. Situo aqui a opinião de alguns dos principais autores:

1.1. O Conceito

Richard Gardner a partir dos anos 80 sugere uma definição do que seria a síndrome da alienação parental. Segundo ele a síndrome da alienação parental (SAP) é uma desordem que inicia primariamente no contexto de disputas judiciais envolvendo crianças. Embora ocorra na maioria das vezes entre os genitores, costuma ocorrer também entre pais e avós e também padrastos. A primeira manifestação é a campanha sem justificativa contra um genitor. Resulta da combinação da programação feita por um dos pais contra o outro (normalmente não convivente) e a contribuição da criança para validar o que está sendo dito. Quando o abuso ou negligência está presente este conceito não se aplica. Segundo Gardner induzir a alienação parental é abuso emocional, pois leva ao rompimento dos vínculos afetivos da criança com o genitor alienado.

Gardner faz a diferenciação entre o termo Alienação Parental e a Síndrome da Alienação Parental. A alienação parental é um termo geral que abarca qualquer situação na qual uma criança possa ser alienada de um de seus genitores (como por exemplo, em casos de abuso). Segundo ele a Síndrome da Alienação Parental seria um subtipo da Alienação Parental. Um subtipo causado pela programação sistemática da criança de um genitor contra o outro, sem justificativas, por ter sido este afetivamente presente.

Na visão de Warshak (2001), as controvérsias em torno da SAP ocorrem por conta da confusão que alguns autores e profissionais fazem quanto à identificação dessa – argumento também utilizado por Gardner (2002a, 2002d). Segundo aquele autor, várias situações são, de forma equivocada, identificadas como sendo de SAP. Como exemplo, cita aquelas em que a criança prefere permanecer ou se sente mais confortável com um dos pais; ou ainda, é mais apegada a um desses. Há também casos em que a criança apresenta hostilidade a ambos os pais, ou rejeita um desses apenas em determinadas situações. Para Warshak (2001), em concordância com Gardner, essas situações não se confundem com a SAP dada a especificidade dessa, já citada anteriormente. Importa sublinhar o argumento de Warshak (2001) de que a controvérsia em torno da SAP ocorre porque os profissionais fazem confusão quanto a sua identificação. Ou seja, o problema está nos profissionais, e não na teoria sobre a SAP, em sua falta de fundamentação científica, ou no constante uso de analogias e argumentações feitas por Gardner na tentativa de convencer sobre a existência dessa síndrome. Warshak, no entanto, admite que, embora outros estudiosos concordem sobre a existência dessa síndrome, há ainda a necessidade de realização de muitas pesquisas sobre o assunto.

Em seu livro (“Divorce Casualties: Protecting Your Children From Parental Alienating”) Darnall (1997) enfatiza os pais alienadores mais que a severidade dos sintomas. Acredita que os pais podem ser capazes de observar seu comportamento e buscar estratégias para prevenir a alienação parental e não somente a síndrome.

Acrescenta que a Alienação Parental não pode ser tomada como um jogo entre o bem e o mal. Os papéis podem se inverter e se tornar uma grande escalada entre os genitores. É este ciclo que precisa ser prevenido e estancado, pois prejudica e muito a criança. Alienação é um processo, uma dinâmica e não uma pessoa. Os profissionais de saúde mental precisam entender esta dinâmica, reconhecer sim os sintomas e executar táticas para combater a doença.

De acordo com Bernett, tem existido controvérsia entre os profissionais de saúde mental e do meio jurídico sobre aspectos da Alienação Parental e algumas vezes o discurso profissional ecoa a hostilidade manifestada por pais enraivecidos lutando por seus filhos. Bernett em seu livro editado em 2010 embasa a recomendação para a inclusão da síndrome da Alienação parental no DSM-V e CID- 11, manual e código de classificação de doenças mentais.

Para ele, o detalhe mais essencial da Alienação Parental é que a criança, normalmente aquela pela qual os pais estão brigando, se alia fortemente a um dos pais e rejeita o relacionamento com o outro genitor sem justificativa adequada.

O sintoma primário é que ela recusa ou resiste ao contato com um dos genitores ou tem contato com o genitor irracional ou desestabilizado. O sintoma principal é a ansiedade e hostilidade direcionada ao genitor rejeitado. Isto pode acontecer em função da preferência por um dos genitores, ou como resolução frente ao conflito entre os pais.

O termo alienação parental refere-se à forte aliança que uma criança tem com um dos genitores e rejeição ao outro sem justificativa legítima. Na Alienação Parental não é necessário que exista um genitor alienador para que ela ocorra. Ela pode ocorrer em meio a graves conflitos, aonde a criança se associa a um dos genitores para se proteger da batalha, ou ainda obter ganhos.

1.2. A síndrome da Alienação parental

A Síndrome da Alienação Parental tipicamente se refere a uma criança com Alienação Parental e a idéia de que existe um adulto influenciando a criança para sentir medo, raiva e evitar o outro genitor, está presente. Esta criança deve manifestar alguns ou todos os oito critérios (comportamentos) diagnósticos:

1.2.1. A criança que normalmente está envolvida em graves conflitos relacionados aos divórcios dos pais, se alia fortemente a um dos pais e rejeita o relacionamento com o outro, pai alienado sem justificativa legítima. A criança resiste ou recusa contato e convivência com o genitor alienado.

1.2.2. A criança manifesta os seguintes comportamentos:

- a. A criança realiza campanha para denegrir o outro genitor de forma persistente
- b. Racionalizações frágeis, frívolas e absurdas sobre o genitor alienado

1.2.3. A criança manifesta dois ou mais das seis atitudes ou comportamentos:

1.2.3.1. Ausência de ambivalência

1.2.3.2. Fenômeno do pensamento independente

1.2.3.3. A criança reflete apoio ao genitor preferido contra o rejeitado

1.2.3.4. A ausência de culpa sobre a exploração e maltrato do genitor alienador

1.2.3.5. Presença de cenários emprestados

1.2.3.6. A animosidade ao genitor alienado se estende aos familiares dele.

A. A duração do distúrbio de no mínimo 2 meses.

B. O distúrbio causa dificuldades e impedimentos significativos nas áreas de importantes de funcionamento como social e acadêmica.

C. A recusa para o contato com o pai rejeitado não tem justificativa legítima. O transtorno da alienação parental não é diagnosticada se o genitor alienado maltratou a criança.

A SAP e a alienação parental não são grupos diferentes de crianças, elas são as mesmas. A possibilidade de que uma criança evolua da Alienação Parental para a Síndrome é grande.

Fonseca (2006) reafirma que a Síndrome da Alienação Parental não se confunde, portanto, com Alienação Parental e resume:

“A primeira é decorrente da segunda, ou seja, a alienação parental é o afastamento do filho de um dos genitores, provocado pelo outro, via de regra, o titular da custódia. A Síndrome da Alienação Parental, por seu turno, diz respeito às sequelas emocionais e comportamentais de que vem a padecer a criança vítima daquele alijamento. Assim, enquanto a síndrome refere-se à conduta do filho que se recusa terminante e obstinadamente a ter contato com um dos progenitores, que já sofre as mazelas oriundas daquele rompimento, a alienação parental relaciona-se com o processo desencadeado pelo progenitor que intenta arredar o outro genitor da vida do filho. Essa conduta alienante, quando ainda não deu lugar à instalação da síndrome, é reversível e permite - com o concurso de terapia e auxílio do Poder Judiciário - o restabelecimento das relações com o genitor preterido. Já a

síndrome, segundo as estatísticas divulgadas por Darnall, somente cede, durante a infância, em 5% dos casos.(p. 162-8)”

Bernett pontua também a necessidade de se realizar o diagnóstico diferencial em casos que podem também gerar a recusa ao contato: como casos de abuso, casos onde haja um transtorno psicótico em um dos pais, crianças com fobias específicas, transtorno opositivo desafiador, transtornos de ajustamento e problemas de relacionamento com um dos pais.

1.3. A necessidade de estabelecer a alienação parental como diagnóstico

Bernett apresenta ainda 20 razões para que a alienação parental se torne um diagnóstico (1):

- a) Fatores do desenvolvimento tem sido considerados pelo DSM-5 e pelo CID-10. O vínculo é um importante fator no desenvolvimento e a alienação parental pode ser conceituada como um distúrbio do vínculo.
- b) Problemas relacionais têm sido considerados pelo DSM-5 e a Alienação Parental é um típico exemplo deste tipo de condição mental.
- c) A dimensão do diagnóstico tem sido considerada no DSM-5 e as descrições da Alienação Parental tem sido significativas desde os anos 90.
- d) O fenômeno da Alienação Parental foi descrita muito antes que a Síndrome da alienação Parental (SAP) fosse descrita formalmente.
- e) Alienação parental é um conceito válido. Existem pesquisas quantitativas e qualitativas consideráveis acerca da Alienação Parental.
- f) Alienação parental é um conceito válido. Nos anos 80 e 90 o fenômeno foi reconhecido e descrito de forma independente por pelo menos seis pesquisadores ou grupos.
- g) Alienação parental é um conceito válido. Após a formalização da SAP, muitos pesquisadores aplicaram a definição da síndrome a seus objetivos.
- h) Alienação parental é um conceito válido. Independente de controvérsias acerca da terminologia e da etiologia, o fenômeno é quase universalmente aceito por profissionais da saúde mental que avaliam e tratam crianças vítimas de conflitos decorrentes do divórcio.
- i) Alienação Parental é um conceito válido. Alienação parental foi identificada e estudada em vários países.
- j) Alienação Parental é um conceito válido. Pesquisas paralelas sobre temas relacionados apoiam o fato de que a Alienação Parental é um fenômeno real.
- k) Os critérios diagnósticos da SAP são confiáveis. Pesquisas sistematizadas indicam a validade dos mesmos.
- l) É possível estimar a prevalência da Alienação Parental. Pesquisas sistematizadas indicam a prevalência nos EUA de aproximadamente 1% de crianças e adolescentes.
- m) Alienação Parental e a SAP tem sido discutidas exaustivamente por organizações profissionais.
- n) Alienação parental e a SAP tem sido discutidas exaustivamente por profissionais do meio jurídico.
- o) Alienação parental e a SAP tem sido discutidas exaustivamente pelo público em geral.
- p) Alienação parental é uma condição mental grave. Apresenta curso previsível que continua na vida adulta e causa sérios problemas de longo prazo.
- q) Estabelecer critérios diagnósticos tornará possível estudar e pesquisar a alienação parental de forma sistemática de forma mais ampla.

r) Estabelecer critérios diagnósticos será útil para clínicos que trabalham com famílias divorciadas, pais divorciados, que estão tentando fazer o melhor para seus filhos; e crianças do divórcio que desesperadamente necessitam tratamento apropriado baseado no diagnóstico correto.

s) Estabelecer critérios diagnósticos reduziria a possibilidade para pais abusadores e advogados antiéticos de usarem o conceito de alienação parental de forma errada e distorcida, nas disputas judiciais.

t) As críticas sobre a alienação parental e a SAP que são contra o uso destes conceitos como diagnóstico psiquiátrico, não apresentam argumentos convincentes.

1.4. Questionamentos

No Brasil, outros autores como Sousa (2009) posicionam-se contrariamente a teoria de Gardner que teria a função de patologizar questões originalmente de cunho social e político. Segundo a autora:

“O posicionamento do presente estudo pela inadequação da teoria de Gardner, não nega que as situações de litígio conjugal envolvem uma questão de saúde mental. Assim, é preciso avaliar as condições a que são submetidas as famílias que vivem o divórcio e que podem propiciar o surgimento de transtornos mentais, depressão, ansiedade etc em todos os envolvidos. Simplesmente atuar sobre indivíduos que exibem sofrimento mental, não é o mesmo que favorecer o seu estado de bem-estar atual e futuro. Para isso, é preciso intervir sobre as condições desfavoráveis presentes no contexto social que atingem as famílias e, por conseguinte, os seus membros. Simplesmente atuar sobre indivíduos que exibem sofrimento mental, não é o mesmo que favorecer o seu estado de bem-estar atual e futuro.

“Para isso, é preciso intervir sobre as condições desfavoráveis presentes no contexto social que atingem as famílias e, por conseguinte, os seus membros. Portanto, cabe enfatizar que a questão do litígio conjugal deve ser analisada não por um viés psiquiátrico, que prioriza o exame do indivíduo, mas por uma perspectiva sócio-histórica, que não opõe indivíduo e sociedade, pois reflete que os atores sociais se constituem no interior da história.” (p.160)

Sobre o papel do psicólogo conclui ainda:

“A complexidade dos fenômenos sociais impede que estes sejam reduzidos a comportamentos, ou patologias individuais. Assim, pensar a questão do litígio conjugal em sua

interseção com o campo social implica um outro fazer, especialmente, por parte do profissional de psicologia, o qual deixaria de ter sua prática atrelada à identificação e tratamento de patologias. Em observação aos preceitos éticos de sua categoria profissional, o psicólogo atuaria como um agente facilitador de transformação social, a serviço da liberdade, da cidadania e da saúde mental.” (p.160)

Em linha próxima de raciocínio, Leite (2010) aborda a questão da medicalização da Família através da alienação Parental e conclui:

“Diante do apontado pelo breve estudo histórico do desenvolvimento do conceito de infância e da família, os profissionais estão cada vez mais normatizando as relações familiares, regulando os comportamentos através dos saberes médico e psicológico.

É a justiça, os psicólogos e demais especialistas que sabem o que é melhor para a criança e para a família. Não desprezo a dificuldade expressada através da chamada síndrome, apenas gostaria de apontar para as sutilezas das relações familiares que, ao que me consta não é resolvido através de julgamentos, de apontar quem é o culpado; que neste caso é a mulher uma vez que foi em torno do relacionamento dela com o bebê que se constituiu a família nuclear. Além do fato da criança ser o centro da família e esta ser responsabilizada pelo Estado por sua educação e proteção, por meio da construção de um quadro como a síndrome da alienação parental, fica evidenciada uma preocupação do sistema judiciário em observar os interesses das crianças, em julgar o casal parental por traumatizar as crianças com o divórcio, e por apontar a mulher como a principal culpada pela síndrome.(p.67)

Leite acrescenta ainda:

“O conceito de síndrome da alienação parental, do qual quis apontar não ser natural e que diz respeito ao nosso momento histórico, evidencia a dificuldade de muitos profissionais lidarem com os novos valores que a nossa sociedade vem construindo e por isso reproduzirem nesta teoria de síndrome valores e preconceitos da família burguesa.”.(p.67)

Vale aqui apontar que este tipo de abordagem ao conceito de Alienação Parental se mostra tão limitado quanto a crítica feita à síndrome. Os conflitos e litígios ligados ao divórcio devem sempre abranger uma avaliação ampla que aborde desde os aspectos clínicos, os dados processuais e sociais importantes para a compreensão do conflito que se apresenta. Entender que o conceito de síndrome julga a mulher como responsável por tais quadros é perder o enfo-

que mais amplo vinculado ao desenvolvimento social e cultural que nos envolve.

A questão não se estabelece em função de gênero, mas em função do poder estabelecido principalmente com aquele que permanece com a guarda. Entender os valores sociais que envolvem os conflitos conjugais deve ser utilizado não como ponto de crítica, mas como importante complementação a tais avaliações.

DA SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Aqui se faz necessário apresentar de forma sucinta as consequências nefastas para uma criança envolvida na Síndrome da Alienação Parental. Tal apresentação se faz necessária para chamar a atenção para o prejuízo e doença ou doenças desenvolvidas a partir da SAP. Tais consequências justificam a mobilização dos profissionais de diversas áreas que atuam junto a estas crianças.

Crianças não gostam de ver os pais em litígio, pois sentem sua segurança e amparo abalados e sentem muito medo. A programação de uma criança contra um de seus genitores gera muita fragilidade na criança envolvida já que uma de suas referências encontra-se desestruturada. Gera ansiedade, tristeza e raiva. Também ao genitor alienado resta a ruína emocional por ser impedido de exercer seus direitos, deveres e afeto, como pai. A depressão muitas vezes se instala, bem como a desestabilização profissional, pessoal e financeira. O rompimento dos vínculos afetivos gera grandes estragos que se perpetuarão pela vida de pais e filhos. Um verdadeiro abuso emocional, que às vezes pode ter algum resgate na maturidade, sem porém o aproveitamento do tempo perdido.

Lowenstein (1999) pontua de acordo com pesquisas as consequências da Síndrome da Alienação Parental, que por si só organizam no entendimento do leitor a gravidade da ocorrência.

- a. Raiva excessiva voltada para o genitor alienado
- b. Perda ou ausência de controle de impulsos
- c. Perda autoconfiança e auto-estima
- d. Ansiedade de separação
- e. Medos e fobias
- f. Depressão e Ideação suicida
- g. Distúrbios do sono
- h. Transtornos alimentares
- i. Dificuldades escolares
- j. Abuso de drogas e comportamentos auto-destrutivos
- k. Comportamento obsessivo compulsivo
- l. Ansiedade e ataques de pânico
- m. Identidade sexual prejudicada
- n. Dificuldades nos relacionamentos
- o. Sentimentos de culpa excessivos

Em crianças vítimas de falsas acusações de abuso sexual a criança muitas vezes passa a acreditar que realmente foi abusada passando a desenvolver sintomatologia extremamente pa-

recida com crianças que foram realmente abusadas (Calçada, 2008) Os prejuízos são inúmeros e mostram a importância da prevenção e intervenção profissional o mais breve possível com o objetivo de minimizar tais efeitos.

Acerca da Psicodinâmica da criança alienada, (Brockhausen, 2011), Gardner considera que nem toda contribuição à SAP provém do alienador, algumas derivam de fatores psicopatológicos da criança. Abaixo são descritos estes fatores pela referida autora:

“O desejo de preservar o laço com o genitor com o qual teve um vínculo primário, geralmente as mães, aparece como um dos principais motivos para a criança contribuir ativamente com a campanha. No entanto, o medo do rompimento do vínculo com o genitor pode ser um fator mais poderoso e contribuidor da SAP do que a necessidade de preservação do vínculo. O medo do genitor alienado também pode ser mais um fator, uma vez que o genitor programador comunica à criança que, se ela manifestar afeto pelo outro genitor, pode ser rejeitada. Alguns alienadores podem até mesmo terrorizar os filhos.” (p.32)

De acordo com a autora, “Gardner cita a reação formativa como outro fator participante na rejeição dos filhos que sentem ódio obsessivo em relação ao alienado. O ódio pode ser expresso em razão da culpa e do medo de expressarem o amor pelo genitor alienado.” (p. 33)

“A identificação com o agressor, o genitor alienador, pode ser um importante elemento ao entendimento da contribuição da criança. O autor explica que as agressões e ataques de raiva do alienador podem levar a criança a identificar-se com ele por receio de que essas agressões se voltem contra ela caso se una ao genitor vítima dos ataques. Outro tipo de identificação, mas com o genitor idealizado (alienador), pode igualmente influenciar no desenvolvimento da Síndrome. A identificação com genitor tão depreciado (genitor alienado) fica comprometida fazendo com que a criança tome apenas o programador como modelo, mas este por sua vez é idealizado.

Crianças que passam pela separação dos pais podem sentir muitas frustrações e ressentimentos em função da separação, do conflito entre os pais e da crença de terem sido abandonadas por um deles. O desenvolvimento da SAP pode servir como via de escape para expressão da raiva e dessas frustrações. A liberação da raiva participa como mais um fator que pode servir ao desenvolvimento da SAP ou ajudar a intensificá-la.

O poder da criança sobre o outro genitor pode ter importante papel no desenvolvimento da SAP. Os filhos alienados aprendem que têm poder sob o genitor-alvo ao recusarem sua autoridade, pois o genitor alienador ensina que as medidas disciplinares ou restrições do genitor alienado são abuso ou assédio.”(p.33)

“Gardner refere-se também à capacidade de contágio das emoções. Os ataques de raiva e dramatização do alienador podem contagiar as crianças sem que elas saibam exatamente por que estão agindo daquela forma.

A rivalidade sexual pode ajudar no aumento da SAP. O novo relacionamento amoroso do genitor alienado pode fazer a relação com o filho deteriorar-se rapidamente, pois o ciúme, que seria natural em outras crianças, será intensificado pelo alienador como instrumento de retaliação para gerar uma animosidade da criança.” (p.34)

Ainda Segundo a autora, No livro básico para as reflexões deste trabalho, “The Parental Alienation Syndrome” (Gardner, 1998), o autor apresenta sua tese completa. Nele, encontramos a descrição da Síndrome e o quadro 1 para orientar mais facilmente os profissionais. Oito sintomas principais são definidos e classificados nos níveis leve, moderado e severo. Os três últimos itens referem-se ao diagnóstico diferencial.

O quadro apresenta-se como uma ferramenta psico-jurídica para auxiliar no diagnóstico da criança e fornecer elementos para balizar intervenções terapêuticas e decisões legais. O autor frisa que os critérios do quadro não são rígidos, dado que existe um continuum entre os níveis dos sintomas, uma vez que as crianças não apresentam todos os sintomas ao mesmo tempo.

Fatores	Nível do sintoma da criança		
Manifestações sintomáticas primárias	Estágio Leve	Estágio Médio	Estágio Grave
1. Campanha de desmoralização	Mínimo	Médio	Forte
2. Justificativas fúteis, fracas ou absurdas para a depreciação	Mínimas	Moderadas	Múltiplas e absurdas
3. Ausência de ambivalência	Ambivalência normal	Nenhuma ambivalência	Nenhuma ambivalência
4. Fenômeno de independência	Geralmente ausente	Presente	Presente
5. Apoio deliberado ao alienador no conflito parental	Mínima	Presente	Presente
6. Ausência de culpa	Pouco	Pouca ou nenhuma culpa	Nenhuma culpa
7. Cenários emprestados	Pouco	Presente	Presente

8. Generalização à família do alienado	Mínima	Presente	Enorme e fanática
Considerações adicionais ao diagnóstico diferencial	Estágio Leve	Estágio Médio	Estágio Grave
9. Dificuldades no momento de exercer as visitas	Geralmente ausente	Médias	Enormes ou visitas impossíveis
10. Comportamento durante a visita	Bom	Hostil e algumas vezes provocador	Destruidor, provocador ou nenhuma visita
11. Laço com o genitor alienador	Forte e sadio	Forte e ligeira a medianamente patológico	Gravemente patológico, frequentemente paranoico
12. Laço com o genitor alienado	Forte, sadio ou um pouco patológico	Forte, sadio ou um pouco patológico	Forte, sadio ou um pouco patológico

Quadro 1 – Diagnóstico diferencial dos três níveis de Síndrome de Alienação Parental (SAP) na criança

Fonte: Gardner (2006, p. 8).

De acordo com Perissini in Hironaka e Monaco (2011):

“Denegrir a imagem moral do genitor alienado perante os filhos é uma forma de abuso psicológico – sutil subjetivo e difícil de mensurar objetivamente, mas que poderá trazer sérias consequências psicológicas e provocar problemas psiquiátricos pelo resto da vida”. Trata-se de consequência da imaturidade dos pais em lidar com a situação afetiva nova a que foram submetidos pelo desfazimento dos laços de afetividade conjugal até então existentes entre ambos.

Deixam de constituir um casal conjugal para compor um casal parental, diverso daquele, frágil, porque perene.” (p.1)

Os autores Hironaka e Monaco (2011) também citam Jacqueline Rubellin Devichi: “A perenidade do casal parental deve sobreviver à fragilidade do casal conjugal”(p.2)

E nos dizeres de Sottomayor in Hironaka e Monaco (2011), reforçam que:

“A regulação do poder paternal, após o divórcio, não pode ser usada como um instrumento de transformação dos papéis familiares, devendo, antes, refletir a forma como os pais distribuíam entre si as tarefas relativas ao cuidado dos filhos, durante a constância do casamento.”(p.2)

Os referidos autores pontuam a dificuldade exacerbada de alguns pais em fazer o luto da separação e de perceber qual o efetivo papel que o direito de família pós-moderno delega a eles. Este novo casal agora parental, a quem o sistema incumbe a efetivação dos princípios da paternidade responsável deveria priorizar o princípio do melhor interesse da criança. Tal dificuldade, leva à configuração da síndrome de alienação parental que, no limite, segundo os autores, pode levar o alienado a abrir mão do convívio com sua prole, por vezes até por não concordar com a submissão da criança a tamanho sofrimento. O genitor alienante não se dá conta que o processo psíquico que impingiu à criança não será eterno. A possibilidade levantada pelos autores de que a criança ao amadurecer possa perceber os efeitos nocivos aos quais fora submetido em função do comportamento egocêntrico do genitor alienador é real. Muitas vezes a reconstrução deste vínculo pode ocorrer, porém como o próprio Gardner diz poderá demandar hiato de muitos anos.

Tal ocorrência pode ser verificada ao assistir o documentário “A Morte Inventada” (2009) do diretor Alan Minas sobre a alienação parental, aonde podemos ouvir diversos depoimentos de adultos que foram vitimados por tal processo. Alguns resgates foram tardios e bastante doloridos, quase sempre acompanhados de rompimentos com o genitor que alienou. O próprio nome dado à Obra de Arte de Alan Minas retrata com muita sensibilidade a dor daqueles que vivenciam as perdas decorrentes da alienação parental.

Os autores concluem ainda que a prática da Alienação Parental em crianças é considerada pelos estudiosos como comportamento abusivo de abuso. Segundo Hironaka e Monaco (2011):

“A síndrome, uma vez instalada no menor, enseja que este, quando adulto, padeça de um grave complexo de culpa por ter sido cúmplice de uma grande injustiça contra o genitor alienado. Por outro lado, o genitor alienante passa a ter papel de principal e único modelo para a criança que, no futuro, tenderá a repetir o mesmo comportamento.

Os efeitos da síndrome podem se manifestar às perdas importantes - morte de pais, familiares próximos, amigos,

etc. Como decorrência, a criança (ou o adulto) passa a revelar sintomas diversos: ora apresenta-se como portadora de doenças psicossomáticas, ora mostra-se ansiosa, deprimida, nervosa e, principalmente, agressiva. Os relatos acerca das consequências da síndrome da alienação parental abrangem ainda depressão crônica, transtornos de identidade, comportamento hostil, desorganização mental e, às vezes, suicídio. É escusado dizer que, como toda conduta inadequada, a tendência ao alcoolismo e ao uso de drogas também é apon-tada como consequência da síndrome. “(p.3)

As consequências são, portanto devastadoras, e afastam a criança do núcleo familiar do genitor alienado fazendo com que perdas afetivas significativas ocorram e referências importantes na construção da personalidade sejam banidas. Gostaria de finalizar aqui este capítulo falando mais uma vez sobre o DVD de Alan Minas “A Morte Inventada”, cujo título resume e retrata de forma breve e sucinta as consequências de todo o processo de alienação parental e especificamente da Síndrome de Alienação Parental. Morte Inventada, Morte desnecessária. A Imaturidade em sua maioria de ambos os pais leva a morte psíquica dos filhos e por consequência dos adultos a seu redor. Não podemos esquecer aqui que os adultos envolvidos também sofrem e percebem suas vidas envolvidas em anos de litígio e batalhas judiciais. A vida financeira muitas vezes se torna comprometida, afetivamente a depressão e a ansiedade se fazem presentes, gerando medo de comprometimento em novas relações. O adulto alienador escondido atrás do ódio, ou da doença por mais que não enxergue tem sua vida paralisada e prejudicada mesmo que fique com a guarda da criança.

Para finalizar este artigo reproduzo texto por mim escrito que me parece traduzir, de forma simbólica, os efeitos desse grave problema que chamamos Alienação Parental:

“Era uma vez dois reinos que eram inimigos. Um deles era do Rei Azul e o outro da Rainha Rosa. Brigavam já de longa data em função de um território que ficava no meio dos dois Reinos. Cada um deles achava que tinha o direito sobre a terra e travavam lutas intensas nas quais muitos de seus súditos se feriam em função desta guerra infundável. Mal sabiam eles, os súditos que ambos, Rei e Rainha no início dos tempos viveram uma linda história de amor, porém, pela necessidade de ambos em dar a última palavra o amor se escondeu. Mas por ser muito intenso e pela dificuldade em ser resolvido, se manteve pela disputa daquilo que lhes era comum: o território entre eles.

O território lhes era importante, pois juntos, plantaram naquele espaço uma arvorezinha escolhida a dedo por ambos, por ser rara e especial dela cuidaram dela muito bem até que começaram os desmandos e desentendimentos. Cada um reclamava para si a posse daquela bela árvore, fruto do amor dos dois. Perder o território com a arvorezinha seria mais uma vez sair perdendo naquela disputa de poder que enfim minava a energia e a beleza daquele amor que um dia havia existido.

E a arvorezinha coitadinha! Sentia-se isolada e sozinha enquanto seus cuidadores se esqueciam de seus cuidados para com ela, para guerrear entre si. Esqueciam-se de podar suas folhas, de fertilizar seu solo, de regá-la com água. A arvorezinha dava sinais a ambos de que não estava bem: suas folhas estavam sem viço, ela crescia e se desenvolvia menos e suas flores

e frutos já não mais apareciam. Pensava que preferia não ter existido. Às vezes preferia morrer! Para sobreviver precisa se aliar a um deles, apoiar sua guerra pessoal para que obtivesse um pouco de atenção e os cuidados necessários. Mas se corroia por dentro a cada vez que precisa se colocar contra um dos dois. Sentia-se dividida, como se fosse se partir! Não sabia mais quem ela era, não se reconhecia!

O Rei e a Rainha não percebiam que com tal conflito esqueciam-se de si mesmos e de seus próprios reinos, que minguavam sem a orientação sensata de seus comandantes. E o pior não conseguiam enxergar o que acontecia com a arvorezinha...

Nesta parte da história gostaria que você leitor escolhesse o final da história:

a) O Rei e a Rainha guerreiam até à morte, incitados pelos cavaleiros que os cercavam e nem percebem que seus reinos e a arvorezinha já haviam morrido há algum tempo.

b) O Rei e a Rainha em tempo adiantado da Guerra olham para a arvorezinha desfalecida e para seus corpos e reinos mutilados e resolvem parar de Guerrear, pois já não tem mais energia. Tentarão juntos, salvar a arvorezinha, que, porém já apresenta sequelas irreversíveis. Esta marca restará para sempre.

c) Um velho sábio que passava por ali resolveu colocar seus conhecimentos em prática e perguntar a eles se gostariam de olhar em volta e tentar salvar o que haviam construído. Ambos se assustam com o que veem: apenas destruição. E a pequena arvorezinha pedindo ajuda. O velho sábio então pediu que ambos se olhassem e tentassem perguntar um ao outro o que realmente precisavam e como poderiam resolver aquele conflito. O amor havia acabado, mas aquilo que haviam construído merecia ser preservado. Decidiram fazer do território uma área comum entre os dois reinos, aonde os súditos dos dois reinos pudessem passear felizes com suas famílias fortalecendo laços de afeto e amizade. Em volta a arvorezinha que crescia esplendorosa as famílias aproveitavam suas horas de lazer. O Rei e a Rainha refizeram suas vidas, casaram-se e tiveram filhos e conquistaram novas terras, sempre contando com o auxílio de seu vizinho.

Diga agora qual o final que você gostaria de ver e que papel você gostaria de exercer nesta história: dos cavaleiros que incitam a Guerra, dos traseuntes que passam e nada fazem ou daqueles que buscam mediar o conflito? Olhe em volta e verá muitas histórias como essa, seja no campo pessoal, familiar ou profissional. Dedico essa história ao que escuto de cada uma das crianças que acompanho na minha vida profissional. Tento me colocar no lugar do Sábio (não Sábio de quem sabe tudo, mas daquele que quer aprender), nem sempre consigo. E você? (Calçada, 2013)”

Dedico estas palavras a S., 08 anos, que era obrigada pela mãe a agredir o pai, denunciando o falsamente por maus tratos. Ao ter sido afastada da mãe, vem podendo elaborar seus medos de abandono, sua percepção da ausência do amor genuíno da genitora alienadora e o medo de que o pai deixe de amá-la e protegê-la. Apresenta transtornos do sono e pergunta a mim: Será que era melhor eu não existir?

Dedico também a G, também 08 anos, que após sequestro internacional e dois anos de afastamento do pai, teve a Guarda revertida em favor do genitor alienado, pelo intenso conflito interno: sobre quem ela pode amar e sua busca em se sentir autorizada a amar livremente seus dois genitores, que de forma simbólica vem conseguindo sobreviver à violência vivida.

(1) O DSM-V foi publicado este ano. A palavra “Alienação Parental” não está no DSM-5, mas existem vários diagnósticos que podem ser utilizado nestes casos:

Problemas de relacionamento pai-filho - Este diagnóstico explica que os problemas relacionais entre pais e filhos “podem incluir atribuições negativas de intenções do outro, a hostilidade em direção ou bode expiatório do outro e sentimentos indevidos de estranhamento”.

Abuso psicológico da criança - É definido como “atos verbais ou simbólicos, não acidentais, por pai ou cuidador, que têm um potencial razoável para resultar em danos psicológicos significativos para a criança.”

Criança afetada pela relação parental conflituosa - Ela deve ser usada “quando no foco de atenção clínica, os efeitos negativos da relação parental conflituosa (por exemplo, altos níveis de conflito, angústia, ou a depreciação) em uma criança na família, incluindo os efeitos sobre doenças físicas ou mentais do outro da criança.” Isso também é uma boa descrição de como alienação parental acontece.

Transtorno factício por procuração - terminologia para distúrbio de Munchausen por procuração. Sua definição é “falsificação de sinais ou sintomas físicos ou psicológicos, ou indução de lesão ou doença, associada a uma decepção” Em alguns casos, que descrevem o comportamento do genitor alienante.

Sintomas delirantes em parceiro de um indivíduo com transtorno delirante - terminologia para transtorno psicótico compartilhado ou folie a deux. A definição : “No contexto de uma relação, o material delirante do parceiro dominante fornece conteúdo para a crença ilusória de que o indivíduo que não pode de outra maneira inteiramente cumprir os critérios para o transtorno delirante.”

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRAZIL, G.B.M. a reconstrução dos vínculos afetivos pelo judiciário

Revista do IBDFAM 13/2010,

BERNET, WILLIAM. Parental alienation DSM-5, and ICD-11. Springfield, Illinois, U.S.A. Charles C. Thomas Publisher, ltd. (2010).

BRITO, L.M.T.; SIMÃO, R.B.; CALÇADA, A. e outros. Guarda Compartilhada - Aspectos psicológicos e jurídicos. Porto alegre. Editora Equilíbrio (2005)

BROCKHAUSEN, TAMARA – SAP e psicanálise no campo psicojurídico: de um dom exaltado ao dom do amor – tese de mestrado – SP 2011

CALÇADA, ANDREIA SOARES. Sobre a Alienação Parental mais uma vez! Jornal Momento PSI, Novembro de 2013.

CALÇADA, ANDRÉIA. Falsas acusações de Abuso sexual e a Implantação de Falsa Memórias – 2008 – Ed Equilíbrio

GARDNER, R.; SAUBER, S. R.; LORANDOS, D. The international Handbook of Parental Alienation Syndrome. Springfield, Illinois, U.S.A. Charles C. Thomas

Publisher, ltd. (2006).

LOWENSTEIN, L.F. Parent Alienation Syndrome: A two step Approach Toward a solution. Contemporary Family Therapy, 1998, volume 20, number 4, pages 505-520.

LOWENSTEIN, L.F. Parent Alienation Syndrome. Southern England Psychological Services Justice of the Peace, Vol. 163 No. 3, 16 January 1999, p 47-50

MINAS, A. DVD “A Morte Inventada – Alienação Parental” – Rio de Janeiro - Caraminhola produções (2009)

NAZARETH, R. E.; VILELA, S.R.; e outros. Mediação familiar – Aspectos psicológicos, sociais e jurídicos. São Paulo. Editora Equilíbrio (2009).

SILVA, E. L.; SIMÃO, R. B. e outros. Síndrome da alienação Parental e a Tirania do guardião. Porto Alegre. Editora Equilíbrio (2007)

SOUSA, M. A. Síndrome da alienação parental: análise de um tema em evidência dissertação de mestrado UERJ. 2009

WEBGRAFIA

BARREIRO, C. A. Guarda Compartilhada: Um Caminho para Inibir a Alienação Parental - 06/01/2010 www.ibdfam.org.br

BARREIRO, C. A. A Guarda Compartilhada como meio de evitar a Alienação Parental. www.ibdfam.org.br

COIMBRA, CELSO G. Lei da Alienação Parental deveria prever tratamento da síndrome, defende especialista www.biodireitomedicina.wordpress.com – acesso em 30 de julho de 2011

DARNALL, by Douglas Darnall, Ph.D. New Definition of Parental Alienation - What is the Difference Between Parental Alienation (PA) and Parental Alienation Syndrome (PAS)? D.Copyright 1997. Disponível em: <http://www.parentalalienation.org/articles/parental-alienation-defined.html>

HIRONAKA, G.M.F.N.; MONACO, G.F.C. Síndrome da Alienação Parental. www.ibdfam.com.br (10/03/2010) acessado em 10/10/2011

FONSECA, P.M.C. Síndrome de Alienação Parental. Disponível em www.observatório-dainfancia.com.br acessado em 30/10/2011. Publicado originalmente em: Pediatría (São Paulo) 2006;28(3)162-8

LEITE, G. G. - A Medicalização da Família através da Síndrome da Alienação Parental Niterói 2010 - Disponível em <http://www.alienacaoparental.com.br/biblioteca> acesso em 27 julho de 2011

LOWENSTEIN, L.F. Mediation - the Way Forward Southern England Psychological Services in www.parental-alienation.info – 26/07/11

CONRADO, P. da R. – www.conradopaulinoadv.com.br acesso em 20/07/2011

XAXÁ, I. N. A Síndrome de Alienação Parental e o Poder Judiciário. São Paulo 2008. Disponível em <<https://sites.google.com/site/alienacaoparental/textos-sobre-sap> acesso em 30 de julho de 2011

LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm acesso em 05 de agosto de 2011)

LEI DA GUARDA COMPARTILHADA

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2008/Lei/L11698.htm acesso em 05 de agosto de 2011)

O SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL – CONFLITO CONJUGAL E CONFLITO PARENTAL – A INTERVENÇÃO DO ADVOGADO.

*Luis Silva,
Advogado*

Texto redigido ao abrigo do anterior acordo ortográfico.

Sem pretender definir o que seja ou não seja a alienação parental - patologia ou transtorno – pois que tal será objecto de exposição e debate específico - iremos abordar ao longo do presente o conjunto de comportamentos praticados por um progenitor (ou ambos) relativamente a menor geralmente num contexto de separação de adultos que visam, genericamente prejudicar a imagem do outro através da difamação e desvalorização sistemáticas criando dificuldades no convívio ou mesmo o afastamento, rejeição por parte do mesmo menor, e, eventualmente mesmo provocar o afastamento irreversível do outro progenitor.

Comportamentos que variam de grau e intensidade causando sempre alteração na sua imagem criando ao longo do processo sentimentos negativos em relação ao outro progenitor de forma a afastá-lo do filho.

Procedimentos que se vão generalizando de modo algo padronizado, diria até que pouco original, consoante se encontra já descrito em diversas obras e de que não cabe aqui detalhar.

Por vezes, envolve também a desvalorização ou mesmo a rejeição do relacionamento com os familiares – designadamente os avós - do outro progenitor

Mas não só: estes comportamentos são também, por vezes, verificáveis relativamente a menores filhos de progenitores que vivem conjuntamente como por exemplo quando o menor recusa acatar regras ou colaborar em determinada tarefa familiar sem motivo, por mera recusa e é chamado à atenção por um progenitor, e ignora virando costas e fechando-se no quarto e o outro progenitor, que não estava presente, mas quando se apercebe desautoriza o primeiro e vai antes ter com o menor ao quarto onde este se refugiou e ali permanece com ele desvalorizando o outro.

Por exemplo se um dos progenitores, à mesa durante a refeição chama à atenção do menor para comer como modos e o outro refere ao menor falando do primeiro que é um exagerado, que se deve é meter na vida dele prosseguindo com comentário em voz baixa dirigindo-se apenas ao menor.

Ou por exemplo, quando o progenitor pretende saber algo sobre as notas e aproveitamento escolar do filho menor e o outro lhe responde em frente do filho que “não te digo: se quiseres vai à Escola saber, pois que só vives para o trabalho e não tens tempo para o teu filho. “ Ou algo como” Se te recusas a acompanhar, então também não tens que saber das notas ...”.

É de referir que por vezes quando apenas um dos progenitores leva à escola, acompanha diariamente as tarefas escolares do filho ou quem autoriza as saídas nocturnas acaba por adquirir o controle absoluto nas comunicações com o menor de certa forma isolando o outro e

privando-o quanto às decisões sobre a vida do filho, convertendo-se assim no refúgio afectivo e nutridor pois que é deste progenitor que o filho numa primeira análise, depende.

Está aberto o caminho, se essa for a intenção, destruir vínculo e imagem do outro progenitor.

A desestruturação da família pode começar aqui.

Até porque em geral os desentendimentos e os comportamentos em frente dos filhos conduzem a que o alienado reaja e ainda agrava mais o problema pois que será devidamente aproveitado logo pelo outro

Nesta fase já todos sofrem e todos são vítimas.

A alienação parental é, por vezes, uma constante em famílias que se encontram a viver conjuntamente com o filho. Mas que ainda não se apercebem disso.

É uma questão de cultura. Evolui discretamente alterando e reformulando comportamentos que se alteram e dentro da sua repetição e habituação até já parecem normais e aceitáveis, quando o não são.

O resultado não é imediatamente visível, mas vai evoluindo e até se refinando nas suas formas e exteriorizações sendo relatado na consulta ao advogado como uma queixa ou uma perturbação verificada no relacionamento de um filho com um dos progenitores resultante da interferência do outro seja de modo activo - denegrindo o outro progenitor, desvalorizando ou escondendo as prendas, roupas, objectos que o mesmo ofereça ao menor; decidindo sobre matérias importantes sem consulta do outro; apresentando o novo companheiro à criança como sendo seu novo pai ou mãe; sugerindo ao menor motivos para ficar aborrecido com o outro - ou de modo implícito: organizando e agendando actividades agradáveis para o menor em coincidência com os dias visitas/convívio com o outro; não permitindo que o menor leve consigo para casa do outro progenitor brinquedos, a almofada ou roupas que mais gosta, ignorando a existência ou a presença do outro progenitor, permitindo e tolerando a recusa do menor por vezes em conviver com o outro, permite em geral que a inexperiência ou a insensatez do menor prevaleça quando lhe convém a ele, alienante.

Situações referenciadas e descritas pelo progenitor supostamente “alienado” (ou afastado) num contexto de preparação da regulação das responsabilidades parentais, em separação dos adultos, em acção de alteração das responsabilidades parentais, ou num contexto de incumprimento relacionado por exemplo com falta de pagamento da pensão de alimentos ou nas visitas/convívios.

Por vezes um dos progenitores faz depender uma da outra e entende que a interdependência é tal que se houver atraso ou incumprimento no pagamento dos alimentos não permite as visitas.

Quando um dos progenitores assim procede abre caminho para o desentendimento e o conflito.

O problema já está instalado quando chega ao conhecimento do advogado.

Os descritos comportamentos ou sinais podem chegar ao advogado na consulta, ou no contexto dos processos referidos sendo que existindo imediato perigo para a saúde e bem-estar do menor, quando a integridade física ou psíquica do menor se encontre em perigo, requer-se directamente ao Tribunal providência urgente para remover esse perigo.

Pode o advogado, consoante a concreta situação que chega ao seu conhecimento, tentar esgotar outros meios antes de avançar para Tribunal, designadamente o de sugerir a protecção do menor em relação a discussões, situações de desacordo, de tensão entre os progenitores, pode estimular a comunicação com o outro progenitor, eventualmente recomendar auxílio e

acompanhamento psicológico, pode sugerir eventual mediação através de um familiar mais próximo que tenha capacidade de influencia ou ascendente psicológico sobre ambos os progenitores e consiga reduzir o conflito, ou através da mediação por instituições que começam a ser procuradas pelos interessados a partir de uma divulgação cada vez maior de tal possibilidade e da crescente existência de instituições de mediação.

E, mesmo quando recorre a Tribunal pode sugerir que o seu cliente dê conhecimento da acção ao outro progenitor para que este não seja surpreendido.

A não ser assim, após a conferencia de pais em contexto de regulação das responsabilidades parentais e regulação provisória pode agudizar-se mais o conflito, designadamente com recurso da decisão provisória, abrindo caminho para diversos incidentes e acções decorrentes dessa falta de entendimento ou de “ bom senso “ por parte dos progenitores, quais sejam por exemplo, pedidos de alteração provisória ao regime estabelecido provisoriamente, para atribuição da casa de morada de família, para fixação provisória de alimentos aos menores, incumprimentos, acção ou incidente para resolução de diferendo em questões de particular importância (escola, férias, entre outras) pedido de contribuição para encargos no lar, contribuição para despesas domésticas, alimentos provisórios entre os cônjuges, processos crime pelos mais variados motivos, culminando na alegação e queixa crime por subtracção de menor ou violação da obrigação de alimentos, ou por violência doméstica, entre muitas outras possíveis.

O papel do advogado é fundamental ou decisivo para evitar o agravamento da conflituosidade e delimitar os litígios para evitar aumentar o sofrimento, bastando o afastamento dos pais que não necessariamente há-de envolver o afastamento de qualquer destes dos filhos.

Pois que qualquer afastamento do filho relativamente a um dos progenitores é, seguramente acompanhado de um desvalor e quebra de vínculo, acompanhado de sentimentos negativos contra o mesmo ou até, a médio prazo a consolidação da rejeição.

A alienação parental – entenda-se o afastamento parental é exactamente isso: um afastamento do filho de um dos progenitores, estimulado, orientado ou provocado pelo outro, em regra, o titular da custódia.

Seja uma perturbação, um síndrome, o que se entender, para o advogado na consulta com o seu cliente, são factos, diversos factos, que devem ser objectivos e contextualizados.

O advogado parte da descrição de um determinado acontecimento histórico, situado concretamente no tempo, um evento externo, um “pedaço de vida” que lhe é transmitido e que deve formalizar para posterior prova e avaliação no processo.

Factos demonstráveis e susceptíveis de prova.

Ao advogado cumpre separar falsas representações da realidade, meras queixas e sensibilidades subjectivas dos verdadeiros e relevantes acontecimentos para que os possa alegar em cumprimento do ónus legal de indicar quais são esses “ factos essenciais que constituem a causa de pedir “.

Por vezes são comportamentos ainda simples, receios da mãe que para melhor controlar e prever o dia a dia do menor alega afastamento anterior (ainda no estado de casados) do pai quanto às tarefas do dia a dia e coloca em causa as competências parentais do mesmo

Ao advogado cumpre destrinçar as queixas que lhe chegam e são manifestação de um período transitório de adaptação do progenitor à nova realidade e separação que fazem parte do percurso de aprendizagem por parte de ambos os progenitores após a separação

Factos e não conclusões, para concluir pelo pedido concreto e específico que se requer ao Tribunal.

Por vezes existe a maior confusão nestas matérias, especialmente quando reina a emoti-

vidade e a vontade de litigar por parte do progenitor. Daqui decorre a necessidade de o interessado ser representado por advogado pois trata-se do seu filho e do seu futuro.

Porém, a Lei permite às partes que pleitem por si mesmas numa aparência de facilidade em processos tão importantes e decisivos para a vida do seu filho e para a sua própria vida, naturalmente.

Ora, atendendo à especificidade das matérias que nos Tribunais de Família e de Menores se conhecem e julgam, e nos quais concorrem factores que, atenta a natureza dos conflitos e medidas em questão, será necessário apoio técnico com formação muito especializada nas diversas componentes que concorrem para a avaliação e para a decisão que ditará o futuro relacionamento e guarda daquele menor.

Ora, sem a presença e acompanhamento do advogado, o conflito agudiza-se pois que no momento de tomada de uma decisão, por exemplo em Conferência de pais os progenitores podem ser «confrontados» com uma tentativa de acordo «um pouco sob pressão», sabendo que por vezes não há mais que minutos para as partes chegarem a um acordo.

Os progenitores não têm formação nem preparação psicológica adequada na sua grande maioria para reflectir e decidir uma nova etapa na sua vida e por vezes saem da conferência sem perceber bem o que se passou ou as implicações da sua posição ou mesmo por vezes até podem acordar naquilo que não é propriamente o que pretendiam.

O progenitor beneficia em contar com o Advogado, na medida em que pode submeter-lhe as suas questões, dúvidas, necessidades e capacidade de comunicação com a outra parte ainda que a mesma esteja – por motivos emocionais – degradada ou comprometida – assegurando comunicação sem agudizar o conflito e sem aumentar as distâncias entre os progenitores.

A intervenção e a opinião conscienciosa sobre o merecimento do direito ou pretensão que o progenitor alega pode reduzir drasticamente o conflito.

Em bom rigor se poderá afirmar que assim estará assegurado se não o “consenso” ao menos o “bom senso” e a urbanidade no trato e respeito recíproco entre os progenitores evitando que façam do processo uso indevido e meio para agredir e obter vingança sobre o outro.

Até porque muitas vezes as partes trazem ideias pré-formadas transmitidas pelo exemplo do vizinho “que teve um caso igual” e complicam ainda mais. Mas não existem dois processos iguais: aqui cada caso é diferente do anterior e será diferente do próximo.

Para aumentar o esclarecimento, simplificar procedimentos e ultrapassar conflitos com uma rápida avaliação, e assim contribuir para a eficácia do sistema judicial, é indispensável a presença obrigatória do advogado, atenta a natureza dos conflitos e medidas decretadas, necessitando os destinatários do apoio técnico antes, durante e no final do processo, após decisão, mesmo que provisória, para conhecer e escolher os meios de tornar efectiva a decisão obtida (que muitas vezes fica letra morta), com as mais complexas implicações na vida dos destinatários. Pelo que o referido acompanhamento e apoio técnico é indispensável.

Do ponto de vista dos destinatários - progenitores e os menores – também aqueles necessitam de esclarecimento rigoroso e oportuno e no final da decisão, de conhecer e escolher os meios de tornar efectiva a decisão obtida (que muitas vezes fica letra morta), dadas as implicações complexas e consequências e alterações nas concretas condições de vida desses destinatários.

Mais: pode o destinatário obter uma sentença que não compreende, sem nunca lhe ter sido explicado o alcance ou as consequências da mesma.

Sendo o advogado quem se encontra em condições de aconselhar, quem cria o espaço para reflectir e prepara os progenitores para os acontecimentos, para as diligências judiciais,

quem assegura e trata com zelo e diligência os direitos e interesses concretos da parte, fazendo uso da sua experiência e saber, ajudando, escamoteando pressões, minimizando o ascendente de um dos progenitores sobre o outro, afastando riscos para os filhos, evitando más e precipitadas decisões de quem, porque «confrontado» com uma tentativa de conciliação e « sob pressão», já só quer é sair da Conferencia, mesmo sem compreender muito bem o que se está a passar referindo depois que não percebeu o que se passou nem como ficou traçado o regime de responsabilidades parentais.

Existem situações em que não há mais de 10 minutos para as partes chegarem a um acordo e muitas vezes o que acordaram não é propriamente o que pretendiam. Necessitam, por isso, de compreender o que lhes diz respeito.

A parte tem o direito de ser defendida e esclarecida, desconhecendo no início, a diferença entre ter e não ter advogado. Muitas vezes tem baixa ou nenhuma formação académica, e está perturbado com emotividades condicionantes do seu discernimento, que impedem, por teimosia sua a produção de uma decisão que lhe faz falta, sendo por vezes até, urgente. Mas não sabe disso.

A parte, nestes processos tem que comunicar com advogado, submeter-lhe as suas questões para decidir de modo informado, consultar, ser acompanhado até na selecção e produção de prova, por exemplo.

É o advogado quem pode dedicar o tempo e atenção que a parte necessita sobre o merecimento do direito ou da pretensão que invoca, prestando informação sobre o andamento do processo e da tramitação inerente.

Sem a intervenção do advogado a parte tem tendência a causar perturbações agravando o conflito e tomando posições impulsivas, radicais e de sucessiva litigância através de múltiplos requerimentos sem utilidade para o processo.

E nestes casos, a outra parte reage alterando para pior o seu comportamento

O advogado pode reduzir a intensidade do conflito, reduzir a litigiosidade, promover acordo, eventualmente a mediação evitando que sejam capitalizadas queixas diversas e assim o extremar de posições, no entanto não depende apenas dele.

Consoante referido, embora o problema já esteja instalado quando chega ao advogado e o mesmo procura retomar a via relacional para a retoma da comunicação, convívio e reconstrução dos laços e apenas quando esta fracassa pede, quanto ao menor a intervenção que se deseja oportuna do Tribunal.

É que nesta fase o advogado sabe que resolver a situação já não dependerá apenas dele mas antes do Tribunal.

E se não tem poderes absolutos para conter a progressão do processo de alienação parental, tem poderes e conhecimentos para conter alguns dos danos, actuando preventivamente e reduzindo o conflito e sugerindo concretas medidas imediatas que de certa forma limitam ou condicionam a total liberdade de actuação do progenitor alienante.

Na realidade a convicção do julgador da causa, em processos desta natureza, vai sendo formada ao longo de algum tempo e contacto com o processo e seus intervenientes diferentemente do que se passa por exemplo num acção declarativa de condenação normal, de condenação ao “ pagamento de juros”, na qual não existem sentimentos emoções, variáveis tão amplas consoante amplo é o complexo das atitudes e motivações do ser humano.

No final do processo o próprio Tribunal nem sempre consegue através de uma sentença de mérito que reúna as características de oportunidade – decretamento de medidas em tempo útil - e eficácia reparar a situação, sendo que em muitos dos casos alienante /prevaricador fica

impune.

Ocorre, por vezes, nos Tribunais que e embora reconheçam a atitude negativa de um dos progenitores – alienante – no entanto consideram que alterar ou impor por exemplo o direito de visita (que afinal é um direito a ser exercido no interesse da criança) já não poderá ser imposto contra a vontade do menor, especialmente se a vontade deste, apurada nos autos, for de recusa (sobretudo se é já é adolescente) ainda que em consequência de atitude alienante de um dos progenitores, decretando que o remédio pode ser – na data em que a decisão é proferida – então, nessa altura, mais prejudicial para o menor do que tomar medida que altere o estado actual de convívio ou rejeição.

Pois que por vezes as medidas ou o atraso na decisão judicial pode ser demorada, pode ser tardia.

Se for tardia, a situação pode tornar-se irreversível e a retoma dos contactos e situações anteriormente estabelecidas não são já possíveis. E a decisão será ineficaz.

Há que investigar com todos os meios e com toda a persistência, mas também com rapidez, pois aqui o tempo é fundamental.

Mesmo as “ boas sentenças”, por vezes, não são cumpridas.

Existe na comunidade uma convicção generalizada de impunidade face aos comportamentos alienantes demonstrados em tribunal.

Pretende-se pois que o Juiz que, no exercício das suas funções, estude as questões que lhe são submetidas, e decidida com prontidão ainda que a questão seja sinalizada e tratada interdisciplinarmente, diríamos que a solução começa no Tribunal, a este competindo ordenar e /ou deferir as perícias especializadas, audição dos menores, das testemunhas, relatórios, o necessário, decretando medidas provisórias e/ ou medidas repressivas, ordenando em suma as medidas que, e consoante a gravidade da situação sejam necessárias e adequadas e atempadas para a protecção da criança, nomeadamente as que permitam a aproximação da criança com o progenitor alienado, impedindo, assim, que o progenitor alienante prolongue a situação lesiva dos interesses do menor.

O que pode fazer a diferença entre a instalação da alienação parental da simples tentativa de alienação parental sendo elemento norteador da decisão, o Superior Interesse dos Menores, pois que qualquer situação em que esteja em causa o bem-estar mental ou físico do menor após denunciada deve ser uma prioridade.

COUNISTAS

A CATÁSTROFE PARENTAL: ALIENAÇÃO

Ana Catarina Mourão Alves Ribeiro

Psicóloga

Mestre em psicologia

Doutoranda em psicologia do desenvolvimento

Antes de começar a divagar sobre o tema... permitam-me fazer um pedido... dê um abraço ou um beijo ao seu filho agora... antes de se perder nas entre linhas deste artigo...

Uma criança precisa de carinho, amor e atenção desde os primeiros anos de vida, senão mesmo desde a concepção, e estas formas de amor não são mais do que um meio de prevenção deste tão cada vez mais comum... fenómeno de alienação parental. A famosa destruição de laços entre pais e filhos que acarreta consequências negativas para ambos os elementos, senão mesmo devastadoras... a nova ameaça da instituição familiar está instalada!

Quando falamos do papel de pais falamos de responsabilidade, dedicação, mediação, deveres, apoio incondicional etc. Conheço muitos casos de famílias dedicadas, cumpridoras da sua função parental, mas também conheço cada vez mais casos de falta de formação parental... sim, porque não formarem-se bons pais? Porque não prevenir o colapso familiar, oriundo muitas vezes do colapso do casal? Promover sim as relações, o fortalecimento de laços entre pais e filhos, aproveitar o tempo livre para dedicar à minha profissão como pai ou como mãe... sou enfermeira? Psicóloga? Médica? Doméstica? Desempregada?... mas sou pai, sou mãe, sou amiga, sou tia, sou avó... temos uma infinidade de papeis que muitas vezes nos esquecemos! Aproveite o dia do Pai, o dia da Mãe... deslumbrem-se com os vossos filhos!

É urgente uma intervenção reparadora das famílias... das que estão em risco e das que já colapsaram.

Isto é um apelo a todos aqueles que são pais ou que pretendem vir a sê-lo... abusem do carinho, do mimo, do amor, da atenção... é uma receita tão fácil, barata já que se fala em crise económica... a qual não é de todo sinónimo de crise familiar, pelo contrário devemos promover a união... erradicar a alienação, a desqualificação e a manipulação dos filhos...

Coloco-me a pensar se não será viável inserir uma disciplina de formação parental nas escolas de 1º ciclo e nas demais onde se exigiria a presença de pais e filhos 1 hora por semana (para não ocupar muito tempo...) onde se ensinariam boas práticas... aqui sim, haveria tempo para todos, tempo para o “nós”, para a família nuclear, para se fomentar a união, o amor e todos os sentimentos positivos e bons que existem entre pais e filhos!

Não sejam alienados, não deixem alienar... O alienado perdeu a razão, está despersonalizado...

Estejam atentos a qualquer manifestação ou tentativa de alienação parental, de amigos, familiares ou afins, porque como em qualquer problemática a intervenção precoce é fundamental e a tardia não trata as feridas emocionais cristalizadas...

Há pais que vivem com os filhos e estão anos sem os ver...sim, sem os ver, sem se aperceberem das mudanças, dos comportamentos, das chamadas de atenção, dos gritos de desespero às vezes subtis outras vezes flagrantes...

Depois há aqueles que se divorciam e em virtude da não concordância com a dissolução da união utilizam o filho como arma de arremesso contra o outro genitor...entrando num jogo de manipulações infundável...numa campanha de desqualificação do filho(a). A responsabilidade do desajuste conjugal é de ambos os cônjuges, e do ponto de vista da criança a separação é um projeto dos pais, onde se deve ter em conta os direitos da mesma. Um bom relacionamento entre os pais divorciados será um passo para que a criança não venha a sofrer tanto psicologicamente, por outro lado, se o objetivo for humilhar o parceiro, a utilização da criança como aliada de um ou outro cônjuge ou a sua rejeição, o desenlace mais provável será a desorganização mental da criança.

Será que hoje em dia a maior parte dos casais e ex casais possuem casamentos e divórcios saudáveis?...deixo no ar a questão... para a qual não pretendo dar a (óbvia) resposta...

O divórcio e o “mau” casamento acarretam muitas das vezes problemas emocionais para as crianças, o aceitar de uma nova realidade, de várias mudanças constitui para os pais e para os filhos um misto de sentimentos, por vezes contraditórios, os quais geram conflitos mal ou não resolvidos e que podem afetar toda a torre familiar inicialmente construída. É necessário tempo para a aceitação, reorganização e redefinição da(s) nova(s) torre(s) familiar(es)...certamente os alicerces necessitaram de ser mais fortes para a erguer, e o processo de (re)construção mais trabalhoso, mas sem empenho e dedicação nada se fará.

E por último, apraz-me lembrar (a quem se esqueceu): os quatro pilares fundamentais da Convenção dos Direitos da Criança o interesse superior da criança, a sua sobrevivência e desenvolvimento e a sua opinião.

Sejam felizes!

LEGISLAÇÃO



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.318, DE 26 DE AGOSTO DE 2010.

Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a alienação parental.

Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:

I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;

II - dificultar o exercício da autoridade parental;

III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;

IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;

V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;

VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;

VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.

Art. 3º A prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com

genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda.

Art. 4º Declarado indício de ato de alienação parental, a requerimento ou de ofício, em qualquer momento processual, em ação autônoma ou incidentalmente, o processo terá tramitação prioritária, e o juiz determinará, com urgência, ouvido o Ministério Público, as medidas provisórias necessárias para preservação da integridade psicológica da criança ou do adolescente, inclusive para assegurar sua convivência com genitor ou viabilizar a efetiva reaproximação entre ambos, se for o caso.

Parágrafo único. Assegurar-se-á à criança ou adolescente e ao genitor garantia mínima de visitação assistida, ressalvados os casos em que há iminente risco de prejuízo à integridade física ou psicológica da criança ou do adolescente, atestado por profissional eventualmente designado pelo juiz para acompanhamento das visitas.

Art. 5º Havendo indício da prática de ato de alienação parental, em ação autônoma ou incidental, o juiz, se necessário, determinará perícia psicológica ou biopsicossocial.

§ 1º O laudo pericial terá base em ampla avaliação psicológica ou biopsicossocial, conforme o caso, compreendendo, inclusive, entrevista pessoal com as partes, exame de documentos dos autos, histórico do relacionamento do casal e da separação, cronologia de incidentes, avaliação da personalidade dos envolvidos e exame da forma como a criança ou adolescente se manifesta acerca de eventual acusação contra genitor.

§ 2º A perícia será realizada por profissional ou equipe multidisciplinar habilitados, exigido, em qualquer caso, aptidão comprovada por histórico profissional ou acadêmico para diagnosticar atos de alienação parental.

§ 3º O perito ou equipe multidisciplinar designada para verificar a ocorrência de alienação parental terá prazo de 90 (noventa) dias para apresentação do laudo, prorrogável exclusivamente por autorização judicial baseada em justificativa circunstanciada.

Art. 6º Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:

- I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
- II - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
- III - estipular multa ao alienador;
- IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;

V - determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;

VI - determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;

VII - declarar a suspensão da autoridade parental.

Parágrafo único. Caracterizado mudança abusiva de endereço, inviabilização ou obstrução à convivência familiar, o juiz também poderá inverter a obrigação de levar para ou retirar a criança ou adolescente da residência do genitor, por ocasião das alternâncias dos períodos de convivência familiar.

Art. 7º A atribuição ou alteração da guarda dar-se-á por preferência ao genitor que viabiliza a efetiva convivência da criança ou adolescente com o outro genitor nas hipóteses em que seja inviável a guarda compartilhada.

Art. 8º A alteração de domicílio da criança ou adolescente é irrelevante para a determinação da competência relacionada às ações fundadas em direito de convivência familiar, salvo se decorrente de consenso entre os genitores ou de decisão judicial.

Art. 9º (VETADO)

Art. 10. (VETADO)

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de agosto de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DASILVA

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Paulo de Tarso Vannuch

Código Civil Português
alterado pela Lei 23/2013, de 05.04

Artigo 1774.º

Mediação familiar

Antes do início do processo de divórcio, a conservatória do registo civil ou o tribunal devem informar os cônjuges sobre a existência e os objectivos dos serviços de mediação familiar.

Artigo 1775.º

Requerimento e instrução do processo na conservatória do registo civil

1 - O divórcio por mútuo consentimento pode ser instaurado a todo o tempo na conservatória do registo civil, mediante requerimento assinado pelos cônjuges ou seus procuradores, acompanhado pelos documentos seguintes:

a) Relação especificada dos bens comuns, com indicação dos respectivos valores, ou, caso os cônjuges optem por proceder à partilha daqueles bens nos termos dos artigos 272.º-A a 272.º-C do Decreto-Lei n.º 324/2007, de 28 de Setembro, acordo sobre a partilha ou pedido de elaboração do mesmo;

b) Certidão da sentença judicial que tiver regulado o exercício das responsabilidades parentais ou acordo sobre o exercício das responsabilidades parentais quando existam filhos menores e não tenha previamente havido regulação judicial;

c) Acordo sobre a prestação de alimentos ao cônjuge que deles careça;

d) Acordo sobre o destino da casa de morada de família;

e) Certidão da escritura da convenção antenupcial, caso tenha sido celebrada.

2 - Caso outra coisa não resulte dos documentos apresentados, entende-se que os acordos se destinam tanto ao período da pendência do processo como ao período posterior.

Artigo 1776.º-A

Acordo sobre o exercício das responsabilidades parentais

1 - Quando for apresentado acordo sobre o exercício das responsabilidades parentais relativo a filhos menores, o processo é enviado ao Ministério Público junto do tribunal judicial de 1.ª instância competente em razão da matéria no âmbito da circunscrição a que pertença a conservatória, para que este se pronuncie sobre o acordo no prazo de 30 dias.

2 - Caso o Ministério Público considere que o acordo não acautela devidamente os interesses dos menores, podem os requerentes alterar o acordo em conformidade ou apresentar novo acordo, sendo neste último caso dada nova vista ao Ministério Público.

3 - Se o Ministério Público considerar que o acordo acautela devidamente os interesses dos menores ou tendo os cônjuges alterado o acordo nos termos indicados pelo Ministério Público, segue-se o disposto na parte final do n.º 1 do artigo anterior.

4 - Nas situações em que os requerentes não se conformem com as alterações indicadas pelo Ministério Público e mantenham o propósito de se divorciar, aplica-se o disposto no artigo 1778.º

Artigo 1778.º

Remessa para o tribunal

Se os acordos apresentados não acautelarem suficientemente os interesses de um dos cônjuges, e ainda no caso previsto no n.º 4 do artigo 1776.º-A, a homologação deve ser recusada e o processo de divórcio integralmente remetido ao tribunal da comarca a que pertença a conservatória, seguindo-se os termos previstos no artigo 1778.º-A, com as necessárias adaptações.

Artigo 1778.º-A

Requerimento, instrução e decisão do processo no tribunal

1 - O requerimento de divórcio é apresentado no tribunal, se os cônjuges não o acompanharem de algum dos acordos previstos no n.º 1 do artigo 1775.º

2 - Recebido o requerimento, o juiz aprecia os acordos que os cônjuges tiverem apresentado, convidando-os a alterá-los se esses acordos não acautelarem os interesses de algum deles ou dos filhos.

3 - O juiz fixa as consequências do divórcio nas questões referidas no n.º 1 do artigo 1775.º sobre que os cônjuges não tenham apresentado acordo, como se se tratasse de um divórcio sem consentimento de um dos cônjuges.

4 - Tanto para a apreciação referida no n.º 2 como para fixar as consequências do divórcio, o juiz pode determinar a prática de actos e a produção da prova eventualmente necessária.

5 - O divórcio é decretado em seguida, procedendo-se ao correspondente registo.

6 - Na determinação das consequências do divórcio, o juiz deve sempre não só promover mas também tomar em conta o acordo dos cônjuges.

Artigo 1779.º

Tentativa de conciliação; conversão do divórcio sem consentimento de um dos cônjuges em divórcio por mútuo consentimento

1 - No processo de divórcio sem consentimento de um dos cônjuges haverá sempre uma tentativa de conciliação dos cônjuges.

2 - Se a tentativa de conciliação não resultar, o juiz procurará obter o acordo dos cônjuges para o divórcio por mútuo consentimento; obtido o acordo ou tendo os cônjuges, em qualquer altura do processo, optado por essa modalidade do divórcio, seguir-se-ão os termos do processo de divórcio por mútuo consentimento, com as necessárias adaptações.

Artigo 1887.º

(Abandono do lar)

1. Os menores não podem abandonar a casa paterna ou aquela que os pais lhes destinaram, nem dela ser retirados.

2. Se a abandonarem ou dela forem retirados, qualquer dos pais e, em caso de urgência, as pessoas a quem eles tenham confiado o filho podem reclamá-lo, recorrendo, se for necessário, ao tribunal ou à autoridade competente.

Artigo 1887.º-A

Convívio com irmãos e ascendentes

Os pais não podem injustificadamente privar os filhos do convívio com os irmãos e ascendentes.

Artigo 1901.º

Responsabilidades parentais na constância do matrimónio

1 - Na constância do matrimónio, o exercício das responsabilidades parentais pertence a ambos os pais.

2 - Os pais exercem as responsabilidades parentais de comum acordo e, se este faltar em questões de particular importância, qualquer deles pode recorrer ao tribunal, que tentará a conciliação.

3 - Se a conciliação referida no número anterior não for possível, o tribunal ouvirá o filho, antes de decidir, salvo quando circunstâncias ponderosas o desaconselhem.

ARTIGO 1902.º

(Actos praticados por um dos pais)

1 - Se um dos pais praticar acto que integre o exercício das responsabilidades parentais, presume-se que age de acordo com o outro, salvo quando a lei expressamente exija o consentimento de ambos os progenitores ou se trate de acto de particular importância; a falta de acordo não é oponível a terceiro de boa fé.

2 - O terceiro deve recusar-se a intervir no acto praticado por um dos progenitores quando, nos termos do número anterior, não se presuma o acordo do outro ou quando conheça a oposição deste.

ARTIGO 1903.º

(Impedimento de um dos pais)

Quando um dos pais não puder exercer as responsabilidades parentais por ausência, incapacidade ou outro impedimento decretado pelo tribunal, caberá esse exercício unicamente ao outro progenitor ou, no impedimento deste, a alguém da família de qualquer deles, desde que haja um acordo prévio e com validação legal.

Artigo 1904.º

Morte de um dos progenitores

Por morte de um dos progenitores, o exercício das responsabilidades parentais pertence ao sobrevivente.

Artigo 1905.º

Alimentos devidos ao filho em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento

Nos casos de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento, os alimentos devidos ao filho e forma de os prestar serão regulados por acordo dos pais, sujeito a homologação; a homologação será recusada se o acordo não corresponder ao interesse do menor.

Artigo 1906.º

Exercício das responsabilidades parentais em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação do casamento

1 - As responsabilidades parentais relativas às questões de particular importância para a vida do filho são exercidas em comum por ambos os progenitores nos termos que vigoravam na constância do matrimónio, salvo nos casos de urgência manifesta, em que qualquer dos

progenitores pode agir sozinho, devendo prestar informações ao outro logo que possível.

2 - Quando o exercício em comum das responsabilidades parentais relativas às questões de particular importância para a vida do filho for julgado contrário aos interesses deste, deve o tribunal, através de decisão fundamentada, determinar que essas responsabilidades sejam exercidas por um dos progenitores.

3 - O exercício das responsabilidades parentais relativas aos actos da vida corrente do filho cabe ao progenitor com quem ele reside habitualmente, ou ao progenitor com quem ele se encontra temporariamente; porém, este último, ao exercer as suas responsabilidades, não deve contrariar as orientações educativas mais relevantes, tal como elas são definidas pelo progenitor com quem o filho reside habitualmente.

4 - O progenitor a quem cabe o exercício das responsabilidades parentais relativas aos actos da vida corrente pode exercê-las por si ou delegar o seu exercício.

5 - O tribunal determinará a residência do filho e os direitos de visita de acordo com o interesse deste, tendo em atenção todas as circunstâncias relevantes, designadamente o eventual acordo dos pais e a disponibilidade manifestada por cada um deles para promover relações habituais do filho com o outro.

6 - Ao progenitor que não exerça, no todo ou em parte, as responsabilidades parentais assiste o direito de ser informado sobre o modo do seu exercício, designadamente sobre a educação e as condições de vida do filho.

7 - O tribunal decidirá sempre de harmonia com o interesse do menor, incluindo o de manter uma relação de grande proximidade com os dois progenitores, promovendo e aceitando acordos ou tomando decisões que favoreçam amplas oportunidades de contacto com ambos e de partilha de responsabilidades entre eles.

Artigo 1907.º

Exercício das responsabilidades parentais quando o filho é confiado a terceira pessoa

1 - Por acordo ou decisão judicial, ou quando se verifique alguma das circunstâncias previstas no artigo 1918.º, o filho pode ser confiado à guarda de terceira pessoa.

2 - Quando o filho seja confiado a terceira pessoa, cabem a esta os poderes e deveres dos pais que forem exigidos pelo adequado desempenho das suas funções.

3 - O tribunal decide em que termos são exercidas as responsabilidades parentais na parte não prejudicada pelo disposto no número anterior.

ARTIGO 1908.º

(Sobrevivência do progenitor a quem o filho não foi confiado)

Quando se verifique alguma das circunstâncias previstas no artigo 1918.º, pode o tribunal, ao regular o exercício das responsabilidades parentais, decidir que, se falecer o progenitor a quem o menor for entregue, a guarda não passe para o sobrevivente; o tribunal designará nesse caso a pessoa a quem, provisoriamente, o menor será confiado.

Artigo 1909.º

(Separação de facto)

As disposições dos artigos 1905.º a 1908.º são aplicáveis aos cônjuges separados de facto.

ARTIGO 1910.º

(Filiação estabelecida apenas quanto a um dos progenitores)

Se a filiação de menor nascido fora do casamento se encontrar estabelecida apenas quanto a um dos progenitores, a este pertence o exercício das responsabilidades parentais.

Artigo 1911.º

Filiação estabelecida quanto a ambos os progenitores que vivem em condições análogas às dos cônjuges

1 - Quando a filiação se encontre estabelecida relativamente a ambos os progenitores e estes vivam em condições análogas às dos cônjuges, aplica-se ao exercício das responsabilidades parentais o disposto nos artigos 1901.º a 1904.º

2 - No caso de cessação da convivência entre os progenitores, são aplicáveis as disposições dos artigos 1905.º a 1908.º

Artigo 1912.º

Filiação estabelecida quanto a ambos os progenitores que não vivem em condições análogas às dos cônjuges

1 - Quando a filiação se encontre estabelecida relativamente a ambos os progenitores e estes não vivam em condições análogas às dos cônjuges, aplica-se ao exercício das responsabilidades parentais o disposto nos artigos 1904.º a 1908.º

2 - No âmbito do exercício em comum das responsabilidades parentais, aplicam-se as disposições dos artigos 1901.º e 1903.º.

ARTIGO 1913.º

(Inibição de pleno direito)

134

1. Consideram-se de pleno direito inibidos do exercício das responsabilidades parentais:

- a) Os condenados definitivamente por crime a que a lei atribua esse efeito;
- b) Os interditos e os inabilitados por anomalia psíquica;
- c) Os ausentes, desde a nomeação do curador provisório.

2. Consideram-se de pleno direito inibidos de representar o filho e administrar os seus bens os menores não emancipados e os interditos e inabilitados não referidos na alínea b) do número anterior.

3. As decisões judiciais que importem inibição do exercício das responsabilidades parentais são comunicadas, logo que transitem em julgado, ao tribunal competente, a fim de serem tomadas as providências que no caso couberem.

ARTIGO 1915.º

(Inibição do exercício das responsabilidades parentais)

1. A requerimento do Ministério Público, de qualquer parente do menor ou de pessoa a cuja guarda ele esteja confiado, de facto ou de direito, pode o tribunal decretar a inibição do exercício das responsabilidades parentais quando qualquer dos pais infrinja culposamente os deveres para com os filhos, com grave prejuízo destes, ou quando, por inexperiência, enfermidade, ausência ou outras razões, se não mostre em condições de cumprir aqueles deveres.

2. A inibição pode ser total ou limitar-se à representação e administração dos bens dos filhos; pode abranger ambos os progenitores ou apenas um deles e referir-se a todos os filhos

ou apenas a algum ou alguns.

3. Salvo decisão em contrário, os efeitos da inibição que abranja todos os filhos estendem-se aos que nascerem depois de decretada.

ARTIGO 1917.º

(Alimentos)

A inibição do exercício das responsabilidades parentais em nenhum caso isenta os pais do dever de alimentarem o filho.

ARTIGO 1918.º

(Perigo para a segurança, saúde, formação moral e educação do filho)

Quando a segurança, a saúde, a formação moral ou a educação de um menor se encontre em perigo e não seja caso de inibição do exercício das responsabilidades parentais das responsabilidades parentais, pode o tribunal, a requerimento do Ministério Público ou de qualquer das pessoas indicadas no n.º 1 do artigo 1915.º, decretar as providências adequadas, designadamente confiá-lo a terceira pessoa ou a estabelecimento de educação ou assistência.

Registo das decisões relativas ao poder paternal

ARTIGO 1920.º-B

(Obrigatoriedade do registo)

Serão oficiosamente comunicadas à repartição do registo civil competente a fim de serem registadas:

a) As decisões que regulem o exercício das responsabilidades parentais ou homologuem acordo sobre esse exercício;

b) As decisões que homologuem a reconciliação de cônjuges judicialmente separados de pessoas e bens;

c) As decisões que façam cessar a regulação do poder paternal em caso de reconciliação de cônjuges separados de facto;

d) As decisões que importem a inibição do exercício das responsabilidades parentais, o suspendam provisoriamente ou estabeleçam providências limitativas desse poder.

Artigo 1920.º-C

(Consequência da falta do registo)

As decisões judiciais a que se refere o artigo anterior não podem ser invocadas contra terceiro de boa fé enquanto se não mostre efectuado o registo.

JURISPRUDÊNCIA



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE ÉVORA (Portugal)

612/09.7TMFAR.E1

Relator: MARIA ALEXANDRA M. SANTOS

Descritores: REGULAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES PARENTAIS

SUPERIOR INTERESSE DA CRIANÇA

ALIENAÇÃO PARENTAL

Data do Acórdão: 11-04-2012

Votação: UNANIMIDADE

Tribunal Recorrido: TRIBUNAL DE FAMÍLIA E MENORES DE FARO

Texto Integral: S

Meio Processual: APELAÇÃO

Sumário:

- O poder paternal (ou responsabilidades parentais na terminologia actual) é um poder-dever funcional que deve ser exercido altruisticamente no interesse do filho, de harmonia com a função do direito, consubstanciada no objectivo primacial de protecção e salvaguarda dos seus interesses; o superior interesse da criança é a verdadeira razão de ser, o critério e o limite do poder paternal.

- O exercício do poder paternal deve ser atribuído ao progenitor que estiver em melhores condições para corresponder ao interesse do menor.

- Não reúne tais condições a mãe que num processo de alienação parental proíbe/impede todo e qualquer contacto da criança com o seu progenitor, denegando a sua imagem perante ela e terceiros, imputando-lhe comportamentos agressivos e de abusos sexuais, afastados em sede de averiguação própria (no processo crime instaurado e nos exames ginecológicos realizados) e mantendo um comportamento de obsessiva protecção da criança recusando toda e qualquer colaboração com o tribunal na definição da situação da menor.

- Encontrando-se em perigo de ser afectada negativamente no seu direito ao desenvolvimento são e normal, no plano físico, moral, intelectual espiritual e social perante a manifesta situação de alienação parental da sua progenitora, impõe-se um corte com tal situação.

- Tal corte só é possível, face à total recusa de qualquer colaboração, pela medida radical de alteração da guarda da menor, com a sua entrega ao pai, salvaguardando todavia, a manutenção da relação afectiva da criança com a mãe através de um regime de visitas adequado.

Sumário da relatora

Decisão Texto Integral:

ACORDAM NO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE ÉVORA

J... intentou contra A... a presente acção para regulação das responsabilidades parentais
rel38

lativamente à filha de ambos, M..., nascida a 05/03/2007, alegando a inexistência de acordo quanto ao respectivo exercício.

Não tendo sido alcançado acordo entre os progenitores na conferência de pais, foi fixado

o regime provisório constante da acta de fls. 25/27.

Os progenitores apresentaram alegações a fls. 29 e segs e 37 e segs.

Foi elaborado relatório social sobre as condições económicas e sociais dos progenitores juntos a fls. 93/98 e 100/104, com os esclarecimentos de fls. 242.

Após ter sido designada data para julgamento, veio a progenitora apresentar o articulado superveniente de fls. 258 e segs., alegando factos que diz terem ocorrido após Março de 2010 mas que só em Janeiro de 2011 teve conhecimento, traduzidos na prática de abusos sexuais do progenitor em relação à criança, pedindo a guarda exclusiva da filha e a total restrição das visitas do progenitor.

Em face de tal requerimento foi dada sem efeito a data designada para julgamento e ordenada a indicação pela Segurança Social de técnico da área da psicologia capaz de observar as visitas entre o pai e a criança, a realizar naquela instituição, num dia de semana e foi designada data para conferência de pais.

Nessa sede a progenitora manteve a sua posição de que as visitas deveriam ser suspensas, admitindo, ainda assim que a serem realizadas apenas o deveriam ser com a sua presença ou de sua irmã (cfr. acta de fls. 387).

Na sequência dessa diligência em face de tal posição foi proferido o despacho de fls. 389/395 que determinou a alteração do regime provisório de visitas, passando estas a ser supervisionadas por S... e bem assim a realização de perícia (avaliação psicológica) à criança e seus pais (avaliação psicológica e psiquiátrica)

Por seu turno, a fls. 377 veio o progenitor apresentar articulado superveniente invocando factos que face à sua gravidade e a seu ver, justificam que seja retirada de imediato a guarda da menor à mãe por haver sérios indícios de perturbação mental da progenitora e sinais de incapacidade de manter a guarda que lhe foi atribuída provisoriamente, devendo a menor ser entregue aos seus avós paternos estabelecendo-se para ambos os progenitores um regime de visitas provisório, acompanhado por técnicos qualificados.

A requerida exerceu o contraditório a fls. 495, concluindo pela sua improcedência.

A progenitora nunca compareceu nem fez comparecer a criança nas datas marcadas para a realização dos exames determinados.

Relativamente às visitas a realizar nas instalações da Segurança Social, conforme informações de fls. 479 e 489, foi realizada a entrevista com o progenitor tendo a progenitora vindo a ali comparecer em 18/2/2011, assumindo contudo, uma atitude de total discordância relativamente ao reinício de contactos/visitas progenitor/menor, inviabilizando qualquer possibilidade de estratégia da Segurança Social, constatando ainda os técnicos desta entidade que a menor desde o início do ano civil deixou de frequentar o infantário “Clube do Bibe” em Vilamoura, alegadamente para evitar os contactos com o progenitor.

A fls. 452 e segs. veio a requerida juntar um parecer psicológico realizado por sua iniciativa à menor na “Clínica Pediátrica de Setúbal” e a fls. 490/493 um relatório de exame de uma psicóloga clínica, realizado à sua pessoa por sua iniciativa.

A fls. 466 e segs. veio a requerida requerer “cautelamente, a título provisório, a suspensão imediata das visitas da menor M... ao seu pai”, requerimento que foi indeferido nos termos do despacho de fls. 522 (1ª parte).

Nesse mesmo despacho, foi reiterada a obrigatoriedade de cumprimento das decisões do tribunal relativamente às visitas determinadas, solicitando-se de novo a colaboração da técnica da Segurança Social para o efeito e foi solicitado ao IML de Lisboa a realização das perícias aos progenitores da criança.

A fls. 587 foi determinado o desentranhamento de documentos e CDs apresentados pela requerida a fls. 570/579, por intempestivos e descontextualizados de qualquer requerimento processualmente previsto.

A requerida apresentou novo articulado a fls. 600/618, que não foi admitido por nele vir apenas a desenvolver os mesmos factos do articulado superveniente apresentado anteriormente, sendo o momento processual inoportuno tendo sido ordenado o seu desentranhamento e bem assim dos documentos com ele juntos e os apresentados com os requerimentos de fls. 643 e 645. (cfr. despacho de fls 714/715)

O requerente foi submetido ao exame médico-legal psiquiátrico determinado, conforme relatório de fls. 711/712.

Relativamente à requerida, face à sua oposição e à reiterada não comparência ao exame ordenado, entendeu o tribunal tratar-se de rejeição do mesmo e determinou que não seria efectuado, sendo a conduta da requerida oportunamente valorada nos termos do artº 519º nº 2 do CPC (cfr. despacho de fls. 714/715)

O Mº. Pº de Loulé remeteu aos autos cópia do despacho de arquivamento do processo crime nº 7/11.2JAFAR, originado pela denúncia apresentada por A... (progenitora) contra J... (progenitor) imputando a este crime de abuso sexual de menor, sendo ainda enviada cópia do auto de entrevista da menor, ouvida na Polícia Judiciária em 15/02/2011 (cfr. fls. 662/681).

A fls. 804 e segs. foi proferido despacho em que a Exmª Juíza a quo entendeu que as visitas determinadas pelo Tribunal a realizar na Segurança Social se mostravam inviabilizadas e deixaram de se justificar.

Mais decidiu determinar o desentranhamento, por falta de fundamento, do requerimento da requerente de fls. 774/783 e, face à recusa da progenitora em submeter-se a exame psiquiátrico e em permitir a avaliação psicológica da criança, considerou inútil insistir na realização de tais perícias, protelando a decisão, designou dia para julgamento.

No mesmo despacho determinou a comparência da menor em julgamento ordenando a notificação da progenitora para o efeito.

Desse despacho de fls. 806 e do com a “referência 126209”, veio a requerente interpor recurso a fls. 841 e segs., contra-alegado pelo Mº Pº a fls. 1158 e segs., que mereceu do Tribunal o seguinte despacho proferido em acta de julgamento de fls. 1175 e segs.:

“Tal recurso tem como objecto:

1 – O despacho de fls. 804/806 na parte em que se ordena que a progenitora faça comparecer a menor no tribunal na data designada para julgamento;

2 – A omissão em tal despacho da ordem de comparência das testemunhas indicadas pela progenitora em articulado superveniente.

3 – O acto praticado por funcionário judicial a fls. 830, traduzido na notificação da progenitora da restituição dos documentos mandados desentranhar por despacho de fls. 714 a 716 (despacho de 12/09/2011).

Refira-se desde já que o recurso é inadmissível quanto a este último acto, pois não incide sobre o despacho, mas sobre o acto de cumprimento do mesmo. No que concerne às testemunhas arroladas no articulado superveniente de fls. 258 deverão as mesmas ser oportunamente ouvidas neste julgamento, pois o referido articulado foi admitido, devendo-se a mero lapso não ter sido feita referência a tal no despacho que designa dia para julgamento.

No mais, por tempestivo e legal, admite-se o recurso, que é de apelação a subir em separado a final, com efeito devolutivo (artºs 692º nº 1, 691º nº 2 al. i), artº 691-A nº 2 do CPC e artº 158º nº 2 da OTM)”

Realizada a audiência de julgamento, veio a requerida interpor recurso a fls. 1211 e segs. “das decisões proferidas nestes autos, despacho ditado para a acta de audiência de discussão e julgamento no dia 12 de Junho de 2012” que decidiu:

- Que a menor M... deverá comparecer levada pela GNR no dia 21/06/2012 às 14 horas para a audiência de discussão e julgamento;

- E deve estar presente um psicólogo para a audiência de discussão e julgamento,

- Não se pronunciando sobre a junção aos presentes autos, aquando da recepção da certidão do documento requisitado “Relatório pericial sexual do médico do IML, da delegação de Faro relativo à sua filha menor, com 3 anos de idade M...” que se encontra incorporado nos autos do procº 7/11.2JAFAR do T.J. de Loulé, 1º Juízo Competência Criminal, para prova dos abusos sexuais à menor por parte do pai (docs. 1, 2 e 3)

- Não se pronunciando sobre o requerimento apresentado a 14/05/2013 pela requerida, requerendo a requisição do documento: “certidão do auto de inquirição da menor sua filha M..., na P.J. a 15/02/2011”, que se encontra incorporado nos autos do procº 7/11.2JAFAR do T.J. de Loulé, 1º Juízo Competência Criminal, para prova dos abusos sexuais à menor por parte do pai (docs. 4)

- Não se pronunciando sobre o requerimento apresentado a 14/05/2012 pela requerida, requerendo a apresentação e a junção de documentos aos autos do processo em epigrafe, para prova dos factos alegados no articulado superveniente de 11/01/2011, relativo a abusos sexuais à menor por parte do pai (doc. 5)

Por solicitação do Tribunal foi enviada aos autos, por ofício de 16/07/2012, certidão da decisão instrutória – despacho de não pronúncia – proferido no âmbito do processo nº 7/11.2JAFAR do 1º Juízo de competência criminal do T.J. de Loulé, com a informação de que a decisão não transitou em julgado (sendo que o progenitor já havia junto ao processo em 11/07/2012, cópia da mesma decisão).

Foi em seguida proferida a sentença de fls. 1480 e segs. que decidiu fixar o seguinte regime quanto ao exercício das responsabilidades parentais:

1. Exercício das responsabilidades parentais:

a) Fixa-se a residência da menor junto do progenitor J..., a quem incumbirá, em exclusivo, o exercício de todas as responsabilidades parentais, quer quanto aos actos da vida corrente, quer quanto às questões de particular importância para a vida da menor (vg. intervenção cirúrgica programada, orientação religiosa, opção pelo ensino público ou privado, autorização para casamento ou para obter licença de condução de ciclomotor) com excepção da residência no estrangeiro.

b) A criança só poderá sair do país desde que os pais nisso acordem, não podendo o progenitor deslocar a criança para fora do país ou fixar a sua residência no estrangeiro, sem o consentimento da progenitora.

c) O progenitor deverá diligenciar pelo acompanhamento pedopsiquiátrico da criança.

2. Visitas.

a) A progenitora conviverá com a criança uma vez por semana, em visitas observadas, nas instalações da Segurança Social, por técnico da área da psicologia.

b) Futuramente, mediante parecer da Segurança Social (caso a avaliação de tais visitas venha a ser positiva):

- A progenitora passará com a criança fins de semana alternados (entre as 10 horas de sábado e as 20 horas de domingo, devendo ela recolher e entregar a criança em casa do pai) e uma tarde por semana (após o final das actividades lectivas até às 20 horas) desde que respei-

tando os horários escolares e de descanso da criança.

3. Alimentos.

a) A mãe contribuirá mensalmente com a prestação de € 300,00 a título de alimentos devidos à filha, quantia que deverá depositar na conta bancária do pai (que este deverá indicar àquela) até ao dia 8 de cada mês e que será actualizada anualmente em Janeiro (de acordo com o índice de variação de preços ao consumidor relativo ao ano anterior, conforme publicado pelo Instituto Nacional de Estatística.

Inconformada, apelou a requerida A..., apresentando as alegações constantes dos autos de que cumpre referir o seguinte:

Como é sabido, os recursos visam a reapreciação “de uma decisão ainda não transitada, dirigida a um tribunal de hierarquia superior, fundamentado na ilegalidade da decisão e visando revogá-la ou substituí-la por uma outra mais favorável ao recorrente” (M. Teixeira de Sousa, “Estudos...” p. 369/370)

Os recursos ordinários são entre nós recursos de ponderação e não de reexame visto que o tribunal superior não é chamado a apreciar de novo a acção e a julgá-la, como se fosse pela primeira vez, indo antes controlar a correcção da decisão proferida pelo tribunal recorrido, face aos elementos averiguados por este último.

Daí a constante jurisprudência no sentido de que os recursos destinam-se à reapreciação, ou reexame, das questões decididas, que não ao conhecimento de matéria nova, salvo casos de superveniência ou de conhecimento oficioso - por todos Ac. do STJ de 18/05/2006 proc. 06A1222, in www.dgsi.pt)

Nos termos do nº 1 do artº 685-A do CPC “O recorrente deve apresentar a sua alegação, na qual conclui, de forma sintética, pela indicação dos fundamentos porque pede a alteração ou anulação da decisão”.

As conclusões do recurso são, logicamente, um resumo dos fundamentos porque se pede o provimento do recurso, de forma que os mesmos se tornem, rápida e facilmente apreensíveis pelo tribunal “ad quem” - cfr. Alberto dos Reis in “Código do Processo Civil Anotado”, Vol. V, p. 359 e Ac do STJ de 2/2/84, BMJ 334, 401 e de 3/3/89, BMJ 385, 541.

Como refere Rodrigues Bastos in “Notas ao C.P.C.”, Vol. III, p. 299, “Se as conclusões se destinam a resumir para o tribunal “ad quem” o âmbito do recurso e os seus fundamentos pela elaboração de um quadro sintético das questões a decidir e das razões porque devem ser decididas em determinado sentido, é claro que tudo o que fique para aquém ou para além deste objectivo é deficiente ou impertinente”.

Ora, conforme se verifica dos autos, as alegações da recorrente e documentos que anexa mostram-se juntas de fls. 1545 a fls. 2309, integrando parte do volume 8º, integralmente o 9º e o 10º e cerca de metade do volume 11º dos autos.

Cingindo-nos às conclusões que formulou, verifica-se que as mesmas iniciando-se a fls. 1835 desenvolvem-se até fls. 1956, ou seja, em cerca de cento e vinte folhas com 26 pontos para além da matéria relativa à “modificação da matéria de facto” pontos e matéria, por sua vez, desenvolvidos em diversas alíneas que chegam a dar mais de 20 voltas ao abecedário.

As conclusões em grande parte versam matéria que foi objecto de recursos autónomos e questões que só por via da invocação no lugar próprio seriam susceptíveis de apreciação.

As conclusões, tal como vêm formuladas, apresentam-se deficientes e confusas, aliás, como salientado pelo Magistrado do Mº Pº nas suas contra-alegações, por conseguinte elevadamente prolixas tornando difícil a apreensão relativamente aos seus fundamentos.

Todavia, atendendo aos interesses em causa e em face do tempo já gasto na tentativa de

saneamento do que interessa no presente recurso e não obstante a dificuldade dessa tarefa, a fim de evitar mais delongas e porque se crê que qualquer convite nos termos do artº 685-A nº 3 do CPC não iria surtir grande efeito face ao tipo das intervenções recursivas da recorrente já anteriormente efectuadas nos autos, iremos apreciar o recurso interposto não obstante as limitações decorrentes de tais deficiências, apreciando-se as questões na medida da sua percepção e seleccionando-se o que verdadeiramente poderá ter influência na questão essencial da causa e é que é decisão sobre o destino da menor.

Assim, tendo por base os pontos índice das conclusões que formulou, são os mesmos do seguinte teor:

“- Impugnação das decisões interlocutórias:

1 – O tribunal de 1ª instância deve admitir os elementos de prova juntos com o requerimento de exercício do contraditório da requerida aos relatórios sociais a fls. 92 a 104 (doc. 1 e doc. 2 junto com as presentes alegações)

2 – Determinar o aditamento da violência doméstica exercida pelo requerente, ao Relatório Social relativo a A... apresentado pelo Instituto da Segurança Social a fls. 99 a 104.

3 – Admitir a rectificação do pedido no articulado superveniente de 11 de Janeiro de 2011, apresentado em requerimento pelo mandatário da requerida a 24 de Janeiro de 2011.

4 – A nulidade das seguintes decisões proferidas nestes autos, notificadas à requerida referência 963976 de 26/01/2011 (...)

5 – A nulidade e/ou inutilidade da seguinte decisão proferida nestes autos, notificada à requerida referência 968314 de 04/02/2011 (...)

6 – A nulidade e/ou inutilidade da seguinte decisão proferida nestes autos, notificada à requerida referência 968314 de 04/02/2011 (...).

7 – A nulidade da seguinte decisão proferida nestes autos, notificada à requerida referência 968314 de 04/02/2011 (...).

8 – Nulidade da seguinte decisão proferida nestes autos, notificada à requerida referência 968314 de 04/02/2011 (...).

9 – Rejeitar o articulado superveniente de 2 de Fevereiro de 2011 do requerente.

10 – Admitir os documentos juntos aos autos do processo em epígrafe, nos requerimentos de 9/02/2011 e de 21/02/2011, da requerida.

11 – Decretar cautelarmente, a título provisório a suspensão imediata das visitas da menor M..., ao seu pai, J...

12 – Admitir o documento junto aos autos do processo em epígrafe, no requerimento de 28 de Fevereiro de 2011 da requerida.

13 – Admitir os 4 documentos e o CD com gravações juntos aos autos do processo em epígrafe, no requerimento de 10 de Maio de 2011 da requerida, a fls. 570 a 579.

14 – Admitir o articulado superveniente de 7 de Junho de 2011 da requerida, a fls. 600 a 618.

15 – Admitir os 3 documentos e o CD com gravações juntos aos autos do processo em epígrafe, nos 2 requerimentos de 5 de Julho de 2011 da requerida, a fls. 643 a 644 e a fls. 645 a 651.

16 – Admitir o DVD com 3 vídeos juntos aos autos do processo em epígrafe, no requerimento de 5 de Julho de 2011 da requerida, a fls. 652 a 653.

17 – Admitir o documento junto aos autos do processo em epígrafe, no requerimento entregue a 16 de Setembro de 2011 da requerida.

18 – Julgar justificadas as faltas da menor às visitas ao pai supervisionadas por S....

19 – Julgar justificadas as faltas da menor às visitas ao pai nas instalações da Segurança Social.

20 – A nulidade da decisão a fls. 806; e a nulidade, a inadmissibilidade e/ou inutilidade de convocar a menor para comparecer para a audiência de discussão e julgamento e a sua audição a fls. 806.

21 – A nulidade de convocar a menor para comparecer levada pela GNR para a audiência de discussão e julgamento, devendo estar presente um psicólogo(a).

22 – A nulidade de convocar róis de testemunhas apresentados pelo requerente no articulado superveniente de 2 de Fevereiro de 2011 e pela requerida na contestação de 28 de Fevereiro de 2011.

23 – A nulidade da decisão de prestação de depoimento do progenitor em audiência de discussão e julgamento e a anulação e/ou a inadmissibilidade do depoimento do progenitor prestado na audiência de discussão e julgamento.

24 – A nulidade da decisão de omissão de pronúncia sobre o documento requisitado ao Tribunal Judicial de Loulé, o relatório pericial sexual relativo à menor, incorporado nos autos do proc. nº 7/11.2JAFAR

25 – Requisitar ao Tribunal Judicial de Loulé o documento, certidão do auto de inquirição da menor na Polícia Judiciária a 15 de Fevereiro de 2011, incorporado nos autos do proc.º nº 7/11.2JAFAR.

26 – Admitir os documentos juntos aos autos do processo em epígrafe, no requerimento de 14 de Maio de 2012 da requerida.”

- Recurso da sentença

Discorda da decisão da 1ª instância e pretende a modificação da matéria de facto relativamente:

- À matéria que indica constante do articulado superveniente de 11 de Janeiro de 2011 da requerida;

- Da contestação de 28 de Fevereiro de 2011 da requerida;

- Outros factos que indica e que a seu ver devem ser provados

- Por fim pretende a ampliação da matéria de facto relativamente à alegada violência doméstica sobre a sua pessoa e maus tratos infligidos pelo pai à menor.

O Magistrado do Mº Pº contra-alegou nos termos de fls. 2315 e segs., concluindo pela improcedência do recurso, mantendo-se a sentença recorrida e demais decisões interlocutórias, passíveis de recurso nesta fase.

*

Nos termos do que vem de relatar-se, verifica-se que as questões a apreciar são as relativas aos recursos interpostos, no que deles for recorrível, nos termos seguintes:

- O recurso do despacho de fls. 806 e do com a “referência 126209”, interposto pela requerida a fls. 841 e segs., contra-alegado pelo Mº Pº a fls. 1158 e segs., parcialmente admitido em acta de julgamento de fls. 1175 e segs..

- Recurso interposto pela requerida a fls. 1211 e segs. “das decisões proferidas nestes autos, despacho ditado para a acta de audiência de discussão e julgamento no dia 12 de Junho de 2012”.

- Recurso da sentença final.

São os seguintes os factos que foram tidos por provados na 1ª instância com interesse para a decisão da causa:

1 – A criança M... nasceu a 5 de Março de 2007 e é filha do requerente J... e da reque-

rida A...

2 – Os progenitores da menor contraíram casamento entre si no dia 16 de Dezembro de 1995.

3 – Por sentença proferida em 9/3/2011 no âmbito do processo nº 647/09.0TMFAR do 1º Juízo do Tribunal de Família e Menores de Faro, transitada em julgado, foi decretado o divórcio entre os progenitores e, consequentemente, declarado dissolvido o seu casamento.

4 – Após a ruptura da vivência conjunta dos progenitores ocorrida no verão de 2009, a menor permaneceu aos cuidados da progenitora, com ela ficando a residir na casa de morada de família (sita... Vilamoura – Quarteira) de onde o progenitor saiu, passando o mesmo a residir num apartamento também situado em Vilamoura.

5 – A progenitora/requerida integra agregado familiar constituído pela própria, pela irmã (M..., nascida a 22/01/1962 solteira e professora do ensino secundário) e pela menor M..., residindo numa vivenda (casa de morada de família) com dois andares e adequadas condições habitacionais (higiene, organização e conforto), que dispõe de quarto para a menor e, no exterior, de jardim e piscina.

6 – A progenitora é licenciada em engenharia química e doutorada em biotecnologia, sendo professora com exclusividade, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em exercício de funções na Faculdade de Ciências e de Tecnologia da Universidade do Algarve desde 29/10/1998, conforme declaração de fls. 154.

7 – Em Abril de 2010, o vencimento auferido pela progenitora ascendeu a € 3.764,71.

8 – O progenitor é gerente comercial da empresa S..., Lda, da qual é sócio juntamente com a requerida e encontra-se a implementar um negócio no Brasil, tendente ao estabelecimento de uma cadeia de revendedores naquele país, tendo um sócio ali residente e deslocando-se ocasionalmente ao Brasil por períodos de uma ou duas semanas, a fim de supervisionar os trabalhos.

9 – A remuneração auferida pelo progenitor como gerente da empresa S... em Março de 2010 foi de € 1.369,00 (cfr. doc. de fls. 223)

10 – O progenitor que pretende manter a sua residência em Portugal, reside sozinho em apartamento de tipologia T2 sito em Vilamoura, com quarto individual para a menor, equipado com mobiliário e material lúdico-educativo adaptado à sua faixa etária, evidenciando a habitação adequadas condições de higiene, organização e conforto.

11 – O progenitor beneficia do apoio da empregada doméstica, M..., que presta serviços de limpeza na sua habitação e foi empregada doméstica do dissolvido casal, tendo ainda ajudado a cuidar da criança M... desde os quatro meses de idade até à separação dos progenitores.

12 – Segundo o progenitor, os avós paternos da criança, residentes na Nazaré, estão disponíveis para o apoiar na prestação dos cuidados à menor, podendo passar a residir no Algarve.

13 – A criança M... foi integrada no Colégio Origami, CRL (creche e jardim de infância) em Quarteira em 7 de Setembro de 2009, que frequentou de forma assídua e interessada, sendo a mãe quem a levava diariamente entre as 9 e as 10 horas e ia buscá-la entre as 17 e as 18 horas, demonstrando a mãe ser preocupada e atenta às necessidades e educação da filha e revelando-se esta uma criança equilibrada, feliz, comunicativa, sociável, educada, inteligente, atenta, muito estimulada, sendo considerada forte e saudável a ligação entre mãe e filha, tudo conforme declaração de fls. 32 datada de 20/10/2009.

14 – A criança M... frequentou o infantário Clube do Bibe, em Vilamoura, desde Setembro até Dezembro de 2010, deixando de frequentar o infantário, sem qualquer aviso por parte da progenitora.

15 – A inscrição da menor no Clube do Bibe foi efectuada em Maio de 2010, tendo a progenitora pedido confidencialidade na inscrição, visando impedir que o progenitor tivesse de tal conhecimento, sendo que além da progenitora, a única pessoa autorizada a visitar e recolher a menor era a sua tia e madrinha M....

16 – O progenitor nunca visitou a menor no Clube do Bibe, cujo sistema de segurança (com entrada controlada e câmara de vigilância) apenas permitia a entrada de pessoas para a zona de recepção e depois de devidamente identificadas.

17 – Em virtude de a M... chegar sistematicamente atrasada às aulas de ballet, a professora (de ballet) da criança, em data não concretamente apurada, mas situada no período de Setembro a Dezembro de 2010, impediu a sua entrada na aula, facto que gerou viva indignação da progenitora, cujos gritos perturbaram de tal forma a aula, que foi necessária a intervenção da directora do Clube do Bibe, perante a qual a progenitora, na presença da M..., disse “são umas estúpidas” exigindo ainda a devolução da mensalidade do ballet, que lhe foi entregue para evitar mais problemas, após o que a criança não voltou às aulas de ballet.

18 – Poucos dias depois do facto descrito no número anterior, a progenitora dirigiu-se à directora do Clube do Bibe, referindo que a filha havia aparecido com sangue nas cuecas e que a criança lhe dissera que um menino da sua sala lhe tinha “mexido no pipi”, ao que a directora retorquiu tal ser impossível, pois as crianças são sempre vigiadas e vão à casa de banho acompanhadas, acabando a progenitora por concordar com a directora que a filha poderia ter uma infecção urinária.

19 – No infantário o comportamento da progenitora em relação à filha era considerado obsessivo por parte da directora e educadora da criança, a quem a progenitora constantemente falava mal do progenitor, o que fazia perante a M..., chegando a dizer que a quarta-feira era dia de visita do pai e que a filha não queria ir, porque ele era agressivo.

20 – A progenitora exigia junto do infantário que na hora de dormir vestissem pijama à criança, que lhe colocassem meias anti-derrapantes e reclamava da temperatura dos iogurtes, queixando-se a progenitora de que, por não serem retirados do frigorífico com maior antecedência, provocavam dores de garganta à menor.

21 – Segundo a directora do Clube do Bibe, H..., a menor M... era uma criança muito apática, retraída e de olhar triste.

22 – Segundo a educadora da menor M..., a criança falava do pai com naturalidade, mostrando satisfação quando falava dos dias da visita do pai, não mostrando qualquer receio do mesmo.

23 – Em data não concretamente apurada do mês de Janeiro de 2011, o progenitor foi contactado pela direcção do infantário Clube do Bibe, que solicitou a sua presença nas instalações do estabelecimento, a fim de obter informação sobre o paradeiro da menor, pelo facto de a mesma ter deixado de frequentar o infantário em Dezembro de 2010 (após a festa do final de ano), sem qualquer aviso prévio.

24 – Mais foi o progenitor informado que as tentativas efectuadas pela direcção do infantário para contactar a progenitora se tinham revelado infrutíferas.

25 – O progenitor desconhecia e desconhece se a filha frequenta algum estabelecimento de ensino ou se é mantida pela mãe em casa.

26 – Consta do relatório elaborado pela Segurança Social em Abril de 2010 (fls. 100 a 104) que as dificuldades relacionais de articulação parental entre os adultos em causa aparentam encontrar-se associadas a questões que extravasam o exercício da parentalidade – os requeridos detêm património comum (empresa e bens imóveis) e aparentam, além do mais,

não se encontrar ainda plenamente resolvido o “luto conjugal”, sendo que ambas as questões aparecem associadas no discurso da requerida.

27 – Do relato de diligências efectuado pela Segurança Social em 22/02/2011, consta que “constatamos que a menor, desde o início do ano civil deixou de frequentar o estabelecimento educativo (unidade de infantário – Clube do Bibe Azul em Vilamoura) alegadamente por evitamento a contactos com o progenitor”.

28 – No seu articulado de fls. 495 a 503 (artº 38º) a progenitora, alegando abusos sexuais do pai em relação à filha, diz que “cautelamente e provisoriamente a menor não voltou a frequentar o infantário desde o dia 3 de Janeiro de 2011”.

29 – Nos esclarecimentos ao relatório social prestados a fls. 242/243, a Técnica da Segurança Social escreve “(...) O discurso da requerida (progenitora) surge eivado de uma constante depreciação das capacidades do requerente (progenitor) para o exercício das responsabilidades parentais, não obstante do passível de avaliação não se nos afigura que o progenitor da menor não reúna competências para um efectivo desempenho das mesmas (...)”.

30 – Correu termos nos Serviços do Ministério Público de Loulé o inquérito nº 7/11.2JA-FAR que teve origem na denúncia apresentada por A... (progenitora) contra J... (progenitor), imputando a este o crime de abuso sexual da menor (M...), tendo o Ministério Público proferido, em 22/06/2011, despacho de arquivamento, por falta de indícios da prática pelo arguido dos crimes que lhe foram imputados.

31 – No âmbito do referido processo foi a menor ouvida na Directoria do Sul da Polícia Judiciária, tendo a progenitora interferido no discurso da criança, condicionando a sua linguagem/resposta (tal como concluiu o Inspector da Polícia Judiciária – cfr. fls. 668), ao entregar à criança uma boneca que tinha consigo, interrompendo a acção da menor e dizendo-lhe para contar aos senhores o que o pai tinha feito à menina, após o que a M... “rapidamente e enquanto manipulava a boneca disse que o «pai mexeu nas maminhas e no pipi», calando-se de seguida e indo de novo procurar refúgio junto da mãe”, após o que a progenitora foi admoestada pela sua interferência na espontaneidade da resposta dada pela criança, acabando o acto por ser encerrado pela circunstância de a menor ter ficado abraçada à sua progenitora e inequivocamente demonstrar não querer falar mais, apesar de instada nesse sentido (cfr. fls. 664)

32 – No final do auto de entrevista da menor, o Inspector da Polícia Judiciária consignou que em nenhum momento a menor manifestou, quer verbal, quer não verbalmente, qualquer constrangimento ou receio quando se abordou o tema das áreas genitais.

33 – Conforme consta do despacho de arquivamento do Ministério Público (fls. 669) e despacho de não pronúncia proferido pelo Juiz de Instrução, no âmbito do Proc. nº 7/11.2JA-FAR a menor foi submetida a perícia médico-legal, constando do relatório elaborado pelo perito médico que “A observação dos genitais apresenta hímen central, não afundado, íntegro. Sem eritema vulvar ou corrimento. O ânus é normal, com tonacidade mantida do esfíncter. Ausência de erosões ou vesículas. Ausência de lesões traumáticas recentes”, concluindo o perito médico que a menor M... “não apresenta sinais de ter sofrido abuso sexual sob a forma de penetração vaginal. O hímen é íntegro, não apresentando sinais de desfloramento”.

34 – No âmbito do referido processo foi proferida decisão instrutória no dia 29 de Junho de 2012 que não pronunciou o arguido J... quanto à prática de abuso sexual da criança agravado, p.p. pelos artºs 171º nº 1 e 2, 177º nº 1 al. a) e crime de devassa da vida privada p.p. pelo artº 192º nº 1 al. a) e b), todos do C. Penal e, igualmente, não pronunciou o mesmo arguido quanto à prática dos crimes de violência doméstica e maus-tratos p.p. pelo artº 152º e 152-A do C. Penal.

35 – No dia 2 de Janeiro de 2011 a progenitora levou a menor M... ao serviço de urgência pediátrica do Hospital de Faro denunciando abuso sexual do progenitor em relação à filha, constando da informação médica que a observação física foi inteiramente normal, não se tendo observado indícios de lesões traumáticas físicas, nomeadamente a nível genital (doc. de fls. 277 e 278)

36 – A progenitora, por sua iniciativa, juntou aos autos a informação clínica que constitui fls. 321/322, emitida em 22/01/2011 pela psiquiatra de infância e adolescência I..., da qual consta que “A M..., de 3 anos, foi observada em consulta de pedopsiquiatria, por alterações de comportamento e agressividade. Da observação, a acção desenvolvida no espaço lúdico centrou-se na reprodução e comportamentos de cariz sexual e agressividade vivenciada nas «bonecas». Foi também possível observar a M... a manipular os genitais da boneca a pedido da mãe, tendo a M... referido que este acto é praticado pelo pai, ficando suja e necessitando de ser limpa e lavada”. Conclui que “desta forma parece não haver dúvidas de tratar-se de um abuso sexual”.

37 – Em 21/02/2011, a progenitora por sua iniciativa, juntou aos autos o relatório da avaliação psicológica da menor M..., que constitui fls. 453 a 462, datado de Fevereiro de 2011 e subscrito pela psicóloga M..., do qual consta “(...) constatamos a presença de um vínculo forte à mãe, com tendência para a ansiedade de separação, o que se faz acompanhar por sinais de medo de perda afectiva ... A M... pega numa boneca, que trazia consigo, e de forma espontânea inicia a representação de um episódio que aparentemente parece perturbá-la; toda a cena que representa à minha frente assume contornos projectivos; através de uma cena lúdica expressa e projecta-se na boneca expressando as suas angústias e medos. Atira a boneca com força para o chão e inicia a história: - «O pai atira-me para cima da cama ... força ... e eu estou nua ... sabes que o pai mexe no pipi? ... Vou-te mostrar. Em seguida demonstra como é que o pai lhe faz, mexe no correspondente à zona genital da boneca e continua: - O pai mexe no pipi, nas maminhas e no cu ... põe o dedo no cu, no pipi ... dói ... e mexe na pilinha, a pilinha dele é clara ... ele vai à escola; a pilinha do papá deita um líquido para cima de mim e depois ele lava a M...» ... Os sinais de ansiedade de separação da mãe, os terrores nocturnos e a falta de apetite fazem parte do quadro de sinais de alarme apresentados por esta criança. Ao nível do desenvolvimento afectivo-emocional parecem existir evidências de alguns sinais de alarme que parecem indicar que esta criança terá sido sujeita a práticas de cariz sexual (segundo a descrição levada a cabo pela própria criança). Os acontecimentos verbalizados não parecem fantasiados, dados os pormenores objectivos e bem ajustados ao real que apresenta, face à angústia e agitabilidade que acompanhou o discurso da criança de forma a aliviar algumas das suas tensões. Parece-me importante que sejam respeitadas as necessidades desta criança, no sentido de poder existir um período de pausa das visitas ao pai de modo a que possamos organizá-la e tentar perceber até que ponto está traumatizada pelas experiências vividas ou não.”

38 – Nos presentes autos foram provisoriamente reguladas as responsabilidades parentais por decisão proferida na conferência de pais realizada em 26/10/2009, nos termos da qual foi fixada a residência da criança M... junto da progenitora, competindo a esta a decisão sobre os actos da vida corrente da criança e sendo as questões de particular importância para a vida da mesma decididas em conjunto por ambos os progenitores (cfr. acta de fls. 23/27)

39 – Foi ainda estabelecido o seguinte regime de visitas:

- O progenitor poderá estar e conviver com a menor uma vez por semana à quarta-feira, indo o progenitor buscar a criança à casa da mãe pelas 18 horas, ali devendo entregar a criança pelas 19 horas.

- De quinze em quinze dias, o progenitor poderá conviver com a criança ao domingo, indo buscar a mesma à casa da progenitora pelas 11 horas e ali devendo entregar pelas 17 horas, sendo que nas primeiras quatro vezes, a progenitora caso seja necessário, acompanhará a menor, favorecendo a comunicação/interacção entre a menor e o progenitor.

40 – A mesma decisão fixou em € 400 a pensão de alimentos a cargo do progenitor, a pagar à progenitora até ao dia 8 de cada mês, sendo actualizada anualmente em Janeiro, de acordo com a taxa de inflação publicada pelo INE, relativo ao ano anterior.

41 – Por decisão proferida em 4/2/2011, perante os invocados abusos sexuais do pai em relação à menor M..., e por forma a acautelar a criança, foi alterado o regime (provisório) de visitas, fixando-se o seguinte:

- A menor passará com o pai o dia de domingo, de quinze em quinze dias, devendo este ir buscar a menor a casa da mãe às 11 horas, aí a devendo entregar pelas 17 horas.

- Tais visitas são supervisionadas por S... (pessoa da confiança de ambos os progenitores e residente em Vilamoura), que deverá acompanhar o progenitor desde a recolha da criança em casa da mãe até à sua entrega no mesmo local, estando sempre presente desde o início até final de cada visita.

42 – No âmbito do incidente de cumprimento que constitui o apenso A, por decisão proferida em 6/01/2012, o Tribunal, considerando que houve incumprimento do regime de visitas, imputável à progenitora (provou-se que a progenitora impõe a presença da sua irmã nas visitas, recusando a efectivação das mesmas caso tal não suceda, sabendo que o progenitor e a cunhada estão de relações cortadas. Em meados de Novembro de 2009, o progenitor dirigiu-se à casa da progenitora para visitar a filha, mas a progenitora impediu qualquer contacto entre pai e filha, retendo a menor dentro do seu veículo, onde estava também a tia materna da criança, exigindo que a visita ocorresse desde que o progenitor fosse no seu veículo, na presença da progenitora e de sua irmã, inviabilizando desta forma o convívio entre o pai e a filha; o requerente, por diversas vezes tentou contactar a requerida, mas esta não atende às chamadas), condenou-a em multa equivalente a € 250.

43 – No âmbito do incidente de incumprimento que constitui o apenso C, por decisão proferida em 6/01/2012, o Tribunal, considerando que houve incumprimento do regime de visitas, imputável à progenitora (provou-se que: Desde o início de 2011 a progenitora não mais permitiu que o pai tivesse qualquer convívio com a filha. Por diversas vezes a progenitora alegava que a menor estava doente, a fim de impedir a visita do pai. Por diversas vezes, nos dias estipulados para as visitas, o progenitor deslocava-se junto da residência da progenitora, tocava à porta, mas ninguém atendia ou abria a porta; no domingo, dia 9 de Janeiro de 2011 (dia destinado a visita do pai à menor) o pai não visitou a filha porque a mãe alegou que a menor estava doente, recusando-se a entregar a menor ao pai., Cerca das 11,30 horas desse mesmo dia, a menor foi vista (por A... e H...) a passear com a mãe num estabelecimento comercial – Leroy Merlin – na Guia, Albufeira), condenou-a em multa equivalente a € 250 e no pagamento de € 2000 (dois mil euros) a título de indemnização, sendo € 1.000 a favor do requerente J... e € 1.000 a favor da menor M...; além de alterar o regime provisório de visitas, que passou a ser o seguinte: O pai poderá estar e conviver com a menor à quarta-feira, entre as 17 horas e as 19,30 horas, devendo o pai ir buscar a menor ao estabelecimento de ensino ou, caso ali não se encontre, ao posto da GNR de Vilamoura (onde a mãe deverá entregar a menor, caso ela não esteja no estabelecimento de ensino), e devendo entregar a menor no mesmo posto da GNR de Vilamoura (onde a mãe deverá ir recolher a menor).

44 – Conforme participação da GNR de Vilamoura (fls. 75 a 78), em 10/01/2010 o pro-

genitor deslocou-se à residência da progenitora para exercer o seu direito de visita, local onde foi chamada a GNR, que pelas 11 horas constatou que ali se encontrava o pai pretendendo levar a criança consigo, o que a progenitora só permitia caso ela própria acompanhasse a filha, alegando que esta chora, recusa-se a ir sozinha, o pai é muito agressivo para com ela e tem medo que a leve e não a volte a entregar, constatando-se que a criança estava a dormir dentro da viatura da mãe.

45 – Conforme participação da GNR de Vilamoura (fls. 412), em 12/01/2012 o progenitor deslocou-se à residência da progenitora para visitar a menor, onde foi chamada a GNR, constatando que não se encontrava em casa nem a progenitora nem a filha.

46 – Conforme participação da GNR de Vilamoura (fls. 509), em 13/02/2011 o progenitor acompanhado de S..., deslocou-se à residência da progenitora para visitar a menor, tocou várias vezes à campainha, mas ninguém atendeu.

47 – Tal facto foi confirmado por S..., conforme informação junta aos autos a fls. 447.

48 – Desde Dezembro de 2010 que o progenitor está privado do convívio com a criança o que sucede igualmente com toda a família paterna, pois a progenitora impede tais convívios.

49 – O padrinho da criança, C..., não vê a afilhada desde o Verão de 2010, pois a progenitora não se deixa contactar, nem atende o telefone.

50 – Desde a separação dos progenitores, o pai sempre quis visitar a filha, mostrando grande vontade de estar com a criança.

51 – O progenitor demonstra disponibilidade emocional e afectiva para assegurar as necessidades da criança e afirma dispor de todas as condições para dela cuidar.

52 – Nos períodos de visita do pai, a criança mostrava satisfação em estar com o pai, estabelecendo-se uma óptima relação entre ambos.

53 – Por despacho proferido em 4/2/2011, o Tribunal determinou a realização de perícia à criança (avaliação psicológica) e pais (avaliação psicológica e psiquiátrica).

54 – Da avaliação do progenitor resultaram as seguintes conclusões constantes do relatório pericial de fls. 712, datado de 24/08/2011, subscrito pelo psiquiatra Dr. C...:

- Na avaliação o progenitor mostra interesse maior para o desenvolvimento da filha;
- Existem competências morais e sócio familiar para realizar o superior interesse da criança;
- Os conflitos entre familiares sempre influenciam de forma negativa o desenvolvimento psicossocial dos filhos de maneira e gravidade diferente;
- O pai não padece de qualquer patologia do foro psiquiátrico.

55 – A progenitora, apesar de por diversas vezes notificada, nunca compareceu nem fez comparecer a criança a fim de serem realizados os exames determinados (relativamente à criança).

56 – Em 28/02/2011 a progenitora, por sua iniciativa, juntou aos autos o relatório psicológico relativo à própria, que constitui fls. 491 a 493, datado de 23/02/2011 e subscrito pela psicóloga clínica C..., do qual consta, nomeadamente que “A A... demonstra ser uma pessoa com um forte controlo emocional, psicologicamente equilibrada e com personalidade bem estruturada. Reage às situações menos fáceis com alguma frieza, mas sem sentir indiferença, o que lhe permite auto-defender-se e auto-proteger-se (...)

No que diz respeito à filha M..., tive oportunidade de presenciar as duas juntas, parecendo existir um bom relacionamento entre mãe e filha, com amor e cumplicidade. No momento presente, a maior preocupação da A... é o bem-estar da filha e a sua protecção em relação aos abusos do pai”.

57 – Às visitas a realizar nas instalações da Segurança Social, a progenitora faltou por diversas vezes, acabando por comparecer em 18/02/2011, mas assumindo uma atitude de total discordância, relativamente ao reinício de contactos/visitas progenitor/menor, inviabilizando qualquer possibilidade de estratégia por parte da Segurança Social (fls. 489).

Foram considerados como não provados os seguintes factos:

(...)

Apreciando.

Como se referiu, veio a requerente a fls. 841 e segs. “interpor recurso das decisões nestes autos, fls. vossa referência 11262209 e fls. 806”, isto é, conforme refere na concretização do objecto do recurso:

“- A nulidade da decisão de fls. 806

- A nulidade, a inadmissibilidade e/ou inutilidade de convocar a menor para comparecer na audiência de discussão e julgamento e a sua audição a fls. 806.

- A legitimidade da recusa da progenitora comparecer com a menor para a audiência de julgamento – fls. 806.

- A injusta decisão de desentranhamento dos documentos de fls. 600 a 618, fls. 643 a 644, fls. 645 a 651, fls. 652 a 653 dos autos, fl. Vossa referencia 1126209”

No que respeita a este último, não há que dele conhecer pois o mesmo não se mostra admitido, sendo certo que, como bem refere a Exm^a Juíza, “o recurso é inadmissível (...) pois não incide sobre o despacho, mas sobre o acto de cumprimento do mesmo”.

Na verdade, a referência invocada respeita, como a própria recorrente identifica, a uma notificação que lhe foi feita, ou seja ao acto praticado por funcionário judicial a fls. 830, traduzido na notificação da progenitora da restituição dos documentos mandados desentranhar por despacho de fls. 714 a 716 (despacho de 12/09/2011)

De todo o modo, sempre se dirá que respeitando o desentranhamento dos documentos ao cumprimento de uma decisão há muito proferida – 12/09/2011 – e sendo certo que do despacho de admissão ou rejeição dos meios de prova cabe recurso autónomo a interpor no prazo de 15 dias (cfr. artº 691º nº 2 al. i) e nº 5 do CPC), há muito que se esgotou o prazo de interposição de recurso que caberia daquela decisão.

Relativamente às decisões constantes do despacho de fls. 804/806:

Estão em causa as decisões de convocar a menor para comparecer a audiência de discussão e julgamento e a sua audição e a legitimidade da recusa da progenitora comparecer com a menor para a audiência de julgamento e a admissão das testemunhas arroladas no articulado superveniente.

Ora, sucede que, por um lado, tendo sido realizada a audiência de julgamento à qual a menor não compareceu não tendo, por conseguinte, sido ouvida e, por outro, que na acta de julgamento de fls. 1175 foram admitidas a depor as testemunhas arroladas nos articulados supervenientes, verifica-se que não tem qualquer objecto o recurso interposto nos apontados segmentos, pelo que não há que dele conhecer.

Realizada a audiência de julgamento, veio a requerida interpor recurso a fls. 1211 e segs. “das decisões proferidas nestes autos, despacho ditado para a acta de audiência de discussão e julgamento no dia 12 de Junho de 2012” que decidiu:

1 - Que a menor M... deverá comparecer levada pela GNR no dia 21/06/2012 às 14 H para a audiência de discussão e julgamento;

2 - E deve estar presente um psicólogo para a audiência de discussão e julgamento,

3 - Não se pronunciando sobre a junção aos presentes autos, aquando da recepção da

certidão do documento requisitado “Relatório pericial sexual do médico do IML, da delegação de Faro relativo à sua filha menor, com 3 anos de idade M...” que se encontra incorporado nos autos do proc.º 7/11.2JAFAR do T.J. de Loulé, 1º Juízo Competência Criminal, para prova dos abusos sexuais à menor por parte do pai (docs. 1, 2 e 3)

4 - Não se pronunciando sobre o requerimento apresentado a 14/05/2012 pela requerida, requerendo a requisição do documento: “certidão do auto de inquirição da menor sua filha M..., na P.J. a 15/02/2011”, que se encontra incorporado nos autos do procº 7/11.2JAFAR do T.J. de Loulé, 1º Juízo Competência Criminal, para prova dos abusos sexuais à menor por parte do pai (docs. 4)

5 - Não se pronunciando sobre o requerimento apresentado a 14/05/2012 pela requerida, requerendo a apresentação e a junção de documentos aos autos do processo em epígrafe, para prova dos factos alegados no articulado superveniente de 11/01/2011, relativo a abusos sexuais à menor por parte do pai (doc. 5)

No que respeita às decisões indicadas nos pontos 1 e 2 supra valem aqui, com a mesma pertinência, os considerandos acima expostos no que respeita à não comparência da menor a julgamento, sendo manifestamente inútil o recurso pois a audiência de julgamento já se realizou e a menor não compareceu na mesma quer por não ter sido apresentada pela progenitora, quer por não terem sido cumpridos os mandados de condução.

Na mesma medida não surtiu qualquer efeito útil a determinação da presença de um psicólogo na audiência de julgamento.

É pois completamente inútil e destituído de objecto o recurso interposto no que respeita às referidas decisões.

Quanto às invocadas omissões de pronúncia relativamente ao doc. indicado no ponto 3 e requerimento de 14/05/2012 – junção aos autos de prova documental – cabe referir que o momento próprio de apreciação da prova documental apresentada pelas partes é em sede de sentença final conjugada com a demais prova produzida, designadamente em sede de julgamento. Ora, os documentos apresentados encontram-se nos autos e foram considerados e apreciados em sede de julgamento segundo a livre convicção do julgador.

É manifestamente destituído de qualquer fundamento legal o recurso interposto.

De resto, a haver qualquer omissão de pronúncia seria tão só sobre a prolação de despacho a admitir ou rejeitar os documentos apresentados, sendo certo porém que não foi proferido qualquer despacho de rejeição dos mesmos que, como se referiu, se encontram nos autos.

Mas, também aqui, e aproveita-se para adiantar desde já, face às diversas situações semelhantes invocadas no recurso, mesmo que existisse tal omissão, a irregularidade dela derivada, apenas constituiria nulidade se influísse no exame e decisão da causa – artº 201º do CPC.

Assim sendo e a entender que havia nulidade, deveria a recorrente tê-la arguido no prazo de 10 dias a contar do seu conhecimento ou pelo menos do momento em que interveio em algum acto praticado no processo ou foi notificada para qualquer termo dele (artº 205º do CPC).

Ora, tendo sido apresentado o requerimento em apreço no dia 14/05/2012, é de presumir que pelo menos no dia 12/06/2012, data do julgamento, tomou conhecimento da alegada omissão pelo que deveria ter arguido tal nulidade no prazo de 10 dias a contar de tal data.

Aproveita-se para referir que o recurso não é o meio próprio de arguição de nulidades processuais as quais devem ser reclamadas perante o juiz que as produziu e só então caberá recurso da decisão que sobre a mesma for proferida, salvo no caso previsto no nº 5 do artº 205º do CPC.

Como escreve Manuel de Andrade “se a nulidade está coberta por uma decisão judicial (despacho), que ordenou, autorizou ou sancionou o respectivo acto ou omissão, em tal caso o meio próprio para a arguir não é a simples reclamação, mas o recurso competente, a deduzir (interpor) e tramitar como qualquer outro do mesmo tipo. É a doutrina tradicional condensada na máxima: dos despachos recorre-se, contra as nulidades reclama-se” (“Noções Elementares de Processo Civil”, 1993, p. 183).

O recurso apresentado é pois manifestamente destituído objecto, quer por ser inútil relativamente aos pontos 1 e 2, quer por inexistir decisão sobre a nulidade invocada, cujo conhecimento caberia à 1ª instância após a respectiva arguição.

Termos em que também não se conhece do recurso em apreço.

Cabe finalmente apreciar o recurso da sentença final, tendo presentes as limitações acima assinaladas:

O recurso da recorrente começa por versar a “impugnação das decisões interlocutórias” São elas:

1 - – O tribunal de 1ª instância deve admitir os elementos de prova juntos com o requerimento de exercício do contraditório da requerida aos relatórios sociais a fls. 92 a 104 (doc. 1 e doc. 2 junto com as presentes alegações)

Compulsados os autos verifica-se que, efectivamente, a recorrente apresentou a fls. 108 e segs., um requerimento que chamou de “exercício do contraditório relativamente aos relatórios sociais juntos aos autos” e que com ele apresentou diversos documentos que se encontram juntos aos autos de fls. 130 a 235, pelo que, não se vislumbrando qualquer despacho no sentido da sua inadmissibilidade, não se entende qual a pretensão da recorrente, nem faz qualquer sentido a sua conclusão sob a al. G) desse ponto de que “Os elementos de prova juntos com o requerimento do contraditório aos relatórios sociais, doc. 2 junto às presentes alegações, devem ser admitidos, cfr. artº 147-E da OTM, artº 523 nº 2 do CPC e artº 691 nº 2 al. i) do CPC”.

– Determinar o aditamento da violência doméstica exercida pelo requerente, ao Relatório Social relativo a A... apresentado pelo Instituto da Segurança Social a fls. 99 a 104.

Sob este item, conforme resulta da sua al. Q) pretende a recorrente que “a violência doméstica exercida pelo requerente, deve ser aditada ao Relatório Social relativo a A... apresentado pelo Instituto da Segurança Social a fls. 99 a 104, nos termos descritos, por analogia com o disposto no artº 587º nº 4 do CPC”.

Refere tal normativo, sob a epígrafe “reclamações contra o relatório pericial” que “O juiz pode, mesmo na falta de reclamações, determinar oficiosamente a prestação dos esclarecimentos ou aditamentos previsto nos números anteriores”.

Ora, na sequência do tal exercício do contraditório veio a técnica que elaborou o relatório prestar os esclarecimentos nos termos de fls. 241/243, com o qual o tribunal e as partes se bastaram, tendo em seguida sido designado dia para julgamento.

Não faz qualquer sentido e é destituída de fundamento legal a pretensão da recorrente nesta sede de fazer constar do relatório da Segurança Social a alegada “violência doméstica” sendo certo que o que dele deve constar apenas é a percepção da técnica sobre aquilo que averiguou no âmbito do inquérito que lhe foi solicitado.

– Admitir a rectificação do pedido no articulado superveniente de 11 de Janeiro de 2011, apresentado em requerimento pelo mandatário da requerida a 24 de Janeiro de 2011.

Pretende a recorrente que este tribunal proceda à rectificação do lapso manifesto constante do seu articulado superveniente no que respeita à troca das palavras constantes do pedido entre os termos requerente e requerida.

Não tem qualquer relevância a pretensão da recorrente nesta sede, sendo certo que, conforme se verifica da decisão de fls. 311 relativamente ao seu articulado superveniente de fls. 258 e segs., logicamente, o tribunal entendeu o correcto sentido da sua pretensão, apreciando-a e decidindo-a em conformidade.

- No ponto 4 das conclusões suscita a recorrente “a nulidade da decisão proferida nestes autos, notificadas à requerida referência 963976 de 26/01/2011.”

Reporta-se tal notificação à decisão de fls. 311/312 em que a Exm^a Juíza, face ao articulado superveniente da recorrente, entendeu oportuna a realização de uma conferência de pais com vista à fixação de um novo regime de visitas a realizar com a supervisão de pessoa idónea.

Com essa finalidade determinou as diligências que entendeu necessárias designadamente a indicação pela Segurança Social de um técnico da área da psicologia que possa observar as visitas entre o pai e a criança a realizar nas instalações daquela entidade.

É completamente destituído de fundamento a pretensão da recorrente de que não tendo sido requerido por qualquer das partes e pelo M^oP^o o novo regime de visitas (supervisionadas por pessoa idónea) tal decisão é nula nos termos do art^o 668^o n^o 1 al. e) do CPC “por condenar ilegalmente em objecto diverso do pedido relativamente ao regime de visitas”, sendo ainda nula tal decisão por contradição com os seus fundamentos.

Sendo este um processo de jurisdição voluntária o tribunal pode investigar livremente os factos, coligir as provas, ordenar os inquéritos e recolher as informações convenientes, só sendo admitidas as provas que o juiz considere necessárias (cfr. art^o 1409^o n^o 2 do CPC ex vi do art 150 da OTM)

De resto, conforme estatuído no art^o 157^o n^o 1 da OTM em qualquer estado da causa e sempre que o entenda conveniente, o tribunal pode decidir, a título provisório, relativamente a matérias que devam ser apreciadas a final, bem como ordenar as diligências que se tornem indispensáveis para assegurar a execução efectiva da decisão.

É manifestamente descabida a pretensão da recorrente ao concluir que “as decisões impugnadas devem ser anuladas e substituídas por outra decisão que suspenda o regime de visitas da menor ao pai, nos termos do art^o 668^o n^o 1 als. c) e e) do CPC e art^o 180^o n^o 2 da OTM, o art^o 1918 do CC, art^o 3^o n^o 1 da Convenção sobre os Direitos das Crianças e o art^o 4^o al. a) da LPCJP), Lei 147/99 de 1/09”.

Cabe referir que tratando-se da fixação de um regime provisório tal decisão podia ser impugnada por via de recurso no momento próprio sob pena de inutilidade (art^o 185^o da OTM, 672^o e 691^o n^o 2 al. m) e 5 do CPC.

Neste momento não têm qualquer relevância as decisões provisórias proferidas no processo tendo já sido proferida a decisão final de que foi interposto o recurso em apreço.

- Nos pontos 5 a 8 das conclusões da sua alegação invoca de novo a recorrente “a nulidade e/ou inutilidade da decisão proferida nestes autos, notificada à requerida referência 968314 de 04/02/2011.”

Trata-se da decisão proferida a fls. 389 e segs. que apreciou o articulado superveniente da recorrente de fls. 258 e segs., e que determinou “a realização de prova pericial, que consistirá na avaliação psicológica da criança (...)” perícia a executar pelo IML de Lisboa, determinando ainda a realização de avaliação psicológica e psiquiátrica aos progenitores.

Na mesma decisão fixou ainda, provisoriamente ao abrigo do disposto no art^o 175^o da OTM o regime de visitas que indica “em substituição do regime provisório anteriormente fixado”.

Mais uma vez pretende a recorrente a verificação de nulidade de tais decisões, nos ter-

mos do artº 201º nº 1 do CPC, invocando que o tribunal decidiu a realização da avaliação psicológica da criança sem autorização da mãe e sem permitir que a mesma pudesse exercer o direito de oposição ao exame psicológico à sua pessoa.

Ora, como já acima se referiu a eventual irregularidade que pudesse existir da alegada preterição de uma formalidade que lei prescreve só constitui nulidade se influir na decisão da causa, devendo ser invocada nos termos e prazos referidos no artº 205º do CPC, pelo que não cabe conhecer agora nesta sede da alegada nulidade.

Por outro lado e no que respeita ao exame à menor, não depende o mesmo de qualquer autorização dos seus progenitores, devendo ser realizado se o tribunal entender ser necessária a sua realização, tendo presente definir e interpretar o real interesse do menor.

É de todo despropositada a invocação de nulidade por falta de fundamento da decisão que determinou a realização de avaliação psicológica à recorrente à qual a mesma se opôs e que por essa razão não foi efectuada.

Invoca também a recorrente a nulidade da mesma decisão na parte em que fixou um regime provisório de visitas com fundamento nas alíneas c) e e) do nº 1 do artº 668º do CPC, concluindo mais uma vez que “a decisão impugnada deve ser anulada e substituída por outra decisão que suspenda o regime de visitas da menor ao pai, nos termos do artº 668º nº 1 als. c) e e) do CPC e artº 180º nº 2 da OTM, o artº 1918 do CC, artº 3º nº 1 da Convenção sobre os Direitos das Crianças e o artº 4º al. a) da LPCJP), Lei 147/99 de 1/09”.

Além de não se vislumbrar qual o interesse da pretensão da recorrente relativamente à alteração da decisão provisória em causa uma vez que o regime definitivo já foi fixado estando pendente de apreciação no presente recurso, o certo é que também, como já se referiu, a impugnação de tal decisão deveria ter sido efectuada através do competente recurso a interpor nos termos do artº 691º nº 2 al. m) e nº 5 do CPC e 185º da OTM.

- Pretende ainda a recorrente a verificação da nulidade do despacho na parte em que ordenou se “insista junto da Segurança Social pela resposta ao ofício cuja cópia consta de fls. 316, com vista a oportunamente ser determinada a efectivação de visitas observadas por técnico da área da psicologia”, isto por “dizer respeito à decisão relativamente à qual se invocou a nulidade no ponto 4 do presente recurso (...)”.

Trata-se de um despacho de mero expediente que não é passível de recurso – artº 679º do CPC.

- No ponto 9 das conclusões da sua alegação pretende a recorrente que deve ser rejeitado o articulado superveniente apresentado pelo requerente (fls. 377 e segs.), por entender que é extemporâneo e que os factos não interessam à boa decisão da causa.

Não tem qualquer fundamento a pretensão da recorrente.

Com efeito e desde logo, a recorrente foi notificada de tal articulado e tendo apresentado a contestação de fls. 495 e segs, nada disse quanto à alegada extemporaneidade do mesmo.

De resto e como bem refere o Mº Pº, também não tem razão na sua pretensão pois que foi alegado o conhecimento dos factos cinco dias antes da dedução de tal articulado, tendo sido apresentado antes dos prazos referidos no nº 3 do artº 506º do CPC, sendo irrelevante o facto de dois dias antes ter apresentado resposta a outro articulado superveniente deduzido pela ora recorrente.

Assim, bem andou a Exmª Juíza ao admitir tal articulado, sobre cujos factos foi produzida prova e admitida a contraprova em julgamento (cfr. acta de fls. 1175 e segs., não obstante a testemunha indicada pela recorrente não ter sido ouvida por não ter comparecido)

E como bem salienta o Mº Pº, o que releva de tal articulado são os factos e não o pedido

nele formulado pelo progenitor de entrega provisória da menor aos avós paternos, pois que o pedido neste tipo de processos é a regulação do exercício das responsabilidades parentais, que não se altera por qualquer outro pedido bem ou mal formulado, sendo certo que a responsabilidade parental é irrenunciável (artº 1882º do CC).

Não tem pois, qualquer fundamento a pretensão da recorrente

- Nos pontos 10 e 11 das conclusões em apreço pugna a recorrente pela admissão dos documentos juntos aos autos nos requerimentos da recorrente de 9 de Fevereiro e de 21 de Fevereiro de 2011.

Pretende a recorrente que deverão ser admitidos os documentos que indica (CD com fotos, ficha clínica do médico pediatra do HDF de 2/01/2011, relatório de pedopsiquiatria de 22/01/2011, parecer de psicóloga de Fevereiro de 2011, declaração da Polícia Judiciária relativa à participação por si efectuada contra o requerido por abuso sexual de criança) alegando desconexadamente que “ainda não ocorreu a discussão e julgamento e que os documentos foram obtidos posteriormente ao articulado superveniente de 11/01/2011” e que “a não admissão destes documentos nos presentes autos prejudica irremediavelmente a defesa da requerida e o superior interesse da menor”

Ora, não só o julgamento já se realizou como não se vislumbra qualquer despacho de rejeição dos referidos documentos, despacho que a existir deveria ter sido impugnado através do competente recurso nos termos do artº 691º nº 2 al. i) e nº 5 do CPC, no prazo de 15 dias a contar da notificação do mesmo.

Acresce que conforme resulta dos autos os documentos em apreço não só se encontram nos autos como foram devidamente valorados em sede de julgamento.

Assim sendo, não tem qualquer fundamento e é totalmente impertinente a alegação e pretensão da recorrente.

Tal como é totalmente impertinente a pretensão da recorrente relativamente à decisão da 1ª instância que apreciou o pedido por ela formulado de “cautelarmente, a título provisório, de suspensão imediata das visitas da menor M... a seu pai J...”. (ponto 11º)

Como já acima se referiu, tratando-se do indeferimento de medida provisória, tal decisão era recorrível autónoma e imediatamente nos termos da al. m) do nº 2 do artº 691º do CPC pois que a impugnação de tal decisão neste momento com a decisão final seria absolutamente inútil.

Assim sendo, não tendo já tal decisão qualquer efeito útil não há que dela conhecer.

- No ponto 12º, mais uma vez incompreensivelmente, vem pugnar pela junção aos autos de um documento – parecer de psicóloga relativamente à sua pessoa – alegando que “ainda não ocorreu a discussão e julgamento e o documento foi obtido posteriormente ao articulado superveniente de 11/01/2011”, e que a sua não admissão prejudica a sua defesa, quando o certo é que o mesmo foi apresentado e junto aos autos a fls. 491/493 com o requerimento de 28/02/2011.

- Nos pontos 13, 15 e 16 das conclusões vem impugnar a decisão da 1ª instância de 1/06/2011 (fls. 587) que não admitiu a junção de documentos e CD com gravações, requerida pela recorrente em 10/05/2011, e a decisão de fls. 714 que indeferiu a junção aos autos dos documentos juntos com o requerimento de 5/07/2011 que se encontravam a fls. 643/644, 645/651 e a fls. 652/653.

Mais uma vez aqui se repete o que já acima se referiu: tratando-se de decisões de rejeição de meios de prova eram impugnáveis autonomamente nos termos do artº 691º nº 1 al. i) e nº 5 do CPC, pelo que é extemporânea a sua impugnação no recurso da decisão final.

- No ponto 17 das conclusões, alegando que o tribunal decidiu não admitir o documento

junto aos autos no requerimento entregue a 16/09/2011 (fls. 732), o que prejudica irremediavelmente a sua defesa e o superior interesse da menor, requer a sua junção neste momento.

Sucede que mais uma vez inexplicavelmente o faz pois que não foi proferido qualquer despacho de indeferimento, encontrando-se o documento em apreço junto aos autos a fls. 733/734.

- No que respeita ao ponto 14 das referidas conclusões, insurgindo-se contra a decisão de fls. 714 que não admitiu o articulado superveniente por si apresentado a 18/05/2011, a fls. 600/618, requer que o mesmo seja admitido.

O indeferimento teve por fundamento o facto de tal articulado apenas vir desenvolver os factos já alegados em articulado superveniente anterior, em momento processual inoportuno.

Refere a recorrente que “os factos supervenientes alegados ocorreram entre 17/03 até 31/12/2010 (...)” e “dizem respeito a maus tratos perpetrados pelo pai à menor, e a violência doméstica pelo progenitor à mãe da menor”.

Conforme se verifica do seu articulado superveniente apresentado a fls. 258 e segs., os factos ali alegados terão ocorrido precisamente “desde o dia 17/03/2010 (...)” (artº 39º) até pelo menos ao dia 1/01/2011 (artº 17º).

Ora, na verdade o articulado apresentado, como a própria recorrente reconhece, não visa quaisquer factos novos que tivessem ocorrido, mas constituem apenas um mero desenvolvimento do anterior articulado superveniente, factos que deveriam ter sido invocados e desenvolvidos naquele articulado, sob pena de tal possibilidade representar uma inadmissível desordem processual.

Não merece pois censura a decisão sindicada.

- Nos pontos 18 e 19 pretende a recorrente se julgue justificadas as faltas da menor às visitas ao pai supervisionadas por S... e as visitas ao pai nas instalações da Segurança Social.

Não tem qualquer interesse para o recurso da decisão final a pretendida justificação, enquanto decisão autónoma, não cabendo no âmbito deste recurso justificar ou não comportamentos da recorrente alegados em requerimentos anómalos pois que pura e simplesmente neles anuncia a sua intenção de não cumprir as decisões do tribunal à sombra da persistente alegação dos abusos sexuais do progenitor à menor, como se o tribunal não tivesse presente nas suas decisões “o superior interesse da criança”.

- Nos pontos 20º e 21º vem a recorrente de novo, invocar a nulidade da decisão de fls. 806 (nulidade, a inadmissibilidade e/ou inutilidade de convocar a menor para comparecer para a audiência de discussão e julgamento e a sua audição) e a nulidade da decisão proferida em acta de julgamento no dia 12/06/2012 de convocar a menor para comparecer levada pela GNR para a audiência de discussão e julgamento, devendo estar presente um psicólogo)

Trata-se da repetição das questões suscitadas anteriormente no recurso autónomo, admitido em acta de julgamento e no interposto subsequentemente à 1ª sessão de julgamento, supra apreciadas e decididas, pelo que nada mais cumpre referir a não ser salientar a total confusão, desordem e prolixidade que representam as presentes alegações de recurso.

No ponto 22º invoca a recorrente “A nulidade de convocar róis de testemunhas apresentados pelo requerente no articulado superveniente de 2/02/2011 e pela requerida na contestação de 28/02/2011”, o que faz “de acordo com o artº 668º nº 1 al. e) do CPC, artº 201º nº 1 do CPC e artº 203º nº 1 do CPC e 157 da OTM”

Mais uma vez confundindo nulidades de sentença e nulidades processuais lança tudo na mesma caldeira!

Ora bem, mais uma vez, sendo manifesto que a existir irregularidade na decisão em

apreço, trata-se de irregularidade processual a que se aplica o disposto nos artºs 201º e 205º do CPC, deveria a mesma ter sido imediatamente arguida pela recorrente cujo mandatário se encontrava presente no acto.

Não o tendo feito mostra-se sanada a eventual alegada irregularidade, que não obstante, não resistimos a referir que é de todo despropositada a sua invocação.

Do mesmo modo é completamente infundada senão disparatada a invocação no ponto 23 das “conclusões”, da “nulidade da decisão de prestação de depoimento do progenitor em audiência de discussão e julgamento e a anulação e/ou inadmissibilidade do depoimento do progenitor prestado na audiência de discussão e julgamento”.

Mais uma vez se verifica aqui a inoportunidade de invocação de nulidade da decisão nos termos supra referidos, pois, a entender que existia, deveria ter sido arguida imediatamente uma vez que se encontrava presente o ilustre mandatário da recorrente.

Todavia, sempre se remeterá a recorrente para o disposto no artº 158º nº 1 al. a) da OTM, nos termos do qual, o interrogatório dos progenitores, dos dois ou do estiver presente, deriva expressamente da lei!

No que respeita aos pontos 24º “A nulidade da decisão de omissão de pronúncia sobre o documento requisitado ao tribunal Judicial de Loulé, o Relatório pericial sexual relativo à menor, incorporado nos autos do proc.º 7/11.2JAFAR”, 25º “Requisitar ao Tribunal Judicial de Loulé o documento, certidão do auto de inquirição da menor na Polícia Judiciária a 15/02/2011, incorporado nos autos do proc.º 7/11.2JAFAR”, 26º “Admitir os documentos juntos aos autos do processo em epígrafe, no requerimento de 14 de Maio de 2012 da requerida”.

Trata-se mais uma vez de questões suscitadas no recurso interposto a fls. 1211 e segs., já supra apreciadas e decididas, para onde se remete a recorrente, nada mais havendo a referir neste conspecto.

Improcedem, pois, nos termos expostos, as questões suscitadas pela recorrente sob a epígrafe “impugnação das decisões interlocutórias”.

Por manifestamente anómala a sua apresentação, determina-se o desentranhamento dos documentos juntos com as presentes alegações e a sua restituição à recorrente, condenando-se a mesma nas custas do incidente a que deu causa com a sua apresentação impertinente e inoportuna.

Da sentença final:

Finda a apreciação possível nos termos expostos das prolixas alegações do recurso da recorrente no que respeitava “as decisões interlocutórias”, segue-se a tarefa de apreciar o recurso no que respeita à sentença final.

Nesta sede, começa a recorrente por impugnar a decisão sobre a matéria de facto, reque-
rendo a sua modificação nos seguintes termos:

- Do articulado superveniente de 11 de Janeiro de 2011 da requerida:

Devem ser considerados provados os factos descritos no artº 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 22º, 23º al. a), 30º, 31º, 40º, 41º; e bem assim “os abusos sexuais perpetrados pelo pai à menor e os factos descritos nos artºs 3º, 5º, 12º, 16º, 16º, 18º, 19º, 20º, 21º, 22º, 23º als. b), c), d) e e), 24º, 27º, 28º, 36º, 38º e 39º”.

- Da contestação de 28 de Fevereiro de 2011, da requerida:

Devem ser considerados provados os factos descritos nos artºs 5º a 11º, 14º a 53º.

Pretende ainda, por outro lado o aditamento de determinados factos que enuncia e que a seu ver se mostram provados, retirados de requerimentos que apresentou e de documentos juntos aos autos, e bem assim da gravação do depoimento da testemunha M..., gravação por

si apresentada, tudo com base na apreciação que deles faz.

Refere a apelante que “o Tribunal de 1ª instância decidiu injustamente e errou notoriamente na apreciação da prova, da análise crítica da mesma e nas conclusões que tirou” sendo que “as provas profusamente recolhidas e juntas aos presentes autos, devem ser valoradas e apreciadas adequadamente”.

Como é sabido os poderes de modificação da matéria de facto pela Relação contêm-se no artº 712º do C.P.C., maxime no nº 1 al. a), nos termos do qual a Relação pode alterar a decisão sobre a matéria de facto da 1ª instância se do processo constarem todos os elementos de prova que serviram de base à decisão sobre os pontos da matéria de facto em causa ou se, tendo ocorrido gravação dos depoimentos prestados, tiver sido impugnada nos termos do artº 690-A do C.P.C. a decisão com base neles proferida.

Este último preceito, introduzido pelo D.L. 39/95 de 15/2 visa responder à preocupação expressa no texto preambular do diploma nos seguintes termos: “a garantia do duplo grau de jurisdição em sede de matéria de facto nunca poderá envolver, pela própria natureza das coisas, a reapreciação sistemática e global de toda a prova produzida em audiência - visando apenas a detecção e correcção de pontuais, concretos e seguramente excepcionais erros de julgamento, incidindo sobre pontos determinados da matéria de facto, que o recorrente sempre terá o ónus de apontar claramente e fundamentar na sua minuta de recurso”, ónus esse prescrito no artº 685-B do CPC.

“O ónus imposto ao recorrente que impugna a decisão proferida sobre a matéria de facto traduz-se, deste modo, na necessidade de circunscrever ou delimitar o âmbito do recurso, indicando claramente qual a parcela ou segmento – o ponto ou pontos da matéria de facto – da decisão proferida que considera viciada por erro de julgamento” (Lopes do Rego, C.P.C. Anotado, 2ª ed., Vol. I, p. 584, referindo-se a redacção que o artº 690-A nº 1 al. a) tinha antes da reforma introduzida pelo DL 303/2007 de 24/08 que era praticamente igual à do actual do artº 685-B nº 1 al. a) do CPC).

In casu, não sendo elaborada base instrutória há que especificar o(s) artigo(s) dos articulados cuja matéria se considera mal julgada, pois é aí que o facto alegado, efectivamente, se encontra e que poderá ter sido objecto de erro de julgamento.

No julgamento da matéria de facto, o tribunal aprecia livremente as provas e decide segundo a sua prudente convicção acerca de cada facto, excepto quando a lei exija formalidades especiais para a prova dos factos controvertidos, caso em que tal prova não pode ser dispensada (artº 655º nºs 1 e 2 do C.P.C.).

Por isso é que a decisão da questão de facto declarará quais os factos que o tribunal julga ou não provados, analisando criticamente as provas e especificando os fundamentos que foram decisivos para a convicção do julgador (artº 653º nº 2 do C.P.C.).

É preciso, porém, não esquecer que neste tipo de processos “o tribunal pode (...) investigar livremente os factos, coligir as provas, ordenar os inquéritos e recolher as informações convenientes, só sendo admitidas as provas que o juiz considere necessárias” conforme permitido no nº 2 do artº 1409º do CPC, complementado pelo artº 147-B da OTM.

E é pela fundamentação invocada para a decisão que normalmente se afere a correcção do juízo crítico sobre as provas produzidas.

O erro na apreciação das provas consiste em o tribunal ter dado como provado ou não provado determinado facto quando a conclusão deveria ter sido manifestamente contrária, seja por força de uma incongruência lógica, seja por ofender princípios e leis científicas, nomeadamente das ciências da natureza e das ciências físicas ou contrariar princípios gerais da

experiência comum (sendo em todos os casos o erro mesmo notório e evidente) seja também quando a valoração das provas produzidas apontarem num sentido diverso do acolhido pela decisão judicial mas, note-se, excluindo este.

Conforme se retira das confusas alegações da recorrente pretende a mesma que o Tribunal “errou notoriamente na apreciação da prova, da análise crítica da mesma e nas conclusões que tirou” sendo que “as provas profusamente recolhidas e juntas aos presentes autos, devem ser valoradas e apreciadas adequadamente”, referindo-se praticamente a toda a matéria do articulado superveniente de 11 de Janeiro de 2011 da requerida (devem ser considerados provados os factos descritos no artº 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 22º, 23º al. a), 30º, 31º, 40º, 41º; e bem assim “os abusos sexuais perpetrados pelo pai à menor e os factos descritos nos artºs 3º, 5º, 12º, 15º, 16º, 17º, 18º, 19º, 20º, 21º, 22º, 23º als. b), c), d) e e), 24º, 27º, 28º, 36º, 38º e 39º) e da sua contestação de 28 de Fevereiro de 2011, (devem ser considerados provados os factos descritos nos artºs 5º a 11º, 14º a 53º.)

Refere-se a matéria do articulado superveniente, na sua generalidade, à questão suscitada e insistentemente reiterada da prática de violência e de abusos sexuais na pessoa da menor (artºs 3º a 9º, 12º, 15º a 24º, 27º, 28º, 30º, 31º, 36º, 38º, 39º, 40º e 41º) e a da contestação ao articulado do requerente (artºs 5º a 11º, 14º a 53º) às alegadas ocorrências no infantário que a menor frequentava (ballet e lesões nos órgãos genitais externos da menor) de novo, os abusos sexuais do pai e ainda a situação psicológica da recorrente.

A matéria referida reporta-se, na generalidade, à factualidade que o tribunal a quo declarou não provada.

Compulsada a sentença recorrida, verifica-se que a Exmª Juíza fundamentou a sua decisão relativamente aos factos dados como não provados nos seguintes termos:

“Os factos dados como não provados resultaram de não ter sido produzida prova da sua verificação.

No que respeita ao alegado abuso sexual da menor pelo progenitor, não existem quaisquer indícios da sua verificação, nem a progenitora logrou, como lhe competia, provar os factos alegados (os quais nunca a própria conseguiu sequer localizar no tempo e no espaço, limitando-se a alegar que ocorreram depois de Março e até Dezembro de 2010 – cfr. articulado supervenien160

te de fls. 258). Tal como no processo crime (nº 7/11.2JAFAR do Tribunal de Loulé), constam dos presentes autos os elementos clínicos do Hospital de Faro (fls. 277), de onde resulta que a observação física da criança foi inteiramente normal e não foram observados indícios de lesões traumáticas, nomeadamente a nível genital.

Acresce que no processo crime, a menor foi sujeita a exame médico-legal, do qual igualmente não resultou qualquer indício de abuso.

A menor foi ainda ouvida na Polícia Judiciária, no âmbito do inquérito do processo crime, de cujo auto (de entrevista da menor – fls. 663) resulta a insistente interferência da progenitora (mesmo após ser admoestada para não o fazer) no discurso da criança, ora entregando-lhe uma boneca, ora incitando-a a contar o que o pai lhe tinha feito, assim impedindo a espontaneidade da criança, terminando esta por se refugiar junto da mãe, o que levou ao encerramento do acto.

Quanto aos relatórios juntos pela progenitora aos presentes autos (informação clínica que constitui fls. 321/322, emitida em 22/01/2011 pela psiquiatra de infância e adolescência I... e relatório da avaliação psicológica da menor M... que constitui fls. 453 a 462, datado de Fevereiro de 2011 e subscrito pela psicóloga M...) não merecem credibilidade, não só porque

não foram solicitados pelo Tribunal, desconhecendo-se em que circunstâncias foram pedidos e realizados, mas também porque do seu teor apenas resultam conclusões sem qualquer suporte factual, nem sequer havendo um juízo – essencial no caso presente – sobre a possível manipulação/instrumentalização da criança, nomeadamente por parte da progenitora, cuja presença e interferência retira a espontaneidade da criança.

No mesmo sentido – da ausência de indícios de abuso – apontam as circunstâncias que rodeavam as visitas do pai após a separação do casal, ocorrida no verão de 2009. Inicialmente, não havia visitas, tal como o confirmaram ambos os progenitores na conferência de pais realizada nestes autos no dia 26/10/2009 (cfr. declarações exaradas na acta de fls. 23) e após o regime provisório fixado nessa conferência (estabelecendo-se visitas ao domingo de 15 em 15 dias e uma hora à quarta-feira, com a presença da mãe nas primeiras quatro visitas), ou a mãe impedia as visitas (cfr. factos provados no incidente de incumprimento do Apenso A) ou estas decorriam em espaços públicos e, em regra, na presença de outras pessoas (tais como N... e mulher S... e o N..., que ajudavam na concretização dos contactos), sendo que a última visita ocorreu em Dezembro de 2010, em casa do N...

Acresce que o pai nunca visitou a menor no Clube Bibe, pois nem sabia que a menor frequentava esse infantário, nem estava autorizado a visitá-la, conforme determinado pela mãe.

No mais, que a relação entre a menor e o pai era ótima e a criança mostrava satisfação em estar com o progenitor resultou do depoimento das testemunhas M..., N..., C..., N... e S..., demonstrando todas elas conhecimento directo e pessoal de tal facto, por terem presenciado aquela boa vivência, dada a relação de proximidade e amizade com o progenitor (e com o casal antes da separação). Por outro lado, as testemunhas A... e H..., embora não conhecessem o progenitor na altura em que a criança frequentava o infantário Clube do Bibe, revelaram conhecimento de que a mesma, após o período das visitas, falava do pai com naturalidade e satisfação e que em nenhuma circunstância mostrou ter medo do progenitor. Por esta razão, não se deu como provado que a criança tivesse medo do pai ou pedisse à mãe que a protegesse do mesmo”.

A fundamentação acabada de transcrever reflecte a análise crítica lúcida e ponderada de toda a prova produzida nos autos, tendo presente, no que lhe é aplicável, a documentação existente nos autos, devidamente valorada no que respeita àquela que apresenta consistência, conjugada com a prova testemunhal produzida.

E da sua valoração apenas se impunha a decisão de a mesma ser tida como não provada.

Na verdade, para além dos documentos oficiais que foram devidamente valorados pelo tribunal, é de todo impertinente a pretensão da recorrente de que se considere como provados factos que apenas têm tradução nos articulados e contestação que apresentou sobre os quais não produziu qualquer prova objectiva, concreta, minimamente verosímil, limitando-se, a juntar pareceres psicológicos sobre a menor e sobre si própria, realizados à revelia do tribunal, sem qualquer garantia de imparcialidade e nunca colaborando com o mesmo na realização dos exames que lhe foram solicitados e determinados em relação à menor a realizar por entidades oficiais com garantias de competência e imparcialidade na realização dos mesmos.

E então pretender que se valora a gravação das declarações de sua irmã M... no âmbito de outro processo (fora das previsões dos artºs 524º e 693-B do CPC), não sujeito ao necessário contraditório, quando é certo que embora notificada para as duas sessões de julgamento nestes autos não compareceu às mesmas, acabando até por ser prescindida pela recorrente, é de todo inusitado!

As acusações que a recorrente fez ao requerido progenitor da criança são graves e con-

duziriam à tomada de medidas adequadas (que, aliás inicialmente se chegaram a desenhar) mas que no desenvolvimento das diligências efectuadas pelo tribunal se desvaneceram.

Com efeito, era obrigação da recorrente que tinha a menor à sua guarda, colaborar com o tribunal em todas as diligências que foram determinadas, tendo em vista precisamente a averiguação da situação por si alegada de abuso sexual e maus tratos da menor por parte do progenitor.

Nunca a recorrente colaborou minimamente – quer na realização de exames pedopsiquiátricos à menor, quer no acompanhamento por técnicos da Segurança Social, quer na sua comparência e apresentação da menor em tribunal para ser ouvida pela Exm^a Juíza com o acompanhamento de um psicólogo, a tudo se opondo, inclusive à realização de exame psicológico à sua pessoa – pretendendo impor a sua, como a única verdade.

A prova documental e testemunhal oferecida nos autos, cuja credibilidade foi devidamente valorada e salientada no despacho de fundamentação da Exm^a julgadora mostra-se adequada à decisão em apreço, sendo de todo infundada a pretendida ampliação da matéria de facto no que respeita à alegada “violência doméstica exercida pelo progenitor na mãe da menor” e nos “maus tratos infligido pelo pai na menor”

A convicção expressa pelo Tribunal a quo na decisão da matéria de facto, quer relativamente aos factos provados quer quanto aos não provados (e sindicados), tem total suporte naquilo que a prova oferecida nos autos, designadamente a documental (devidamente valorada desde logo quanto à sua credibilidade) revela, não se vislumbrando a mínima razão para dela divergir.

Improcedem, pois, in totum, as conclusões da recorrente no que respeita à pretendida alteração da matéria de facto.

Por fim, cumpre apreciar a decisão final considerando o pedido recursório que vem formulado no sentido de que deve “(...) revogar-se a sentença proferida no tribunal a quo, e regular o exercício do poder paternal, de harmonia com os interesses da menor, M..., atribuindo a guarda exclusiva à progenitora, A... e a exclusão total das visitas ao progenitor, J..., e manter a pensão de alimentos provisória fixada”.

Assente que se considera a factualidade tida como provada na 1^a instância, adianta-se, desde já, que acompanhamos a decisão recorrida cujos fundamentos de facto e de direito se subscrevem inteiramente para concluir, como concluiu, pela única solução que efectivamente tem em conta o superior interesse da criança M....

Como se sabe, o que releva perante o fracasso dos progenitores na definição conjunta do destino da criança e das relações deles com ela e a consequente necessidade de recurso aos tribunais é o interesse superior da criança e a sua protecção integral (favor fili) em cujo benefício exclusivo devem ser ponderadas a atribuição da sua guarda e confiança a um dos progenitores e o regime das visitas do outro progenitor. Isto mesmo decorre do artº 3º nº 1 da Convenção sobre os Direitos da Criança (Resolução da AR nº 20/90) que prescreve que todas as decisões relativas a crianças, adoptadas por tribunais, terão primacialmente em conta o “interesse superior da criança”, tendo os Estados subscritores da Convenção se comprometido a respeitar os direitos da criança separada de um ou de ambos os pais, a manter regularmente relações pessoais e contactos directos com ambos, salvo se tal se mostrar contrário ao interesse superior da criança (artº 9º nº 3).

Visa-se, pois, o desenvolvimento pessoal nas suas vertentes afectiva, emocional, intelectual e a satisfação integral dos direitos da criança e não os interesses dos seus progenitores, os quais apenas devem ser atendidos se e na medida em que corresponderem aos do filho.

Este princípio fundamental deve sobrepor-se a qualquer interesse egoístico que possa integrar a vontade dos progenitores.

O interesse do menor é um conceito em que a lei se refugia, mas não define, nem poderia fazê-lo.

O erigir do interesse do menor em princípio fundamental enformador de qualquer decisão atinente à regulação do poder paternal (responsabilidades parentais na terminologia mais actual) releva de uma certa concepção do poder paternal, aceite tanto na doutrina portuguesa como estrangeira de que é um poder-dever, estando o seu exercício submetido, altruisticamente, ao interesse da criança, de tal modo que esse princípio funciona como critério e limite do mesmo, não só nas situações que determinam a sua inibição, mas também na aplicação de providências que o limitam.

Não se trata, pois, de um conjunto de faculdades conferidas no interesse dos seus titulares (os pais) e que estes possam exercer a seu bel-talante, mas antes um acervo de directivas com um escopo altruísta, que devem ser exercidas de forma vinculada, visando o objectivo primacial de protecção e promoção dos interesses do menor, com vista ao seu integral e harmonioso desenvolvimento, físico, intelectual e moral.

Como referem Rui Epifânio/António Farinha “trata-se afinal de uma noção cultural intimamente ligada a um sistema de referências vigente em cada momento, em cada sociedade, sobre a pessoa do menor, sobre as suas necessidades, as condições adequadas ao seu bom desenvolvimento e aos seu bem-estar material e moral” (Organização Tutelar de Menores, 1987, p. 326).

Daí que como entendeu a Relação de Lisboa em acórdão de 14/12/2006 “em se tratando de guarda dos filhos, acima do interesse dos próprios pais, sobreleva o interesse dos menores, na medida em que a guarda, antes de um direito dos pais, é um dever, verdadeiro direito-dever. Daí que as conveniências dos progenitores fiquem em segundo plano, quando em conflito com os interesses dos menores” e que “apesar do carácter essencial da relação mãe-filho, na primeira infância, o Tribunal deve conceder um peso decisivo à estabilidade e ao equilíbrio emocional dos menores, razão pela qual a atribuição da guarda à mãe, só é compatível com o princípio da igualdade, nos casos em que a guarda do menor lhe é conferida, não em virtude do sexo, mas antes por força das circunstâncias do caso concreto, avaliadas pelo julgador, que à luz dos interesses do menor apontem essa solução”.

Como refere ainda o STJ “Por mais que aceitemos a existência de um “direito subjectivo” dos pais a terem os filhos consigo, é no entanto o denominado “interesse superior da criança” – conceito abstracto a preencher face a cada caso concreto – que deve estar acima de tudo. Se esse “interesse subjectivo” dos pais não coincide com o “interesse superior” do menor, não há outro remédio senão seguir este último interesse (Ac. STJ de 4/02/2010, proc. 1110/05.3TBSCD.C2.P1, in www.dgsi.pt)

Voltando ao caso dos autos, não se questiona o desejo e o interesse legítimos de qualquer dos progenitores ter o filho consigo, o que ambos reclamam e é compreensível; mas não é, como resultou do exposto, o interesse de cada um deles que deve relevar.

O que releva e se questiona é, saber a qual deles impõe o interesse da criança que ela seja entregue.

Conforme resulta da factualidade provada, a criança M... nasceu em 5/03/2007 e viveu com os pais até à ruptura da relação no verão de 2009 (então com dois anos de idade), permanecendo aos cuidados da progenitora desde então, com ela ficando a residir na casa de morada de família.

Até Dezembro de 2010 a menor foi mantendo algum contacto com o progenitor, sendo que já nessa altura como refere a Exm^a Juíza a quo a recorrente dificultava os contactos da menor com aquele, sendo que, por factos reportados a meados de Novembro de 2009 no caso do Apenso A e a Janeiro de 2011 no caso do Apenso C, no âmbito dos incidentes de incumprimento apensos foi a ora recorrente condenada em multa e indemnização.

Mas o certo é que a partir dessa altura (Dezembro de 2010) a progenitora não mais permitiu qualquer convívio do pai com a menor M..., nunca informou o pai sobre a vida da menor, inscreveu-a no infantário Clube do Bibe em Maio de 2010, com pedido de confidencialidade visando impedir o conhecimento do progenitor mas, inesperadamente, retirou-a do mesmo infantário após quatro meses de frequência, sem qualquer aviso e com o total desconhecimento do progenitor. No infantário a recorrente, na presença da menor “constantemente falava mal do progenitor” à directora.

Enfim, o denegrir da imagem do progenitor perante terceiros, inclusive perante a técnica da Segurança Social que referiu no respectivo relatório que “(...) o discurso da requerida (progenitora) surge eivado de uma constante depreciação das capacidades do requerente (progenitor) para o exercício das responsabilidades parentais, não obstante passível de avaliação não se nos afigure que o progenitor da menor não reúna competências para um efectivo desempenho das mesmas (...)”

Tal comportamento da recorrente manifestava já a sua intenção de dificultar/impedir os contactos da menor com o progenitor, demitindo-se como bem salienta a Exm^a Juíza “do papel que incumbe a uma mãe responsável no sentido de favorecer os contactos com o outro progenitor e incentivar a criança a tal convívio, tão necessário ao seu sã desenvolvimento”.

E eis que em Janeiro de 2011 vem em articulado superveniente quando se encontra já designado dia para a audiência, invocar a pior das suspeitas que pode recair sobre um pai e que é o abuso sexual da sua filha menor e maus tratos à mesma, apresentando concomitantemente queixa crime no Tribunal de Loulé, processo que foi objecto de despacho de arquivamento pelo M^a P^o por falta de indícios, despacho confirmado pela decisão instrutória que não pronunciou o arguido pela prática de tais crimes.

Perante tais acusações, a Exm^a Juíza determinou imediatamente nestes autos um regime provi164

sório, além do mais, apenas permitindo ao pai visitas supervisionadas a realizar nas instalações da Segurança Social observadas por técnico da área da psicologia.

Todas as diligências do tribunal no sentido de averiguar a verdade das acusações foram infrutíferas pois a recorrente a tudo se recusou, desde a comparência nas instalações da Segurança Social, à recusa de apresentação da criança para a realização de exames psicológicos no IML, oposição à realização de avaliação psicológica e psiquiátrica na sua pessoa (ao contrário do progenitor que se submeteu à mesma como determinado), apresentação da menor em julgamento, para o que foi determinada a comparência também de um psicólogo, etc.

E o certo é que, dos exames ginecológicos efectuados quer no serviço de urgência de pediatria do HDF, aonde a recorrente conduziu a menor denunciando o abuso sexual, quer no exame medico-legal efectuado no âmbito do processo crime, o certo é que a observação foi inteiramente normal, não se tendo observado indícios de lesões traumáticas físicas, nomeadamente a nível genital e confirmando a ausência de lesões ou quaisquer sinais de abuso.

Certamente entendia a recorrente que bastava acusar o recorrido e apresentar documentos (fotografias, CDs, pareceres psicológicos etc.) cuja autenticidade e condições de recolha se desconhece, elaborados sem exercício do contraditório, que teriam valor probatório para que

o tribunal decretasse o afastamento do pai do convívio da menor, ou melhor deixasse a menor sem pai!

Enfim, um sem número de comportamentos constantes da factualidade provada, de que destacámos os mais pertinentes, para se concluir que esta mãe efectivamente tem o firme propósito de afastar o progenitor da vida da menor.

Subscrevemos a Exm^a Juíza a quo quando refere que esta mãe tem vindo a desenvolver, desde há cerca de dois anos um processo de alienação parental, que a doutrina vem recentemente denominando de PAS (“Parental Alienation Syndrome”)

Sem querer aqui fazer grandes considerandos sobre a caracterização de tal síndrome, o que proficientemente resulta já da sentença recorrida, importa, contudo, deixar uma noção do que o mesmo configura, para melhor integrar o comportamento da recorrente resultante da factualidade provada.

O conceito do síndrome de alienação parental formulado por Richard Gardner em 1985 foi definido como “o transtorno pelo qual um progenitor transforma a consciência dos seus filhos, mediante várias estratégias, com o objectivo de impedir, ocultar e destruir os vínculos existentes com o outro progenitor, que surge principalmente no contexto da disputa da guarda e custódia das crianças, através da campanha de difamação contra um dos pais, sem justificação, resultando da combinação de um sistemático endoutrinação (lavagem ao cérebro) por parte de um dos progenitores, e das próprias contribuições da criança, destinadas a denegrir o progenitor objecto da campanha” (in “Síndrome de Alienação Parental e o seu tratamento à luz do Direito de Menores”, Sandra Inês Ferreira Feitor, Coimbra Editora, Maio 2012, p. 23/24)

Neste conspecto, tinha sido importante a audição da menor para melhor perscrutar qual é a vontade genuína da criança e identificar que parte da vontade manifestada é manipulada ou instrumentalizada.

Mas tal não foi possível por a recorrente a tal se ter oposto e inviabilizado o cumprimento da determinada comparência da menor em julgamento mesmo através da GNR.

Todavia é manifesta, em face da factualidade provada a verificação da referida situação de alienação parental.

Como refere a sentença recorrida “todo o circunstancialismo apontado (impedimento de visitas, não informação ao progenitor sobre o infantário ou escola da criança, imputação de falsas acusações de abusos sexuais, denegrir a imagem do pai perante terceiros e diante da criança, faltas ao tribunal, à Segurança Social e aos exames periciais determinados) traduz a firme vontade da progenitora em afastar o progenitor da vida da filha”.

E noutro passo “O comportamento da progenitora A... revela um cuidado excessivo e uma protecção desmedida, que os episódios ocorridos no infantário Clube do Bibe bem ilustram (por causa da aula de ballet, do pretense sangue nas cuecas da menor e até na reclamação da temperatura dos iogurtes, queixando-se a progenitora de que por não serem retirados do frigorífico com maior antecedência, provocavam dores de garganta na menor) – cfr. factos provados 17, 18 e 20).

Esta obsessão de cuidar, associada à exclusividade da relação com a filha, com exclusão do progenitor e também de toda a família paterna e padrinho, colocam a criança numa situação de perigo, perturbadora da sua estabilidade emocional.”

É que a menor necessita (para que em sede de crescimento físico e mental venha a granjear e a estruturar uma personalidade e um equilíbrio psíquico e mental harmonioso e saudável) “igualmente do pai e da mãe e que, por natureza, nenhum deles pode preencher a função que ao outro cabe” e daí que essencial seja que o relacionamento do menor com o progenitor

a quem não “(...) esteja confiado se processe normalmente e sem resistências ou dificuldades, seja por parte do progenitor a quem caiba a guarda, seja, em segunda linha, por parte do próprio menor” (Rui Epifânio/António Farinha, ob. cit., p. 332)

Ora, a menor não é propriedade privada da sua mãe e se ela assim o entende representa um enorme perigo para o desenvolvimento harmonioso da criança, que o tribunal não pode ignorar.

Como bem refere a sentença recorrida, louvando-se no Ac. desta Relação de 24/05/2007 (in www.dgsi.pt.) perante o comportamento desta mãe, que age como se proprietária da filha fosse, e tendo em conta a falta de fundamento das razões que alegou para afastar o pai da vida da criança, impõe-se concluir que a progenitora A... representa neste momento, um factor de perturbação emocional, uma verdadeira ameaça para o bem estar da criança, não tendo discernimento para garantir a concretização do direito fundamental de visita do pai à filha.

Nenhuma das medidas tomadas pelo tribunal até aqui foram eficazes, porque sempre recusadas, para inverter o processo de alienação parental que se evidenciava desde a supervisão das visitas (como medida cautelar face à denúncia de abuso sexual da criança), tentativas de implementação de visitas observadas por psicólogo da Segurança Social, exames periciais, audição da menor em julgamento, etc.

Assim sendo, outra solução não resta senão a alteração da guarda da menor, com a sua atribuição ao progenitor que, como resulta da factualidade provada reúne todas as condições para que a menor lhe seja entregue.

É que, qualquer outra decisão que mantivesse a menor à guarda da mãe, e estabelecesse um regime de visitas regulares ao pai seria manifestamente inútil dada a intenção manifestada pela recorrente de não cumprir, o que aliás, fez em relação às decisões provisórias proferidas no processo.

Daí que outra solução não resta e assim se imponha, tal como decidido, que as responsabilidades parentais nos termos do artº 1906º nº 2 do CC, sejam atribuídas em exclusivo ao progenitor, a quem incumbirá, não só a decisão sobre os actos da vida corrente da criança, como as decisões de particular importância para a vida da mesma (não podendo o progenitor deslocar a criança para o estrangeiro sem autorização da mãe). É que, efectivamente, tal como salientado na decisão recorrida, a decisão conjunta, por ambos os progenitores, destas questões (de particular importância) não serve, neste caso, o interesse da criança, considerando a ausência de comunicação entre os pais, associada ao grave conflito subjacente à alienação parental.

Não obstante a atribuição da guarda e exercício das responsabilidades parentais ao progenitor da criança há que ter em atenção que a fixação do regime de visitas à mãe deve promover a manutenção dos laços afectivos sólidos que naturalmente existem entre a mãe e a menor tendo presente, porém, a necessidade de prevenir a continuação da instrumentalização da menor contra o progenitor.

Daí que, face ao comportamento da recorrente progenitora alienante ao recusar todas as estratégias do tribunal no sentido da implementação das visitas do progenitor acima referidas, acompanhamos a decisão da 1ª instância no que esta questão concerne (direito de visitas da mãe), definindo-se um regime que se coadune com as necessidades e interesse da criança, permitindo-se a sua adaptação à nova realidade, avaliando-se os contactos da mãe com a criança, sendo que tais contactos devem contribuir para o seu desenvolvimento da criança, impondo-se a alteração da postura da progenitora (cujo estado psíquico se desconhece por se ter recusado submeter-se à perícia determinada pelo Tribunal) de forma a assumir-se como uma mãe responsável e respeitadora dos interesses e direitos de sua filha enquanto ser autónomo de seus

pais mas dependente do seu afecto e equilibrado convívio.

Por isso também se concorda com o decidido de que numa primeira fase as visitas da mãe à criança deverão ocorrer uma vez por semana, nas instalações da Segurança Social, de forma a serem observadas por técnico da área da psicologia, a indicar pela Segurança Social

Sendo positivo o resultado de tais visitas, poderá a progenitora passar com a criança fins de semana alternados e uma tarde por semana, salvaguardados os horários escolares e de descanso da criança.

Nada a apontar também no que respeita à decisão sobre os alimentos devidos à menor.

Por todo o exposto, improcedendo in totum a apelação da recorrente, impõe-se a confirmação da sentença recorrida.

DECISÃO

Nesta conformidade, acordam os Juízes desta Relação em julgar improcedente a apelação e, consequentemente, em confirmar a sentença recorrida.

Custas pela recorrente

Évora, 11.04.2013

Maria Alexandra A. Moura Santos

Eduardo José Caetano Tenazinha

António Manuel Ribeiro Cardoso

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO SUL (Brasil)

DIREITO DE VISITAS. PAI. ACUSAÇÃO DE ABUSO SEXUAL. PEDIDO DE SUSPENSÃO. SUSPEITA DE ALIENAÇÃO PARENTAL. 1. Como decorrência do poder familiar, o pai não-guardião tem o direito de avistar-se com a filha, acompanhando-lhe a educação, de forma a estabelecer com ela um vínculo afetivo saudável. 2. A mera suspeita da ocorrência de abuso sexual não pode impedir o contato entre pai e filha, mormente quando o laudo de avaliação psicológica pericial conclui ser recomendado o convívio amplo entre pai e filha, por haver fortes indícios de um possível processo de alienação parental. 3. As visitas ficam mantidas conforme estabelecido e devem assim permanecer até que seja concluída a avaliação psicológica da criança, já determinada. Recurso desprovido.

AGRAVO DE INSTRUMENTO
SÉTIMA CÂMARA CÍVEL
Nº 70 049 836 133
COMARCA DE CAMPO BOM
G.O.L.

..
AGRAVANTE
P.C.S.

..
AGRAVADO
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam os Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

Custas na forma da lei.

Participaram do julgamento, além do signatário, os eminentes Senhores DES. JORGE LUÍS DALL'AGNOL (PRESIDENTE) E DES.^a LISELENA SCHIFINO ROBLES RIBEIRO.

Porto Alegre, 29 de agosto de 2012.

DES. SÉRGIO FERNANDO DE VASCONCELLOS CHAVES,
Relator.

RELATÓRIO

DES. SÉRGIO FERNANDO DE VASCONCELLOS CHAVES (RELATOR)

Trata-se da irresignação de GIANE O. L. com a r. decisão que manteve a forma estabelecida para as visitas, determinando que a menor seja levada pelo genitor, desde que não manifeste contrariedade em sair em sua companhia, devendo o pai ser acompanhado por representante do Conselho Tutelar ao buscar a criança, nos autos da ação revisional de regulamentação de visitas e alimentos cumulada com pedido de tutela antecipada e pedido incidental de averiguação de alienação parental que lhe move PAULO C. S.

Sustenta a recorrente que as visitas do recorrido à menor sempre foram mal conduzidas desde o início, pois os contatos deveriam ser gradativos, pois atualmente o genitor leva a menina à força, causando-lhe sérios prejuízos psicológicos. Alega que existem indícios de abuso da menor pelo pai, que estão sendo averiguadas por psicóloga contratada. Aduz que é necessária a redução do horário de visitas, que devem ser assistidas, bem como a determinação de avaliação psicológica. Assevera que o recorrido inverte os fatos, alegando que ela está criando obstáculos para o impedir de levar a filha. Pretende sejam suspensas as visitas do recorrido à filha, até a realização de avaliação psicológica, que deverá ser encaminhada com urgência. Pede o provimento do recurso. É o relatório.

O recurso foi recebido no efeito meramente devolutivo.

Intimado, o recorrido ofereceu contra-razões, sustentando que o tempo de convivência com a filha é ínfimo, razão pela qual não o desperdiçaria com práticas tão sórdidas como as que está sendo acusado. Alega que a psicóloga perita recomendou no laudo apresentado o amplo convívio entre pai e filha, por estar a criança, no início de um possível processo de alienação parental. Aduz que a Assistente Social e a Conselheira Tutelar também consideraram que no caso em tela há fortes indicativos de síndrome de alienação parental. Assevera que sua intenção é criar um ambiente descontraído para conviver com a filha, no qual prevaleça o interesse de NATÁLIA. Pede o desprovimento do recurso.

Com vista dos autos, a douta Procuradoria de Justiça lançou parecer, opinando pelo conhecimento e desprovimento do recurso.

É o relatório.

VOTOS

DES. SÉRGIO FERNANDO DE VASCONCELLOS CHAVES (RELATOR)

Estou confirmando a decisão recorrida pelos seus próprios e jurídicos fundamentos, os quais tenho como se aqui transcritos estivessem.

Com efeito, até como decorrência do poder familiar, o pai não-guardião tem o direito de avistar-se com a filha, acompanhando-lhe a educação, de forma a estabelecer com ela um vínculo afetivo saudável, já que tanto o pai como a mãe são detentores de iguais direitos em relação à filha comum. Ou seja, o poder familiar é compartilhado por ambos os genitores, ainda que apenas uma deles seja detentor da guarda.

Aliás, o direito de visita deve ser focalizado, sempre, mais sob a ótica do direito do filho com que propriamente na do interesse dos genitores, pois a visitação é estabelecida e regulamentada tendo em mira não o interesse e a conveniência dos pais, mas sim dos filhos.

Nesse passo, observo que a decisão recorrida mostrou-se correta e prudente, pois inexistem nos autos, ainda, elementos de convicção suficientes para concluir pela existência de possível abuso sexual, não se verificando perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Portanto, seria precipitada a eventual antecipação de tutela, pois inexistem elementos de convicção acerca do fato alegado, sendo necessário antes formar o contraditório.

Aliás, os indicativos que existem são de que não houve o alegado abuso sexual, pois no laudo de avaliação psicológica, a psicóloga Adriana Reverbel Fridman concluiu que o pai não apresenta perfil psicológico característico de abusador, referindo que a psicóloga que faz o acompanhamento terapêutico de Natália não tipifica a sintomatologia apresentada por ela como fruto de abuso e sim por sofrimento psíquico em relação ao conflito dos pais (fl. 92).

170

Portanto, como se cuida da discussão acerca da visitação de criança, onde há alegação

de abuso sexual, de parte do pai, e possibilidade de alienação parental, por parte da mãe, mostra-se necessária a ampla produção de provas. Ou seja, sem a avaliação psicológica determinada, descabe qualquer modificação nas visitas estabelecidas.

Com tais considerações, estou acolhendo, também, os argumentos postos no parecer do Ministério Público, de lavra da ilustre PROCURADORA DE JUSTIÇA ANA RITA NASCIMENTO SCHINESTOCK, que peço vênias para transcrever, in verbis:

“O recurso preenche os pressupostos de admissibilidade, motivo pelo qual merece ser conhecido. No mérito, não deve ser provido.

Segundo o alegado pela recorrente, a menina Natália vem apresentando resistência em acompanhar o recorrido nos dias de visitas, sendo por este obrigada, fatos presenciados por familiares e que ensejaram registros de ocorrência policial de ambas as partes (fls. 61/64). Ainda, que a menor, ao retornar das visitas, apresenta comportamento indicativo de existência de abuso sexual, o que ensejou acompanhamento psicológico. Por esses motivos, especialmente para ser apurado o suposto abuso sexual, é que postula a suspensão das visitas paternas, até que seja produzida prova a respeito.

Porém, além da argumentação apresentada pela agravante, nada consta nos autos que possa indicar existência de abuso sexual por parte do recorrido, e tampouco que o convívio com o pai leva a menina Natália a ter comportamento agressivo. Ao revés, quer parecer a esta signatária que o clima belicoso existente entre os pais é que pode estar levando Natália a sofrer os prejuízos emocionais alegados pela agravante – como explicitado no laudo de avaliação psicológica de fls. 83/93.

Assim, neste momento processual não há como atender ao postulado pela agravante, devendo, portanto, ser aguardada a audiência preliminar designada para o próximo dia 13 de agosto.

Diante do exposto, o Ministério Público opina pelo conhecimento e IMPROVIMENTO do recurso.”

ISTO POSTO, nego provimento ao recurso.

DES.^a LISELENA SCHIFINO ROBLES RIBEIRO - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. JORGE LUÍS DALL’AGNOL (PRESIDENTE) - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. JORGE LUÍS DALL’AGNOL - Presidente - Agravo de Instrumento nº 70049836133, Comarca de Campo Bom:

“NEGARAM PROVIMENTO. UNÂNIME.”

Julgador(a) de 1º Grau: MARCIA REGINA FRIGERI

EVENTOS E FORMAÇÕES



1º Curso Intensivo de Direito de Família

20-01-2014 09:30

1º Curso Intensivo de Direito de Família

De: 20/01/2014 Até: 24/01/2014

Local: Universidade de Coimbra, Portugal

Organização: Centro de Direito da Família da Faculdade de Direito de Coimbra e IBD-FAM – Brasil

Público Alvo: Juristas brasileiros

Direção: Prof. Doutor Guilherme de Oliveira

Duração: 30 horas

Local: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Preço: 350 euros

Certificado de Frequência: presença obrigatória em 91,7% das aulas

Faltas permitidas: 1 sessão de 2 horas e 30 minutos

site:<http://www.centrodedireitodafamilia.org/node/399>

Confira a programação:

20 de Janeiro de 2014 (9h30-13h00)

Casamento, União de facto e Divórcio

Modalidades de casamento: civil ou católico.

Casamento civil em forma religiosa.

União de Facto; efeitos.

Francisco Manuel Brito Pereira Coelho

(Faculdade de Direito de Coimbra)

20 de Janeiro de 2014 (14h30-17h00)

Casamento, União de facto e Divórcio

Divórcio por mútuo consentimento e divórcio sem consentimento de um dos cônjuges; consequências patrimoniais e reparação de danos.

Sandra Passinhas

(Faculdade de Direito de Coimbra)

21 de Janeiro de 2014 (9h30-13h00)

Filiação

Alguns temas sobre o Estabelecimento da Filiação (Relevo da verdade biológica; Averiguação oficiosa; Investigação de Paternidade). Reprodução Medicamente Assistida.

Guilherme de Oliveira

(Faculdade de Direito de Coimbra)

21 de Janeiro de 2014 (14h30-17h00)

Filiação

Exercício conjunto das Responsabilidades Parentais e Guarda conjunta; Alimentos devidos a filhos.

Valores sócio-afetivos; Relações entre avós e netos; Relações de cuidado e de amizade.

Rosa Martins

(Faculdade de Direito de Coimbra)

Paula Távora Vítor

(Faculdade de Direito de Coimbra)

22 de Janeiro de 2014 (9h30-13h00)

Direito internacional da Família

Divórcio e Responsabilidades Parentais no Direito Internacional Privado.

Rapto Internacional de Menores.

Nuno Ascensão Silva

(Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra)

Geraldo Ribeiro

(Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra)

22 de Janeiro de 2014 (14h30-17h00)

Proteção de crianças e jovens

Sistema de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Adoção e Apadrinhamento civil.

Marta San-Bento

(Jurista e Membro do Centro de Direito da Família)

Rui do Carmo

(Procurador da República)

23 de Janeiro de 2014 (9h30-13h00)

Proteção de crianças e jovens (continuação)

Acesso das Crianças e Jovens aos Cuidados de Saúde.

Criminalidade Sexual contra Menores.

André Dias Pereira

(Faculdade de Direito de Coimbra)

Ana Rita Alfaiate
(Faculdade de Direito de Coimbra)

23 de Janeiro de 2014 (14h30-17h00)

Tutela educativa de crianças e jovens
Sistema Tutelar Educativo.

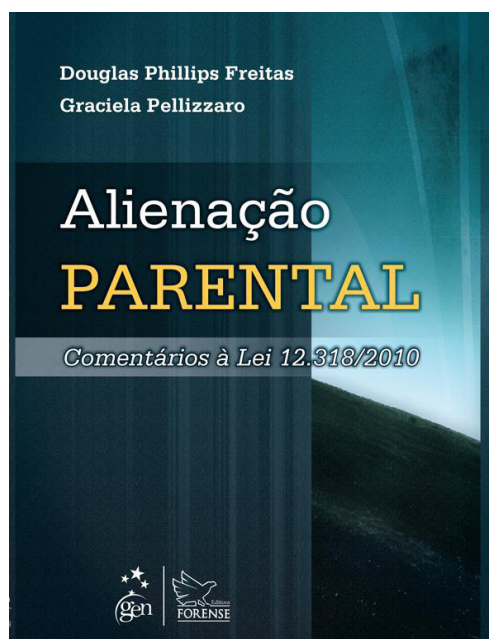
Paulo Guerra
(Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Coimbra; Docente do CEJ)

24 de Janeiro de 2014 (9h30-13h00)

Direitos dos homossexuais
Casamento e união de facto.
Adoção, Co-adoção e Apadrinhamento civil.
Sandra Passinhas
(Faculdade de Direito de Coimbra)

DIVULGAÇÃO LITERÁRIA





Alienação Parental - Comentários À Lei
12.318/2010
Douglas Philips Freitas,
Editora Forense, 2.^a Edição, 2012
Disponível na Livraria Saraiva - Brasil

A Síndrome de Alienação Parental e o seu Tratamento
à Luz do Direito de Menores

Autora: Sandra Inês Feitor

Editora: Coimbra Editora

Ano: 2012

DISPONÍVEL na Fnac Colombo e

Livraria da Coimbra Editora.

online na wook e www.livrariajuridica.pt

DISPONÍVEL NO BRASIL NA LIVRARIA CULTURA



NOVIDADES



ESCALA DE ALIENAÇÃO PARENTAL

ALIENAÇÃO PARENTAL: CONCEITO E INDICADORES LEGAIS PARA SUA IDENTIFICAÇÃO

*Jorge Trindade[1]
Fernanda Molinari[2]*

Alienação Parental: Coparentalidade Maligna

Neste último par de anos, talvez nenhum tema tenha sido tão divulgado, em diferentes áreas, quanto à Alienação Parental. Pela perspectiva legal, considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este. (Artigo 2º da Lei 12.318/2010).

Para nós, a Alienação Parental consiste em programar uma criança para odiar, sem motivo, um de seus genitores até que a própria criança ingresse na trajetória de desconstrução desse genitor (Trindade, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito. 6ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012).

Recentemente, o DSM-V (Manual de Classificação Internacional de Doenças Mentais. American Psychiatric Association), conceituou a Alienação Parental, nos seguintes termos: “A condição psicológica particular de uma criança (cujos pais em geral encontram-se imersos em um processo de separação bastante conflitivo) a qual se alia decididamente a um dos progenitores (o progenitor preferido) e rejeita a relação com outro (o progenitor alienado) sem nenhum motivo legítimo”.

No espectro desses três conceitos, gostaríamos de convidá-los a refletir sobre a denominação cunhada por Trindade (2013) ao referir-se à Alienação Parental como Coparentalidade Maligna.

COPARENTALIDADE MALIGNA: A Alienação Parental é uma morte construída, uma representação simbólica do ódio. O alienador utiliza a criança como instrumento de ataque e

desconstrução do outro, o alienado.

A par disso, autores portugueses já vêm trabalhando com a ideia de Coparentalidade de Sabotagem, por parte do alienador, para desconstruir o vínculo da criança com o genitor alienado. A sabotagem, nesse contexto, pode ser compreendida como o ato de “impedir” ou “dificultar” a manutenção de vínculos parentais, semelhante ao que, em língua inglesa, denomina-se Gatekeeper Parent.

Coerente com a ideia de Coparentalidade Maligna, a criança resulta incapaz de habilidades identificatórias, uma vez que está submetida a um discurso maligno que, ao fim e ao cabo, remete sempre à desconstrução do outro.

É relevante ressaltar que as crianças tendem a reproduzir os padrões básicos de comunicação que os adultos utilizam entre si. Se inseridas em um ambiente de agressão, chantagens e ameaças, elas reeditam esses comportamentos.

O conflito de lealdade, por sua vez, configura para a criança a condição de que, quando ela estiver bem com um dos pais, o outro estará se sentindo com raiva e traído pela sua escolha, o que, muitas vezes, favorece uma situação de dependência e submissão ao genitor alienador.

São muitos os prejuízos ocasionados pela Alienação Parental, que precisa ser identificada o mais rápido possível. Somente assim será dado à criança o direito de um adequado desenvolvimento emocional, social, comportamental e cognitivo.

2. A Escala de Indicadores Legais de Alienação Parental

Antes desconhecida, uma vez nomeada e bem definida, parece que cada vez mais se constata a existência de danos causados aos filhos em virtude da Alienação Parental, que necessita ser tecnicamente identificada por todos os personagens envolvidos no processo de guarda de filhos, aos quais cabe a tarefa de minimizar as consequências decorrentes desse fenômeno (TRINDADE, 2013).

Um dos fatores principais para lidarmos com a Alienação Parental é identificarmos a sua ocorrência, de preferência o mais cedo possível, para mudarmos os seus contextos.

Em razão dessa necessidade foi desenvolvida uma ferramenta capaz de identificar a existência, ou não, de comportamentos indicadores de Alienação Parental, e também medir a sua intensidade. Esta ferramenta é a Escala de Indicadores Legais de Alienação Parental.

A Escala de Indicadores Legais de Alienação Parental é uma ferramenta composta por um questionário digital de auto-resposta, que tem como objetivo mensurar a presença dos fatores de Alienação Parental, previstos na Lei nº 12.318/2010, para fins de conhecimento pessoal e científico.

Com esta definição clara gerada pela Escala, será mais fácil a identificação e encaminhamento resolutivo da Alienação Parental.

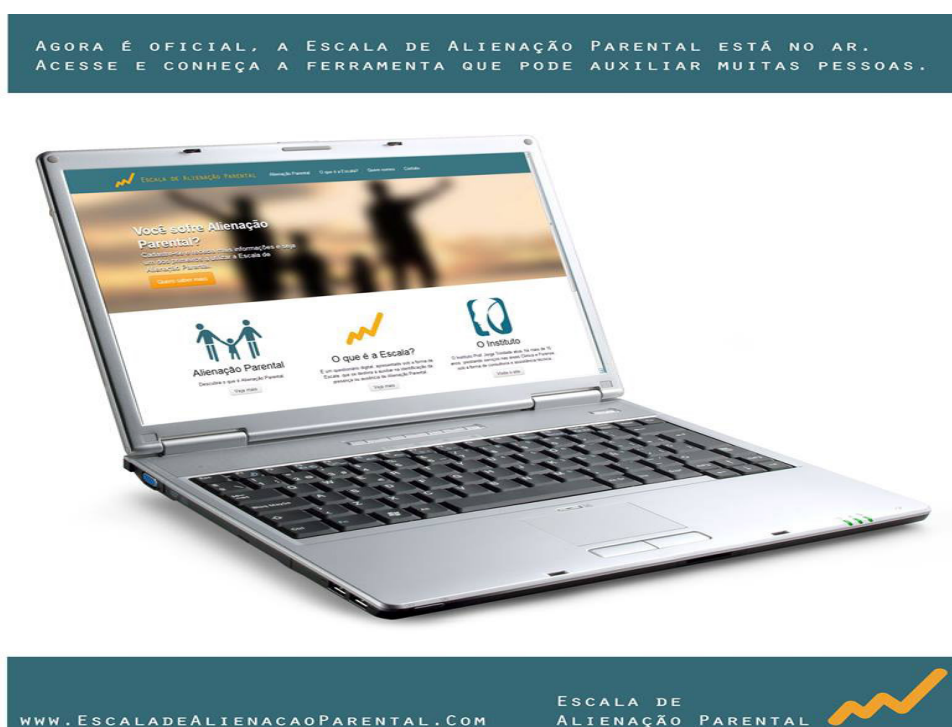
Toda e qualquer pessoa pode acessar esta ferramenta, de uso público, através do site www.escaladealienacaoparental.com, responder o seu questionário e ter acesso a uma série de informações sobre este comportamento.

Saber identificar é um dos primeiros passos para prevenir a Alienação Parental. Resta-nos, pois, expressar nosso desejo de que, ao identificar a Alienação Parental, seja também possível desvelar as máscaras que ela engendra.

Resta-nos, pois, expressar nosso desejo de que, ao identificar a Alienação Parental, seja também possível desvelar as máscaras que ela engendra.

[1] Pós-doutorado em Psicologia Forense. Livre docente em Psicologia Jurídica. Doutor (PhD) em Psicologia Clínica. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Técnica de Lisboa. Especialista em Psicologia Jurídica. Graduado em Direito e Psicologia. Professor Titular na Universidade Luterana do Brasil. Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica. Diretor do Rio Grande do Sul da ABCF e Diretor do IBDFAM/RS.

[2] Advogada. Doutoranda em Psicologia Jurídica pela Universidade Fernando Pessoa (Portugal). Especialista em Direito de Família pela PUC/RS. MBA em Direito Civil e Processo Civil pela FGV. Mediadora de Conflitos. Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica. Diretora do Rio Grande do Sul da ABCF e Diretora do IBDFAM/RS.



O que é Alienação Parental?

“É um processo que consiste em programar uma criança ou adolescente para, sem motivo, odiar o pai ou a mãe, até o ponto de que a própria criança ou adolescente ingressa nessa falsa trajetória de desconstrução do outro.” TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito. 6ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

De acordo com o Artigo 2º da Lei 12.318/2010:

“Considera-se ato de Alienação Parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós, ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para que repudie o genitor ou cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este”.

A Escala de Indicadores Legais de Alienação Parental constitui um questionário digital, apresentado sob a forma de Escala, que se destina a auxiliar na identificação da presença ou ausência de Alienação Parental.

Objetivo: Mensurar de forma objetiva a presença dos fatores de Alienação Parental, pre-

vistos na Lei nº 12.318/2010, para fins de conhecimento pessoal e científico.

Quem somos?

O Instituto Prof. Jorge Trindade atua, há mais de 15 anos, prestando serviços nas áreas Clínica e Forense, sob a forma de consultoria e assistência técnica. Respalhado na confiabilidade e especialização dos seus profissionais, que valorizam a multidisciplinaridade e detêm vivência na área da Forense, asseguram eficiência aos serviços prestados.

A equipe multidisciplinar do Instituto Prof. Jorge Trindade, idealizadora e desenvolvedora do modelo das Escalas de Indicadores Legais de Alienação Parental, é formada pelos profissionais Jorge Trindade, Elise Karam Trindade e Fernanda Molinari.

Acesso o site: www.escaladealienacaoparental.com

CALLING FOR PAPERS

The love of a FAMILY

is life's greatest blessing

PUBLICAR NA REVISTA - NORMAS DE PUBLICAÇÃO

A Revista Alienação Parental, de âmbito lusobrasileiro, apenas publica artigos originais ligados direta ou indiretamente com o tema Alienação Parental. O tema em questão carece ainda de muita investigação para promover uma melhor aplicação do direito a estes casos, bem como de dinamização e veiculação de conhecimento, informação, sensibilização e formação - objetivos pretendidos pela Revista e para os quais os autores contribuem, assegurando projeção internacional.

Os artigos devem ser encaminhados por email para revistaalienacaoparental@gmail.com, em anexo em formato microsoft word, aos cuidados da fundadora e jurista Sandra Inês Feitor. Em alternativa a requisição de publicações pode ser intermediada pelos parceiros Associação Portuguesa para a Igualdade Parental, Associação Brasileira Criança Feliz, Sociedade Brasileira de Psicologia Jurídica e OAB Barra da Tijuca, cujos contatos se encontram na secção nossa equipa.

São aceites artigos de mestres e doutorandos ou doutorados, assim como de investigadores e profissionais nas áreas do direito, psicologia, sociologia, medicina, psiquiatria, ciências forenses e mediadores familiares.

Os autores serão notificados da decisão editorial de aceitação ou não de artigos e da Edição em que serão inseridos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

- a) Título;
- b) Nome dos autores e titulação, função e/ou instituição a que se vincula.
- c) Resumo entre 100 a 300 palavras.
- d) Introdução.
- e) Corpo de texto - máximo de 20 páginas A4.
- f) Notas de rodapé numeradas.

g) Referências bibliográficas

h) letra times new roman, tamanho 12, espaço 1,5.

As Edições da Revista serão publicadas em formato bilingue (Português - Inglês) a cargo e da responsabilidade da Revista Alienação Parental, e de tiragem trimestral.

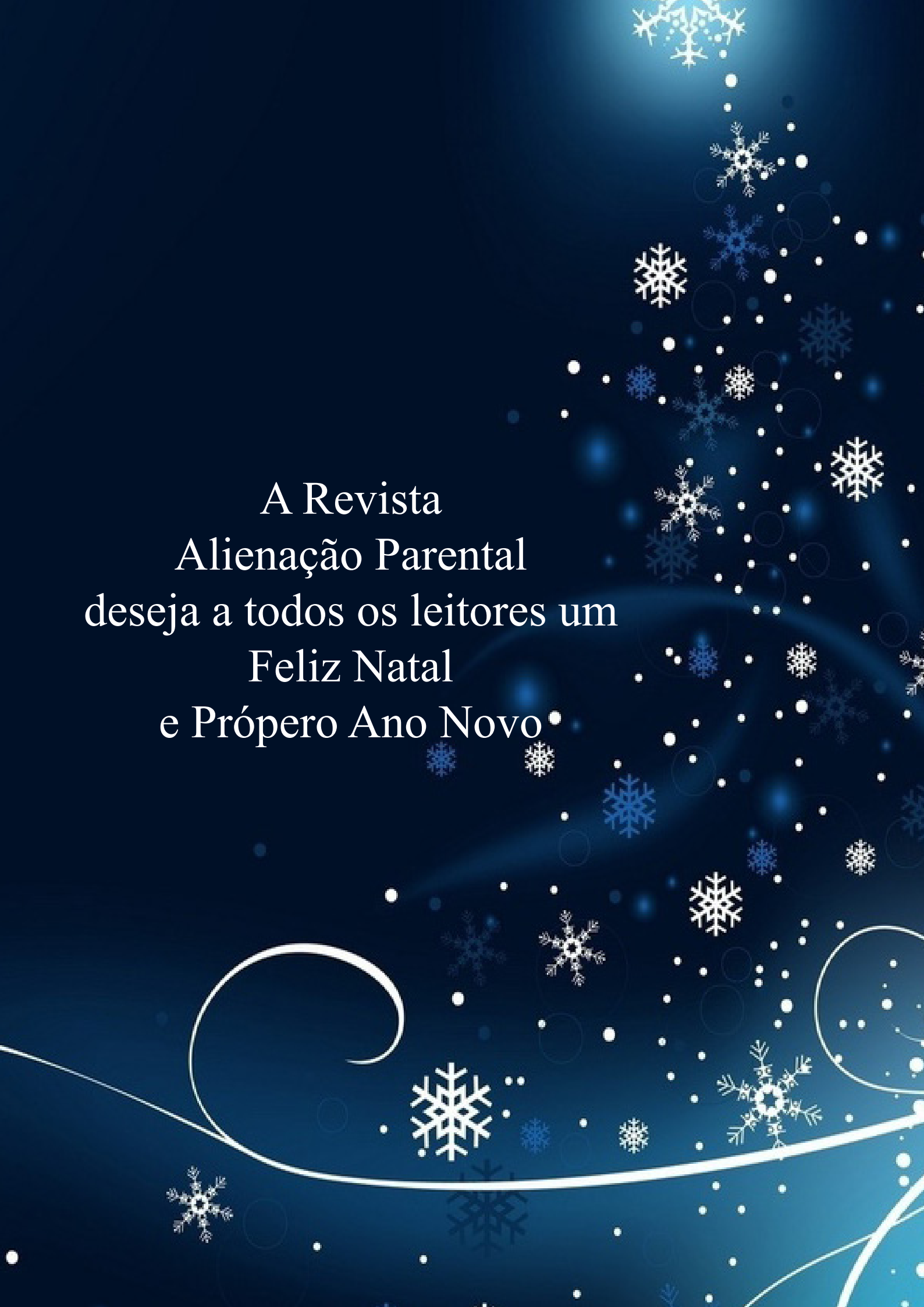
São admitidas Edições Especiais para apresentação de projetos, teses e outros trabalhos científicos, assim como eventos de grande projeção relacionados com o tema.

Nas Edições regulares podem ser também apresentados projetos e eventos, bem como requerida publicidade.

A publicidade terá para os não parceiros institucionais um preço que depende da avaliação do objeto publicitário, design e dimensão. Os valores serão utilizados na manutenção e melhoramento do website.

Grata.

Revista Alienação Parental



A Revista
Alienação Parental
deseja a todos os leitores um
Feliz Natal
e Próspero Ano Novo